

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CLEIDERMAN TEIXEIRA DE SOUZA BRAGA

**“NEM CONTRA, NEM A FAVOR”:
PERSPECTIVAS AMBIENTALISTAS SOBRE O AGRONEGÓCIO**

RIO DE JANEIRO

2011

CLEIDERMAN TEIXEIRA DE SOUZA BRAGA

“NEM CONTRA, NEM A FAVOR”:
PERSPECTIVAS AMBIENTALISTAS SOBRE O AGRONEGÓCIO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Beatriz Maria Alasia de Heredia

Rio de Janeiro

2011

AGRADECIMENTOS

Se houve um momento em minha trajetória que foi decisivo para hoje estar aqui apresentando o produto final de uma dissertação de mestrado, esse momento foi o ano de 2007, quando participei como ouvinte do curso “Estudos Regionais e de Comunidade”, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional. Desta forma, só tenho a agradecer aos professores Moacir Palmeira, Renata Menezes, Beatriz Heredia, Marcos Otávio Bezerra e John Comerford, que me acolheram e permitiram minha “intrusão” em tão qualificado grupo. Foi no contexto desse curso que tive meu primeiro contato com alguns dos debates levantados pelo projeto *Sociedade e Economia do Agronegócio*. Além disso, tive acesso a uma valiosa bibliografia que rendeu contribuições inestimáveis para minha formação.

De todos esses professores, agradeço especial e enormemente à professora, orientadora e amiga, Beatriz Heredia, que acompanhou de perto toda essa trajetória com paciência, confiança e críticas preciosas, abrindo portas e apontando caminhos possíveis para o desenvolvimento desse trabalho. Sua competência profissional e sua disposição pessoal tornaram possível a forma final desta dissertação.

Agradeço também aos coordenadores da pesquisa “*Sociedade e Economia do Agronegócio*” Sérgio Leite, Leonilde Medeiros e, novamente, Beatriz Heredia e Moacir Palmeira, pela oportunidade ímpar de me permitirem ter participado das reuniões e debates desenvolvidos pela equipe de pesquisadores.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), sou grato pela oportunidade e por todo o suporte concedido para o desenvolvimento desse trabalho. Agradeço também ao apoio material concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) através da bolsa de estudo, e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), que por meio do projeto “*Sociedade e Economia do Agronegócio*”, concederam-me os recursos que viabilizaram o trabalho em campo.

Rendo agradecimentos, igualmente, a todo o corpo docente do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFSC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e aos colegas da turma de mestrado de 2009, em especial às amigas Maíra Mansur, Bárbara Fontes, Luciana Aguiar e Karine Narahara, que ao longo dessa caminhada propiciaram um terreno fértil para a construção de um saber coletivo.

Também não poderia deixar de agradecer a todos os funcionários do PPGSA, especialmente, às funcionárias da secretaria, Cláudia, Denise e Verônica, por toda atenção, paciência e presteza dedicada ao longo de todo este período. Aos funcionários das organizações não-governamentais pesquisadas, agradeço pela colaboração e disponibilidade que tornaram possível a produção desse trabalho.

Aos amigos Vinícios Mayo, Hélio Sá, Bruno Drumond e Bruno Triani, e às amigas Lílian Samea e Mariana Leoncini, agradeço pela amizade construída, pelo suporte intelectual e afetivo, pelos incentivos, pela convivência e pelo carinho dedicado ao longo de anos. Verdadeiros amigos com os quais dividi algumas das melhores experiências desta vida.

À Daniele Evangelista, companheira de todas as horas, agradeço não só pelo apoio intelectual e afetivo que venho recebendo durante todo o processo de produção deste trabalho, mas também por me conceder o privilégio de fazer parte da sua vida.

Por fim, dedico este trabalho a todos os meus familiares: Nelivanda Braga, Cleiman Braga, Clewerton Braga, avós, tios, tias, primos e primas, aos quais devo tudo o que sou e sem os quais nada disso seria possível.

Em memória de Antonieta Paiva de Souza Marins.

SIGLAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Preservação Permanente

BINGOs – Big Non-Governmental Organizations

CI – Conservation Internacional

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FSC – Forest Stewardship Council

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

MMA – Ministério do Meio Ambiente

RPPN – Reservas Particulares do Patrimônio Natural

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TNC – The Nature Conservancy

WWF – World Wildlife Fund

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 AGRONEGÓCIO E MEIO AMBIENTE	13
2.1 Demarcando um contexto.....	13
2.2 O “agronegócio” nas ONGs.....	22
2.3 Temáticas que o “agronegócio” pode mobilizar.....	23
3 AMBIENTALISMO DE DENÚNCIA: O DISCURSO DO <i>GREENPEACE-BRASIL</i>	31
3.1 “Agronegócio” de um lado, “natureza” do outro.....	36
4 CONSERVAÇÃO CERTIFICADA: O MODELO DO <i>WWF-BRASIL</i>	50
4.1 Uma organização brasileira.....	50
4.2 Agricultura (agronegócio) e meio ambiente.....	54
5 CONSERVAÇÃO EM “CORREDOR”: A ABORDAGEM DA <i>CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL-BRASIL</i>	68
5.1 Evoluindo com a conservação: incorporando o “agronegócio”.....	68
5.2 “Agronegócio” e conservação: “ <i>Quando a produtividade é aliada à biodiversidade</i> ”	72
6 “<i>AGRONEGÓCIO SUSTENTÁVEL, PRODUÇÃO RESPONSÁVEL</i>”: O DISCURSO DA <i>TNC DO BRASIL</i>	90
6.1 Uma história pra contar.....	90
6.2 “ <i>Conservation on the ground</i> ”: pragmatismo, ciência e conservação	94
6.3 Agronegócio: a grande oportunidade da conservação.....	101
7 REUNINDO ARGUMENTAÇÕES, APRESENTANDO QUESTÕES	110
BIBLIOGRAFIA	120

1 INTRODUÇÃO

Desde as décadas de 1960 e 1970, o ambientalismo tem deixado de ser uma ideia circunscrita aos livros de biologia ou presente nos movimentos *hippies* e pacifistas de contra cultura. Nos últimos trinta ou quarenta anos, essa questão vem se colocando cada vez mais como um movimento de reivindicação política, incorporando novas questões relativas à preservação da natureza, tanto a partir de grandes projetos de Estado quanto na própria conduta dos atores sociais, reformulando antigas ideias e conceitos e colocando-os sob novas perspectivas (eco)lógicas. Sua natureza política transcende os aspectos mais retóricos de conscientização para articular diretamente na prática, exercendo pressões e influências nos processos decisórios dos Estados por ações efetivas dos governos. Defender esta postura de ação, entretanto, significa colocar-se na rota de colisão com outros modelos políticos e econômicos de desenvolvimento, bem como outras lógicas de conceber, organizar e agir (n)a sociedade. O enfoque ambientalista, nesse sentido, extrapola os aspectos puramente biológicos ou geográficos, para colocar-se segundo modelos *totais* de caráter holístico de ação (Castells, 2000). Com uma perspectiva universalizante, a visão ambientalista vem reconfigurando a própria forma de conceber a posse e os usos (“racionalis”) dos territórios dentro de uma situação capitalista de mercado, trazendo novos olhares e questões sobre problemas conhecidos.

Nesta transição vivenciada dentro do campo ambientalista, vemos um crescimento vertiginoso de entidades ligadas à essa temática, sobretudo, oriundas dos países capitalistas centrais, que têm ganhado cada vez mais espaço, relevância e poder de ação num âmbito internacional. Com isso, as grandes entidades ambientalistas surgem como atores importantes na divulgação e na defesa dos interesses do meio ambiente na sociedade civil, bem como fontes importantes de conhecimento técnico/científico, dando suporte a ações de conservação em projetos públicos ou privados, atuando mais diretamente na aplicação dos pressupostos ambientalistas / conservacionistas (Jasanoff, 1997). Entidades como a *World Wildlife Fund* (WWF), o *Greenpeace*, a *Conservation International* (CI) e *The Nature Conservancy* (TNC), por exemplo, apresentam grande capacidade de arrecadação financeira frente a grandes organizações, como o Banco Mundial. Atuando em escritórios e projetos espalhados em quase todos os continentes, tais instituições aumentaram não só sua área de atuação como também sua capacidade de pressão e influência sobre instâncias de governo, iniciativa privada,

organizações locais menos influentes e sobre o próprio debate ambientalista no contexto brasileiro (Rabinovici, 2008). Contexto esse que talvez nos permita interpretar essas organizações como instituições importantes para uma leitura sobre o posicionamento ambientalista mais hegemônico e sobre suas visões de uma determinada questão.

Ainda que o início das atividades destas grandes organizações ambientalistas transnacionais tenha tido como marco a pós-conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) em 1992 no Rio de Janeiro, as entradas de tais organizações no Brasil vinham de um processo que se estendia desde meados da década de 1970, quando suas atividades ainda estavam vinculadas a escritórios localizados em outros países. O início dos trabalhos de tais instituições no Brasil, com as posteriores alocações de escritórios independentes de representação, colocou-as em contato com novas questões, velhos atores e formas já existentes de relações sociais, reconfigurando seus modelos e concepções sobre a prática conservacionista. Um exemplo disso pode ser encontrado no processo de transição vivenciado por tais entidades, o qual, gradualmente, as afastou dos modelos ambientalistas de teor mais preservacionista, para aproximá-las das tendências mais conservacionistas. Nesta mudança de perspectiva, às preocupações iniciais com uma preservação estrita de espécies e ecossistemas são incorporadas outras preocupações, mais ligadas às políticas públicas de desenvolvimento. Desse modo, essas preocupações foram colocadas nas mesas de negociações que envolviam instâncias governamentais e representantes do empresariado interessados no discurso da sustentabilidade.

As disputas pela ampliação e consolidação de espaços (públicos ou privados) de conservação e pela adoção de práticas sustentáveis têm colocado tais entidades no centro das discussões mais atuais, envolvendo as novas dinâmicas do contexto agrário brasileiro, chamando atenção para a ideia do “agronegócio”. Termo esse, utilizado para se referir ao conjunto de atividades relacionadas ao processo produtivo, envolvendo os procedimentos anteriores mesmo à produção, até à comercialização dos produtos agropecuários, e à rede produtiva por eles compreendida. De matriz americana, que remonta à década de 1950, o termo cunhado do *agribusiness*, terá sua incorporação gradual em âmbito nacional e sua posterior “tradução”¹ para o famigerado “agronegócio”, que alcançará maior circulação nos anos de 1990 e 2000.

¹ Em artigo também apresentado no GT-41 da ANPOCS 2009, Beatriz Heredia, Moacir Palmeira e Sérgio Pereira Leite, apontam para o uso relativamente recente do termo. Ocorrendo uma transformação do termo *Agribusiness*, muito usado nas décadas de 1970 e 1980, para o Agronegócio, propriamente dito, na década seguinte. Esta passagem, segundo os autores, não deveria ser entendida como mera tradução do termo, mas como

Se nesse período, por um lado, as ênfases mais apologéticas sobre o agronegócio tenderam para uma valorização das questões mais ligadas à modernidade do modelo, ao aumento da produtividade e do crescimento agrícola, por outro, o posicionamento de grandes organizações ambientalistas chamaram a atenção para o crescimento das taxas anuais de desmatamento, para o número de queimadas e para a substituição sistemática de grandes depositários de biodiversidade por áreas de cultivo, pontos esses que se tornaram as críticas mais contundentes ao modelo agroexportador. As tendências polarizadoras dos debates envolvendo “agronegócio” e “meio ambiente”, observáveis nos anos iniciais deste século, têm sofrido certa amenização nos discursos mais atuais. Em parte, graças à consolidação dos debates internacionais no eixo da sustentabilidade, exercendo pressões sobre governos nas diferentes esferas (municipal, estadual e federal), mas também devido ao esforço de importantes fatias do setor em adequar-se a esta nova tendência.

A incorporação das questões ambientais enquanto questão pública de relevância global tem marcado um giro no processo produtivo de acumulação no setor agro-empresarial e representado uma transformação nas suas tendências de organização dos espaços e das relações sociais. De forma que, atualmente, a sustentabilização do setor, como apontam as entidades, é considerada como um feito plenamente possível, bem como uma tendência já aderida por parte do setor interessado em abocanhar fatias dos mercados consumidores europeu e americano. Mas, a despeito dos consensos superficiais sobre o tema do desmatamento e do desenvolvimento sustentável, a própria incorporação do tema do “agronegócio” pelas entidades ambientalistas coloca em relevo a variedade de posicionamentos frente a uma questão nada consensual. Tais são as questões que serão tratadas na presente dissertação.

A constatação desta multiplicidade de discursos, projetos, visões de mundo e orientações ideológicas nas análises sobre o tema do meio ambiente, chamam a atenção para a configuração de um novo campo de disputa política por legitimidade (enquanto projeto de hegemonia política e/ou discursos com status de “verdade”). Na grande miríade de abordagens sobre o meio ambiente, as perspectivas das organizações em questão passam, invariavelmente, por problemáticas envolvendo modelos de desenvolvimento agrário. Nelas, a categoria “agronegócio” ganha relevância não somente por aparecer relacionada a atividades

uma redefinição importante que estaria circunscrita em um conjunto de lutas políticas, onde são incorporados novos sentidos.

O artigo referido encontra-se vinculado à pesquisa “*Sociedade e Economia do ‘Agronegócio’ no Brasil: um estudo exploratório*”, coordenado por Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira e Sergio Pereira Leite, e conta com a participação de pesquisadores, estudantes de doutorado, mestrado e graduação ligados a diferentes universidades.

econômicas específicas, mas também por envolver uma grande diversidade de agentes, marcando sua existência enquanto realidade que envolve atores sociais efetivos – circunscritos no espaço, com interesses próprios, porta-vozes etc. Dessa forma, pretendemos trazer neste trabalho alguns elementos que permitam pensar uma dissonância no discurso ambientalista de quatro organizações não-governamentais transnacionais envolvidas com a temática ambiental a partir da categoria “agronegócio”².

Pode-se dizer que a questão central construída e desenvolvida nesta dissertação foi idealizada a partir de acompanhamentos de reuniões e encontros vinculados ao projeto “Sociedade e Economia do Agronegócio: Um Estudo Exploratório”, coordenado pelos professores Beatriz Heredia (PPGSA/IFCS/UFRJ), Leonilde Medeiros (CPDA/UFRRJ), Moacir Palmeira (PPGAS/MN/UFRJ) e Sérgio Pereira Leite (CPDA/UFRRJ). Sob a orientação da professora Beatriz Heredia, que aceitou este desafio, procuramos estabelecer um *link* de análise entre as temáticas concernentes à questão ambiental e ao agronegócio propriamente dito. Por se tratar de uma temática ainda muito restrita e pouco explorada pelas ciências sociais, não foram poucas as dificuldades encontradas na própria sistematização de uma bibliografia voltada para o tema. Além disso, o próprio campo das grandes organizações não-governamentais se mostrou de forma bastante restritiva e limitadora, uma vez que, por se tratarem de entidades ligadas a grandes redes internacionais, dispõem de dispositivos burocráticos proporcionais, que dificultaram uma imersão na prática profissional cotidiana das instituições. A própria logística das visitas aos escritórios alocados em diferentes estados do país precisou ser reavaliada em virtude do tempo e dos recursos financeiros reduzidos.

O alto nível de restrições e condições impostas marcou, sem dúvida, o andamento de todo o trabalho junto às instituições. De forma que a estratégia escolhida para o desenvolvimento da pesquisa envolveu a utilização de material bibliográfico relacionado à temática do meio ambiente, a análises de publicações diversas recolhidas junto às entidades visitadas – relatórios anuais, *papers*, folhetos de divulgação, materiais de mídia, textos de auto-representação disponibilizados nas respectivas páginas virtuais das instituições etc – e a entrevistas com atores indicados pelas próprias instituições como os mais aptos a representarem o posicionamento das organizações frente à questão do “agronegócio”. Somado a esses materiais, incorporamos também materiais secundários de natureza mais fragmentada,

² O centro de nossa análise, portanto, será restrito às abordagens de tais entidades ambientalistas. Essas que não são as únicas e nem mesmo as mais relevantes, dependendo do ponto a partir do qual se estabelece a observação. As questões envolvendo o termo “agronegócio” e seus diferentes usos e sentidos, desta forma, estão muito além das discussões ligadas à esfera ambiental desenvolvidas neste trabalho.

porém não menos importantes, como materiais jornalísticos, artigos de revistas (impressa ou eletrônica).

As entrevistas foram preparadas em modelos semelhantes a questionários abertos, com perguntas organizadas por áreas temáticas, mais ou menos fixas e que permitissem a construção de narrativas por parte dos entrevistados. Elas variavam entre questões abrangentes que visavam maiores ponderações por parte dos entrevistados e outras mais focalizadas na temática da agricultura. Buscou-se construir um quadro que possibilitasse um maior entendimento sobre como as respectivas formas de ser e agir das entidades articulavam-se com a questão do “agronegócio”.

Entretanto, o pouco tempo hábil para o contato com as entidades, as dificuldades de inserção nelas, a desconfiança permanente por parte dos entrevistados - e em alguns casos o aparente desdém pelo trabalho que estava sendo feito -, o caráter último e derradeiro das conversas e visitas, bem como seu reduzido e controlado tempo, somados à inexperiência e certa imperícia do pesquisador, não permitiram ir muito além dos aspectos oficiais das entidades. Sendo esse um dos principais limites impostos à construção deste trabalho.

Isso significa que um confronto direto entre discurso e prática das entidades, por exemplo, talvez não seja possível, uma vez que as práticas observadas encontram-se limitadas aos discursos sobre as práticas. Além disso, acredito que não será possível contemplar também as nuances internas, isto é, tratar as disputas discursivas, as visões contrárias às hegemônicas e as contradições que permitiriam observar as dinâmicas e as constantes transformações que configuram e, ao mesmo tempo, dão unidade às entidades. Isso demandaria um investimento de tempo maior sobre cada uma, com mais visitas, bem como o acesso a uma gama maior de visões daqueles que fazem parte dessas entidades. Outra implicação talvez esteja na própria natureza dos discursos oficiais, diga-se, seu caráter genérico e positivado sobre as entidades. Eles marcam não só uma separação entre suas práticas das práticas dos outros, como buscam o convencimento argumentativo da validade maior de suas visões em oposição às outras como mecanismo de homogeneização e diferenciação.

Esse aspecto do “discurso oficial” das entidades não deixa, contudo, de ser também um trunfo. Levado ao extremo, estas auto-representações nos permitem vislumbrar e mapear os aspectos mais relevantes (sedutores), as tendências utilizadas por tais instituições ambientalistas hoje, bem como as propostas que orientam e que almejam conduzir o futuro da questão ambiental no país. Por meio de uma análise que objetive as continuidades e descontinuidades das abordagens, talvez possamos separar aspectos conjunturais (estratégia

de ação) dos estruturais. Com isso, tentamos entender não só funcionamento das entidades, mas suas concepções sobre o que (dizem que) são e o que (dizem que) fazem, ou melhor, o que o pesquisador diz que elas dizem fazer. Como nos adverte Sayad (1998), o discurso dos informantes e o discurso do sociólogo, na verdade, devem ser vistos como um só, não sendo tarefa do pesquisador traduzir palavras com comentários “esclarecedores” sobre a questão referida. Isso porque os discursos não são elementos “opacos”, sendo o mais importante nos discursos dos nossos informantes os atributos culturais que “não se entregam a primeira vista” e que os orientam anteriormente.

O exercício de reflexão que pretendo produzir nesta dissertação terá como foco alguns elementos e questionamentos iniciais envolvendo ONGs ambientalistas e o agronegócio, com o objetivo de apontar caminhos possíveis, atentando para a necessidade de se realizar novos estudos que venham contribuir para um melhor entendimento dessa questão. Assim, espero que as reflexões sobre as diferentes formas ambientalistas de perceber a realidade do “agronegócio” possam abrir outras discussões sobre o que se tem entendido por “meio ambiente”, desenvolvimento, sustentabilidade, além do papel das organizações conservacionistas transnacionais na dianteira dos debates sobre meio ambiente e a articulação da(s) ciência(s) nestes modelos de conservação, entre outras discussões.

Nesta perspectiva, o presente trabalho divide-se em três seis partes. No primeiro capítulo fazemos uma tentativa de aproximação dentro do contexto nacional entre estes dois novos atores, o “agronegócio” e as “ONGs ambientalistas”, tendo como objetivo principal, neste momento inicial, marcar genericamente o surgimento desses atores e suas inter-relações num contexto político nacional. Como desdobramento destas discussões iniciais, observamos ainda a incorporação do tema do agronegócio nos discursos ambientalistas das organizações, explorando as questões mais recorrentes e presentes em todos eles. Nos quatro capítulos seguintes, explicitamos como a categoria “agronegócio” tem aparecido dentro dos discursos das respectivas entidades ambientalistas (*Greenpeace-Brasil*, *WWF-Brasil*, *Conservação Internacional-Brasil* e a *TNC* do Brasil). Por meio disto, procuro enfatizar prioritariamente as retóricas das ONGs nos seus próprios termos, tentando explicitar as lógicas intrínsecas aos discursos e acompanhando a construção do “agronegócio” enquanto um “problema ambiental”, digno de ser incorporado às agendas das respectivas entidades. Deixo para o sexto e último capítulo o movimento de amarrar as principais questões que foram trabalhadas ao longo desta breve análise, bem como o propósito de apresentar algumas questões que ficaram em aberto.

2 AGRONEGÓCIO E MEIO AMBIENTE

1.1 Demarcando um contexto

Uma característica importante que tem marcado as abordagens mais contemporâneas sobre a questão do “agronegócio” e do “meio ambiente” é a diferenciação temática que os organiza separadamente nas análises. Esta separação, reforçada nas vinculações correntes feitas por mídias diversas, tende a considerar o debate não só pela ótica do afastamento dos temas, mas também por meio da ideia de que se trata de modelos inicialmente opostos, com interesses antagônicos. Essa percepção tende a adotar as visões mais hegemônicas do campo ambientalista, tendo como porta-vozes as organizações não-governamentais mais envolvidas com a temática. Dentre essas, as grandes organizações transnacionais em atuação no país como o *Greenpeace*, a rede *WWF*, a *Conservation International* e a organização *The Nature Conservancy*, ganham relevância, seja em virtude de um reconhecimento internacional ou pelas respectivas capacidades de atuação e pressão junto a governos e iniciativa privada.

Se os debates públicos envolvendo o tema do agronegócio aparecem significativamente permeados pelas preocupações ambientais, no caso das entidades transnacionais ambientalistas, vemos que a questão do “agronegócio” também tem experimentado um ganho crescente de importância em suas agendas, direcionando trabalhos cada vez mais específicos para essa temática. A atual confluência entre as esferas do “agronegócio” e do “meio ambiente” pela linha da sustentabilidade, entretanto, nem sempre foi tão evidente e necessária na prática destas organizações não-governamentais.

Foi, sobretudo a partir dos anos 70 do século XX que, no Brasil, as questões sobre “modernização da agricultura” e “meio ambiente” passaram a vivenciar um acirramento enquanto novos agentes no campo político. O processo de industrialização que vinha sendo levado a cabo desde os anos 1930 e 1940 encontraram no regime militar um aprofundamento, sendo impulsionado a partir dos anos 1970 (Lopes, 2004). Foram implantados projetos que visavam a “modernização” da agricultura, desencadeando políticas para o aumento da produção e da produtividade em atividades agropecuárias voltadas para a exportação (Bernardes, 2005), opondo ideologicamente modelos da “agricultura moderna” e do “latifúndio” (tradicional). Dessa forma, o discurso sobre o “desenvolvimento” agrário do país

passaria a estar diretamente vinculado às ideias de “empresa rural” e de “atividade empresarial” no campo; que mais adiante apareceriam embutidas na ideia de “agronegócio”.³

No que tange às questões ambientais, vê-se uma mudança significativa de natureza interpretativa e prática. Apesar dos empecilhos existentes, no Brasil as referências ao mundo natural que permeiam as argumentações atuais de uma “consciência ambiental” encontram raízes profundas, há muito disseminadas por diferentes esferas da sociedade. Como apontado em Pádua (1987), as referências, as ideias e as projeções feitas sobre esta ‘natureza’ brasileira (‘grande’ e ‘exuberante’) podem ser encontradas já nos projetos políticos de autores como José Bonifácio e Alberto Torres, em finais do século XVIII e início do século XIX, compondo mesmo, elementos importantes e constitutivos da formação da identidade nacional. Ainda que tais elementos tenham constituído este importante pano de fundo para pensarmos o relativo sucesso da assimilação (ainda em curso) das temáticas ecológicas pela sociedade brasileira, ele evidentemente não foi suficiente para sobrepor-se aos modelos e às concepções mais predatórias. Esta mentalidade extrativa que permeou o modelo agrário exportador, historicamente presente na conformação econômica brasileira, manteve-se, em certo sentido, praticamente inalterada no período de modernização e de industrialização vivenciado no contexto do Estado Novo, e posteriormente a esse período, no curto período democrático (Santos, 1993).

Se até meados dos anos de 1960-70, as discussões sobre meio ambiente colocavam-se dentro de limites das fronteiras nacionais (Giddens, 1996), fortemente embasadas pelas concepções de natureza (idílica, selvagem, refúgio espiritual etc.) e herdadas do século XIX, no momento posterior há esses anos verifica-se uma transição importante. Transição essa, oriunda dos movimentos ativistas (com as bandeiras do pacifismo, do antimilitarismo, do direito das minorias etc.) e de “contracultura”, fortemente marcados pelas críticas ao modelo tecnológico-industrial estabelecido na modernização. Com a conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, a questão ambiental passa a ser analisada em termos globais, deslocando-se para um patamar moral até então desconhecido (Lopes, 2004). Entendido como um efeito direto da globalização e da expansão da modernidade, o paradigma ambiental aparece inserido em um movimento de redefinição da tradição em uma ordem social pós-tradicional. Segundo Giddens (ibid), as transformações da natureza estariam vinculadas diretamente a estas mudanças de *status* da tradição, abrindo espaço para o desenvolvimento de processos “artificiais” de ‘incerteza’ e ‘risco’. Esses

³ Ideia inspirada a partir do artigo produzido por Beatriz Heredia, Moacir Palmeira e Sergio Pereira Leite, intitulado “*Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil*”, apresentado no GT-41 da ANPOCS 2009.

processos, derivados da crescente intervenção humana nas condições da vida social e da natureza – fruto de uma ampliação da “reflexividade social” – passaram a resultar com frequência em uma nova tendência para o “controle crescente”, com a justificativa de controle dos danos, ou busca de ajustes e reparações.

No Brasil, as questões relativas ao meio ambiente tiveram uma importância secundária dentro do modelo “modernizador” implantado pela ditadura por um lado. Mas, por outro, pode-se observar movimentos de normatização das questões ambientais no pós-conferência da ONU como respostas a um processo histórico em que a “natureza” perde suas “naturalidades” para encontrar-se na situação de “conceito, norma, memória, utopia, contra-imagem.” (Beck, 1994; Giddens, 1994). Por parte do governo militar brasileiro, observa-se uma tentativa de controle dos conflitos sociais produzidos dentro deste novo contexto, implicado no processo de incorporação da questão do meio ambiente. Assim, é que em 1973 é institucionalizada a Secretaria de Meio Ambiente (Sema), subordinada ao Ministério do Interior⁴. Em São Paulo e no Rio de Janeiro são criadas novas instituições de controle ambiental: Cetesb (1974) e a Feema (1975), respectivamente. É neste contexto de normatização que se produzem os dispositivos de “licenciamento ambiental”, com o objetivo de ordenamento de projetos industriais, arquitetônicos ou urbanísticos segundo uma lógica de redução de “impactos sobre a natureza”. Neste sentido, o regime militar aprofundava ainda mais sua tendência para o controle autoritário ao tratar essa temática.

Concebidas como barreiras ao crescimento econômico e às práticas desenvolvimentistas do período, as questões relativas ao meio ambiente antagonizavam com os modelos hegemônicos de desenvolvimento que interpretavam o desmatamento e as poluições industriais como meios necessários para atingir o *progresso*. No campo, prosseguia-se a firme determinação do desenvolvimento da técnica e dos incrementos tecnológicos como forma de aumentar a produtividade e responder, ao mesmo tempo, às exigências do mercado externo. Modelo esse, ainda muito ligado ao modelo levado a cabo pela ‘Revolução Verde’ - nesse caso, também o papel do Estado foi fundamental. Quanto às questões relativas à agricultura, o envolvimento do Estado pode ser visto nos apoios e incentivos à expansão da agroindústria, com a criação de infra-estruturas, políticas de crédito e incentivos à mecanização.⁵

⁴ Como coloca Lopes (2004), “a Sema refletia, por um lado, a demanda de controles ambientais por parte de uma minoria advertida de técnicos governamentais e, por outro, a oportunidade da chancela institucional para a captação de financiamentos internacionais para as quais as garantias ambientais eram necessárias.”

⁵ Dentre algumas políticas de incentivo a este modelo agro-empresarial, Oliveira (1991) e também Bernardes (2005), **chamam atenção** para os programas de ocupação “racional” do Cerrado e de liberação de créditos, tais

A tendência desenvolvimentista dos anos de 1970 - pautada predominantemente numa lógica inter-regional (Velho, 1976) - com o fechamento da *fronteira* do Paraná, passa a ser direcionada ao norte do país em várias frentes. Nesse processo inicia-se uma expansão da produção de *commodities* agrícolas sobre áreas do Cerrado⁶ brasileiro, substituindo culturas anteriores, em geral, pela produção de grãos, tendo a soja como principal cultura. Apesar de algumas visões tratarem esse movimento como desdobramento natural⁷, focando nos aspectos naturais e propícios das áreas de Cerrado para esse tipo de agricultura, isso nem sempre foi assim⁸. No caso mineiro de Araguari, hoje um dos pólos produtivos do agronegócio e onde se produz o “café do cerrado”, Oliveira (1991) observa que, no período anterior a década de 1970, apenas uma pequena parte das terras era destinada à pequena produção agrícola (principalmente arroz, feijão e milho) e à pecuária extensiva ligada a grandes fazendeiros. Em primeiro lugar, porque faziam parte de um mercado especulativo da terra e em segundo, porque a maior parte das terras era vista como “improdutiva” e de “baixa rentabilidade”.

Por outro lado e em resposta às novas demandas ambientais globais, a intervenção tutelar do Estado na consideração do problema refletiu-se igualmente em um aumento significativo no número de áreas protegidas criadas pelo país⁹. Como podemos observar, tanto os modelos de desenvolvimento econômico, quanto aqueles voltados para as questões ligadas ao meio ambiente, -, estavam sendo embasados por uma matriz anglo-americana.

Em direção à década de 1980, acompanhado pelos movimentos de pressão pela redemocratização, vê-se um avanço significativo da questão ambiental no campo político e

como POLOCENTRO e PRODOESTE em 1975. Além desses programas, podem ser ressaltados também os incentivos concedidos pela SUDAM e os preços relativamente baratos das terras, fatores que funcionaram como facilitadores e atrativos para ocupação e o desenvolvimento de uma agricultura empresarial no Cerrado brasileiro.

⁶ O Cerrado está distribuído, principalmente, pelo Planalto Central Brasileiro, nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, parte de Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal, abrangendo 196.776.853 ha.. Há outras áreas de Cerrado chamadas periféricas, que são transições dos biomas Amazônia, Mata Atlântica e Caatinga. Fonte: www.ibama.gov.br/ecossistemas/cerrado.htm.

⁷ Esta visão encontrará ecos nas abordagens de algumas das ONGs transnacionais, como poderemos encontrar nos capítulos destinados às suas respectivas visões.

⁸ Este olhar “oficial” sobre o território, pautado em aspectos privilegiadamente econômicos e categorias essencializadoras, fora também objeto de análise de Beatriz Heredia (1989) em seu estudo na zona da mata canavieira, em Alagoas. Como ela bem observou, a expansão da cultura da cana nos anos de 1970 e 1980, sobre as formações de Tabuleiro, antes consideradas impróprias para o cultivo, só se fez possível após experimentarem a introdução maciça de fertilizantes e a mecanização, resultado de um movimento dirigido pelo Estado por meio de políticas direcionadas para um setor. Esse movimento que foi marcado por amplo processo de expulsão de pequenos proprietários e de devastação da cobertura vegetal da região, foi marcado também pelas mudanças nas formas de conceber os espaços geográficos. As variações das localidades que se incorporariam ou não à classificação da microrregião dos Tabuleiros, expressariam, portanto, um caráter construído e interrelacionado aos interesses econômicos e políticos de ordem mais abrangente.

⁹ Partindo de dados de 1989, disponibilizados pelo IBAMA, Diegues (2004) aponta para um aumento exponencial no número de Unidades de Conservação (incluindo parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, em nível federal) entre as décadas de 1970 e 1980, indo de 11 para 58, respectivamente.

social. De um lado a ampliação institucional¹⁰ alcançada mediante reivindicações por parte de agentes ligados ao campo ambientalista (bem como técnicos envolvidos na administração ambiental), e de outro, o surgimento de diversos grupos e associações de conotação social e ambiental (como o Conselho Nacional de Seringueiros, o Movimento dos Atingidos por Barragens, grupos envolvidos com os direitos indígenas etc.), refletindo, cada vez mais, a insatisfação pública sobre os custos sociais e ambientais do “milagre brasileiro”¹¹ levado a cabo pelo modelo industrialista do regime militar. A incorporação das temáticas ambientalistas nos anos da década de 1980 seguia cada vez mais uma conexão com as questões fundiárias ligadas, principalmente, às reivindicações de grupos locais¹² por reforma agrária (Cunha, 2009), demandando, por conseguinte, modelos de conservação mais afinados aos interesses das populações locais, cada vez mais interpretadas como os principais agentes da conservação.

No âmbito internacional, em 1983, a Assembléia Geral da ONU cria uma comissão específica para tratar de assuntos ligados à temática do meio ambiente. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), visava a ampliação do debate e a busca conjunta por novas estratégias para o enfrentamento dessa temática à longo prazo. Os trabalhos se estenderam por cinco anos, dando origem ao livro “Nosso futuro comum”, também conhecido como Relatório de Brundtland¹³ (MCCORMICK, 1992; LAYRARGUES, 1998). Nele elabora-se o conceito de “desenvolvimento sustentável”¹⁴, o qual emerge como

¹⁰ Em 1981 é criado um sistema nacional de meio ambiente; em 1985 é criada a ‘lei de ação civil pública’; em 1986 o Conama institui uma política nacional de avaliação de impactos ambientais e em 1988, com a promulgação da nova constituição, o tema do meio ambiente ganha um capítulo importante, reforçando as leis de 1981 e 1985 (Lopes, 2004).

¹¹ Como aponta Layrargues (1998) citando Becker (1992) e Silva & Schor (1979), o modelo econômico implementado neste período ditatorial era fortemente embasado no endividamento externo com o objetivo fundamental de adquirir autonomia tecnológica que impulsionasse a industrialização do país. Este movimento, voltado para a internacionalização da economia nacional, ficou marcado pela entrada maciça de capitais estrangeiros e de multinacionais no cenário brasileiro.

¹² Segundo Mauro Almeida (Cunha, 2009), a entrada das questões ambientais e sua aliança com as lutas por reforma agrária estavam, neste momento, associadas particularmente às lutas dos seringueiros no estado do Acre, não tendo incorporado ainda com tanta ênfase a situação dos povos indígenas. As reivindicações e as posteriores conformações de modalidades de ocupação do território nos moldes sócio-ambientalistas (como as Reservas Extrativistas), configuravam-se como parte de um programa agrário e não ambiental. Constata-se essa que chama nossa atenção para o estatuto em que as questões ambientais eram pensadas no âmbito nacional, pólo de oposição aos modelos convencionais de desenvolvimento.

¹³ Este documento, que fora produzido em conjunto com membros de vinte e um países ligados às Nações Unidas, levou o nome da presidente da comissão e, então, primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

¹⁴ “A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer as capacidades de as gerações futuras atenderem também as suas. O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites – não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico.” (CMMAD, 1988)

promessa para superar problemas ambientais e melhorar condições sociais precárias das populações menos favorecidas. Um dos argumentos principais deste relatório estaria condensado na ideia de que não só é possível como também desejável conciliar crescimento econômico e conservação ambiental, pensados como inconciliáveis até o momento. É nesta perspectiva, ancorada no eixo do crescimento econômico, pautada em uma lógica concorrencial de mercado, que a ideia de um “desenvolvimento sustentável” – segue anunciando a necessidade de reconhecer os limites ambientais de produção - harmonizando relações entre homem e natureza - e a necessidade de diminuir a pobreza em uma esfera global (SCOTTO, 2009).

No contexto brasileiro, o período entre o final da década de 1980 e o desenrolar da década de 1990 foi marcado por um processo de adequação às doutrinas neoliberais, em que o Estado brasileiro procurava eximir-se mais e mais das responsabilidades sociais, do controle da economia, e até mesmo das questões relativas ao meio ambiente. A premissa ideológica do neoliberalismo - que postulava a retirada progressiva do Estado das mais variadas esferas da organização social em detrimento da livre-iniciativa privada e das leis de mercado - marcou um aspecto importante no que se refere ao desenvolvimento da questão ambiental no Brasil. Esse movimento relegava, progressivamente, as responsabilidades e, conseqüentemente, a legitimidade das entidades especializadas no setor (LAYRARGUES, 1998). Não foi por acaso que, no Brasil, dois termos passaram a circular com maior frequência em diferentes esferas da sociedade, de um lado o termo “ONGs ambientalistas”,¹⁵ e de outro aquele que viria ser classificado como “agronegócio”.

No que tange ao debate ambiental no Brasil, os anos 90 representaram um marco a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Eco-92 (ou Rio-92), além de outros eventos paralelos.¹⁶ Após 20 anos da Conferência de Estocolmo, realizava-se nova Conferência da

¹⁵ Na avaliação de Landim (1998), a conformação da categoria “ONG” deita suas raízes nos movimentos sociais que germinaram no período do regime militar, como o novo sindicalismo, as associações de bairro, a luta pela terra etc. Posteriormente transfigurada na ideia de “*sociedade civil*”. Em meados dos anos 80 estas entidades nacionais definiam-se, em geral, como entidades de princípios cristão, marxista, militante e profissional, em processo de formação desde a década anterior. Sendo, desse modo, o período de transição entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 o marco no qual já se encontrariam menções aos movimentos sociais ditos “fragmentados”, isto é, ligados à grupos de defesa de direitos específicos ou difusos, entre outros. É nesse momento que vão se popularizando cada vez mais as referências às “ONGs ambientalistas”.

¹⁶ Em 1990, em São Paulo, organizações da sociedade civil organizaram o *Fórum das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros*, voltado para a organização das discussões e para o estabelecimento de uma agenda para os debates da Eco-92. Em 1992, o Fórum das ONGs, também organizou um evento paralelo às reuniões da Eco-92, chamado *Fórum Global*. Reunindo 1.300 ONGs, esse evento pretendeu unificar esforços e ratificar acordos entre organizações não-governamentais e movimentos da sociedade civil do mundo todo.

ONU, tendo a cidade do Rio de Janeiro como sede da reunião. Além de representar um marco para a questão ambiental internacional (com o estabelecimento de compromissos e tratados como a Agenda 21,¹⁷ a Convenção sobre Mudança do Clima e a Convenção sobre Diversidade Biológica etc.) seus desdobramentos¹⁸ ecoaram por toda a década de 90, orientando os movimentos da questão ambiental global.

Ainda que o Brasil não fosse um país completamente estranho à presença de grandes organizações transnacionais ambientalistas - as quais desenvolvem trabalhos no país pelo menos desde a década de 1970 (como no caso da Rede WWF)- suas atuações pontuais eram subordinadas e gerenciadas a partir de escritórios internacionais. Esse quadro irá se alterando com o gradual estabelecimento de escritórios nacionais dessas organizações no período referente ao final dos anos 80 e início dos anos 90. Foi precisamente nesse momento que grandes ONGs transnacionais ligadas à questão ambiental passam a ocupar este *nicho*, até então pouco explorado no Brasil.¹⁹ Esse momento marca o andamento de uma nova fase da questão ambiental no país, em que as ONGs de caráter ambientalista procuram se firmar cada vez mais como atores políticos em disputa por projetos específicos de desenvolvimento dentro e fora do Estado, acionando, inclusive, múltiplas instâncias em nível internacional.

Em contrapartida, foi também durante as décadas de 1980 e 1990 que o termo “*Agribusiness*” começou a circular como categoria para designar uma realidade específica no contexto brasileiro,²⁰ passando a dividir espaço com outras categoriais, tais como “agricultura moderna” e “agroindústria”.²¹ Ainda que, nesse momento, o termo de designação remontasse

Em 1991, um ano antes da Eco-92, a Noruega foi palco de uma reunião envolvendo empresários decididos a levar suas posições para as reuniões na Conferência do Rio de Janeiro. Essa reunião deu origem ao *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) que, segundo Scotto (2009), trazia como lema a ideia de que “o desenvolvimento sustentável é bom para os negócios e os negócios são bons para o desenvolvimento sustentável”. Como veremos mais à frente, esta perspectiva de “*eco-eficiência*” terá repercussões nas perspectivas mais recentes das entidades transnacionais ambientalistas analisadas neste trabalho, sobretudo, no que se referem ao tema do “agronegócio”.

¹⁷ Segundo Lopes (2004), a Agenda 21 corresponde a um documento composto de 4 seções, 40 capítulos e 2 anexos. Ela dispõe de “objetivos, atividades e considerações” sobre meios de implementação de um planejamento de cooperação internacional e de ações nacionais e locais em vista do desenvolvimento, do combate à pobreza e da proteção ao meio ambiente.

¹⁸ A partir de amplos debates estabelecidos envolvendo a Convenção sobre Mudança do Clima que, em 1997, estabeleceu-se o Protocolo de Kioto, prevendo redução de 5% nas emissões globais de gás carbônico por parte dos países desenvolvidos, tendo como referência os níveis de emissão de 1990, no período de 2008 a 2012. (SCOTTO, *ibid*)

¹⁹ Em reportagem à *World Watch Magazine*, MacChapin (2004) aponta para o estabelecimento de escritórios de atuação por parte de grandes ONGs ambientalistas transnacionais em países do hemisfério sul como um movimento que responde mais a interesses econômicos dessas entidades do que aos seus desígnios ecológicos.

²⁰ Em 1993 foi criada a Associação Brasileira do Agribusiness (ABAG). Fonte: www.abag.com.br.

²¹ Ideia inspirada a partir do artigo produzido por Beatriz Heredia, Moacir Palmeira e Sergio Pereira Leite, intitulado “*Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil*”, apresentado no GT-41 da ANPOCS em 2009.

à matriz ideológica americana, não sendo ainda “traduzido”²² e incorporado a uma conjuntura brasileira, no decorrer da década de 1990 o “agronegócio” gradativamente vai se sobrepondo enquanto um novo estatuto do setor agropecuário – com foco na mecanização, no “gerenciamento” e na “atividade integrada” dos negócios voltados para o mercado externo. Apesar de a ideia de “*agribusiness*” vir circulando no país desde os anos 1980²³ e 1990 coetaneamente à crescente atuação das ONGs transnacionais ambientalistas, nada indica que havia grande repercussão do termo ou do modelo para as entidades ambientalistas. Nesse momento, o “agronegócio” ainda não era considerado por tais organizações como uma “questão” de interesse ambiental. Tais entidades, ainda em processo de adaptação, estavam majoritariamente voltadas para ações em “áreas protegidas” – áreas públicas, sobretudo – envolvidas na conservação de espécies animais ou vegetais, ainda fortemente marcadas por uma abordagem “biocêntrica” e “arcadiana”, de um mundo natural intocado que deveria ser preservado. A leitura dos “problemas ambientais” que se fazia nesse período ainda estava muito marcada por uma oposição ao modelo desenvolvimentista, em um ambiente de crise global²⁴. Entretanto, já no desabrochar dos anos 1990, juntamente com o aquecimento global, o problema da perda da biodiversidade passa a ser incorporado na pauta ambientalista como uma grande questão para o século XXI. As ameaças da perda da biodiversidade desvinculavam o “problema ambiental” da dependência de descobertas sobre grandes alterações em níveis globais (como no caso do aquecimento global, por exemplo) (HANNIGAN, 2009). Atuando embasadas em uma quantidade crescente de estudos e amparadas por um campo de conhecimento em franca expansão como a “biologia da conservação”, as entidades ambientalistas cada vez mais pautadas pela ótica da ‘perda’ e ‘precaução’, ampliavam o campo de atuação da conservação. O avanço dos debates sobre meio ambiente no Brasil foi marcado também pela crescente relevância das entidades ambientalistas, sobretudo as grandes organizações de viés transnacional, responsáveis pela ponte entre os países industrializados do Norte (onde se originaram as tendências do

²² Ver capítulo de introdução desta dissertação, nota de rodapé nº 1.

²³ A introdução do termo “*Agribusiness*” e o aumento crescente em sua projeção no país devem-se, em parte, aos esforços da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, criada em 1986. Esta Frente que trazia como secretário o agrônomo e já presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Roberto Rodrigues, pretendia congregiar interesses do setor agropecuário para influir nas esferas e decisões políticas do Estado. (Grynszpan, 2008) Como veremos mais a frente, sua presença também será localizada no conselho diretor de duas grandes entidades transnacionais ambientalistas (WWF-Brasil e TNC do Brasil) em momentos diferentes.

²⁴ Estas visões foram reforçadas por acidentes como o ocorrido no reator nuclear em Chernobil, o vazamento na fábrica de pesticidas em Bhopal, na Índia, a morte de milhões de pessoas na África vítimas da fome e da pobreza, ou mesmo nas incertezas e nos riscos do consumo de alimentos geneticamente modificados, entre outros (Scotto, 2009).

ambientalismo contemporâneo) e os países do Sul (onde se encontra a maior parte do estoque de biodiversidade do planeta) (RABINOVICI, 2008).

Na transição para o século XXI, as discussões sobre a conversão de florestas para atividades econômicas estabelecidas em algumas dessas entidades em atuação no país passam a ser encaradas como problemas relativos ao “desenvolvimento” e, portanto, de caráter estratégico para a conservação. A atuação dessas entidades, como veremos nos capítulos posteriores, será sustentada em alguns momentos pela ideia de que o Brasil representa, acima de tudo, uma oportunidade de levar a conservação e o “desenvolvimento sustentável” da produção a níveis grandiosos, jamais atingidos.

É na esteira da perda da biodiversidade e do desenvolvimento (“sustentável”) que a temática do “agronegócio” entra na agenda destas entidades ambientalistas de atuação transnacional. Acompanhando uma tendência de desmatamento que vinha em curva ascendente desde 2002, atingindo seu ápice em 2005,²⁵ o ‘agronegócio’ brasileiro entra para o centro dos debates internacionais sobre meio ambiente, alavancando ainda mais a relevância das organizações transnacionais ambientalistas enquanto representantes legítimos dos interesses ambientais. É nessa ocasião que podemos observar um maior envolvimento entre modelos ambientalistas das ONGs e temáticas ligadas ao “agronegócio”, enquadrado gradativamente como elemento fundamental para pensar uma ampliação da conservação e do desenvolvimento sustentável no país.

A incorporação dos debates por tais entidades, entretanto, constitui-se como produto da interação entre atores, como processo de natureza política. Desta forma, a construção de imagens e a atribuição de valores por parte das ONGs ambientalistas, na tentativa de delimitar “o agronegócio”, podem estar apontando, portanto, para algo além do surgimento de novos atores sociais. Isso significa que as próprias abordagens ambientalistas das ONGs sobre a temática do “agronegócio” devem ser desnaturalizadas enquanto abordagens homogêneas, para serem consideradas a partir de seus próprios termos – uma vez que foram produzidas por entidades distintas que possuem configurações, objetivos e estratégias também muito particulares. Neste sentido, a categoria “agronegócio” passa a representar algo mais do que um grupo social efetivo, para localizar também formas diferenciadas com que as ONGs inferem sobre temáticas como meio ambiente, território, desenvolvimento etc. As diferentes formas com que tais organizações apresentam (e atuam com) este ator social, delimitado pelo termo “agronegócio”, talvez possam ser interpretadas no cerne de uma disputa interna ao

²⁵ A taxa total confirmada pelo INPE para o período de Agosto de 2003 a Agosto de 2004, divulgado no ano de 2005 é de 27.423 km². Fonte: www.inpe.br. Acesso: 14/07/2010.

campo das ONGs ambientalistas em busca de legitimidade política de um discurso (e de uma prática) ecológico(a). Envolvidas nesse ‘campo’ e partilhando de certos “(pré)supostos”, tais apropriações e delimitações sobre a temática feitas pelas entidades em referência não deixam de dialogar e se influenciar permanentemente. Afinal, mesmo os movimentos de diferenciação supõem uma interação, uma necessidade de conhecimento daquilo que se quer diferir, podendo terminar mais por aproximar as concepções que inicialmente se desejavam distintas. Nas abordagens das ONGs sobre o “agronegócio” isso também parece possível. Apesar de tais entidades construírem percepções bem específicas sobre a temática, acreditamos ser possível unificá-las a partir de certos elementos que permeiam a discussão em ambas, embora de forma diversa, podendo nos ajudar neste movimento inicial de entender como tais entidades mobilizam esta discussão. Com esses elementos em mente, passemos ao ponto seguinte.

1.2 O “agronegócio” nas ONGs

Ao procurar descrever e analisar as referências mais atuais ao termo “agronegócio” em quatro organizações ambientalistas, a primeira preocupação aludida deveu-se à questão sobre qual seria a melhor forma de trabalhar com a categoria, articulada em diferentes entidades, com diferentes inserções, diferentes estratégias, distintas historicidades etc. Sabemos, com Durkheim e Mauss (2001), que classificar não é apenas constituir grupos, mas também dispô-los segundo relações muito específicas. As categorias de pensamento e as classificações, enquanto formas de perceber e apreender a realidade (sejam nas suas configurações mais “primitivas”, quanto nas mais “complexas”), deveriam ser pensadas como coisas “totais”, diretamente imersas em suas organizações sociais e a elas sempre remetendo. E mais. Por possuírem natureza eminentemente cognitiva (LÉVI-STRAUSS, 1976), são boas para pensar e boas para agir. Servem para organizar indivíduos e mobilizar ações para um determinado fim, isto é, são, antes de qualquer coisa, ‘ação’ (DURKHEIM, 2000).

A entrada da temática do “agronegócio” nas agendas das entidades enquanto “problema” ambiental digno de atenção deve ser percebida para além da realidade de suas dinâmicas. Entretanto, se dizemos que a construção do termo “agronegócio” não se deveu a uma invenção ambientalista das ONGs, a incorporação nas respectivas agendas tão pouco tem a ver com aspectos “naturais” e “objetivos” de sua existência. Mesmo envolvendo fatores “objetivos”, sua incorporação enquanto um “problema ambiental” depende essencialmente do

envolvimento de complexas dinâmicas sociais e políticas e do reconhecimento manifesto enquanto assunto público (FUKS, 2001). Apesar de tais organizações transnacionais representarem um papel importante na publicização de tais questões, este deslocamento de um olhar voltado para os aspectos mais evidentes e “objetivos”, para outro que privilegie o caráter construído e contextual, aponta inversamente para as características “subjetivas” e interativas entre tais entidades.

No caso do “agronegócio”, legitimado em arenas múltiplas, quando incorporado pela esfera ambiental e enquadrado nas interpretações das ONGs, ressurgiu sob novos termos. Com forte apelo e suporte midiático, tais organizações concorreram para expandir e popularizar determinadas reputações sobre o setor, que passaram a fazer parte do jargão e da compreensão ambientalista mais ampla sobre uma determinada realidade. O reconhecimento da autoridade das entidades sobre o aspecto ecológico da discussão não se refletiu, contudo, em uma incorporação equivalente dos diferentes posicionamentos das organizações. Por envolver permanentes disputas de interesses em arenas múltiplas, os posicionamentos das entidades frente à questão do “agronegócio” dificilmente se fazem dominantes e independentes umas das outras, ou das questões mais abrangentes e contextuais, o que demanda das entidades certa habilidade para equilibrar suas propostas às tendências mais gerais, tentando adequá-las sempre que possível.

Ao observarmos a incorporação e a forma como a categoria “agronegócio” tem sido articulada dentro dos discursos públicos do *Greenpeace-Brasil*, da *Conservação Internacional-Brasil*, do *WWF-Brasil* e da *TNC* do Brasil, constatamos certa proximidade nos contornos do “agronegócio”. Esta recorrência de determinadas problemáticas nos permite fazer um emparelhamento, chamando atenção para importantes pontos de convergências nas abordagens concernentes sobre esse tema.

1.3 Temáticas que o termo “agronegócio” pode mobilizar

Agricultura e commodity

O primeiro tema que trazemos, e talvez o mais evidente dentre aqueles que remetem a categoria “agronegócio”, é o tema da “agricultura” e produção “agropecuária”. Dotadas de certa abrangência, as referências à “agricultura” permitem generalizar determinados aspectos (positivos ou negativos, dependendo das circunstâncias), livrando as ONGs de embates mais

diretos entre modelos e ampliando o alcance discursivo de suas reivindicações. Em determinados casos, a utilização do termo “agricultura” chega mesmo a sobrepor-se ao termo “agronegócio”, tendo esse como termo de referência para dar conta de uma realidade. A questão, então, passa a ser a de saber a que estão remetendo quando tratam do termo “agricultura”, isto é, que modelos são articulados em suas abordagens?

Embora se utilizem regularmente de tais expressões, elas nem sempre são tão abrangentes em seus sentidos quanto sugere o termo. Sua utilização, com frequência, procura remeter a uma modalidade bem específica de agricultura: mecanizada, industrial, capitalizada, produtora de grandes *commodities* agrícolas de exportação. As referências à produção de *commodities*, por outro lado, enfatizam majoritariamente a produção de soja ou a produção de carne bovina em detrimento de outros produtos. Como veremos, nos discursos das entidades, esse privilegiamento sobre um modelo de agricultura e, dentro dele, sobre esses dois produtos, irão se justificar pelo grau de ameaça e de conservação que tais setores incorporam. A utilização de terminologias como “agricultura”, ou suas variações (agricultura de *commodity*, agricultura moderna, produção agropecuária, agricultura de soja, sojicultura, pecuária etc.), não parecem se distanciar muito dos sentidos dados quando se referem diretamente ao “agronegócio”, o que em determinados momentos, nos aponta para a possibilidade de trabalhar a temática ainda que indiretamente.

Desmatamento

A entrada das discussões sobre a produção agrícola e o “agronegócio” nas agendas das entidades trabalhadas, como veremos, derivam da constatação trágica de que as atividades agropecuárias no Brasil têm sido responsáveis pela conversão sistemática de grandes áreas de vegetação e ecossistemas nativos – sobretudo na Amazônia e no Cerrado – em áreas de pastagens e cultivo de grãos (para abastecer o mercado internacional). Mas, ainda que associada ao viés do desmatamento, isso não significa uma correlação automática entre a produção agrícola / “agronegócio” e as cargas valorativas de teor negativo ou positivo. Até porque, mesmo as visões sobre o ‘desmatamento’ podem variar com as circunstâncias. Se por um lado o desmatamento ilegal de vastas áreas de vegetação responsáveis por índices alarmantes em estatísticas oficiais, como aqueles divulgados pelo INPE em 2005, é apontado como ato reprovável e como prova da necessidade da ‘sustentabilização’ do setor, por outro tem sua carga negativa amenizada quando pensam que foi por meio desses índices que se podem aprofundar as discussões sobre conservação no país, chegando mesmo à

implementação de uma moratória em grande escala com a soja - que perdura até os dias de hoje. Com isso, positiva ou negativamente, explícita ou implicitamente, a temática do “agronegócio” está dialogando com a questão do desmatamento e a todo o momento a ela remetendo, quando das inferências mais práticas da entidade.

Adequação ambiental, sustentabilidade e certificação

Todas as organizações reivindicam uma mudança no que se refere às atuações do “agronegócio” nos campos brasileiros, chamando atenção principalmente para o aspecto da legislação ambiental e trabalhista. Partindo dos pressupostos do “desenvolvimento sustentável” e utilizando-se de diferentes retóricas e estratégias, as organizações cobram atuações do Estado e do mercado no sentido de ampliarem as exigências pela legalização das atividades produtivas do setor de um modo geral. Mas essas exigências são feitas especialmente nas regiões entendidas como de “fronteira” ou de “expansão da agricultura”, que unem grandes áreas de vegetação nativa e uma questão fundiária ainda mal resolvida que facilitam atividades ilegais e o desmatamento.

Nas visões mais gerais das entidades sobre a temática do “agronegócio”, a adequação ambiental do setor não só é considerada como algo possível, como também desejável, para que sua existência deixe de ser considerada um fator de “risco” à “natureza” e à biodiversidade. A adequação legal das grandes propriedades rurais e do “agronegócio”, de um modo geral, é apresentada como modo eficaz de implementar a conservação em grande escala no país, na medida em que a legislação obriga que um percentual (considerado satisfatório) da propriedade seja destinada a áreas de vegetação, na qualidade de reservas, áreas de proteção, entre outras modalidades. Esta manutenção de vegetação no interior da propriedade garantiria a conservação dos “processos naturais”, ao mesmo tempo em que poderia agregar valor à produção, ampliando os lucros dos proprietários, e favorecer a inserção em mercados de alto valor. A adequação legal das atividades também funcionaria como porta de entrada para o estabelecimento de novos critérios (verdes) de produção que poderiam ser ajustados para a conformação de mecanismos de certificação da produção. Tais mecanismos, também apresentados como respostas às exigências de mercado, apesar de receberem atenções distintas em cada entidade, são muito bem vistos e desejados na produção de *commodities* agrícolas, desde que sigam certos critérios de independência, transparência etc. É dessa forma que entendemos que o tema do “agronegócio”, portanto, pode trazer consigo toda uma discussão sobre modelos de desenvolvimento, adequação e sustentabilidade.

Mercado e política

Outros elementos com os quais articula a temática do “agronegócio”- implícitos nos demais pontos- estariam ligados às dinâmicas da política e do mercado. Junto com a dimensão política, as dinâmicas do mercado são apresentadas como uma das mais importantes influências sobre o comportamento “sustentável” ou “insustentável” do “agronegócio” nos campos brasileiros. As práticas atuais de comércio em conjunto com as práticas políticas, quando não estão embasadas em exigências “verdes” de produção, atuam em favor da insustentabilidade, do desequilíbrio, da desarmonização das relações entre homem e natureza. De um lado o desmatamento, a ilegalidade na produção por parte dos produtores, a expansão de monoculturas e a supressão da biodiversidade; de outro a adequação legal, a adoção de práticas de menores impactos, a ratificação de acordos para a produção “sustentável”, o estabelecimento de mecanismos de certificação. Tanto os aspectos mais ‘negativos’ quanto as soluções mais ‘positivas’ encontrariam suas origens e respostas nas esferas do “mercado” e da política, levando o tema do “agronegócio” para além de um problema estritamente ecológico. Isso é feito, sobretudo, quando se reflete sobre a posição do “agronegócio” hoje no país – geralmente apontado como um fato, um dado irreversível (justamente por sua força econômica e política) – e apresentam suas estratégias e formas de atuarem com essa questão, geralmente apontando para o potencial político e os benefícios econômicos que a incorporação da questão ambiental e da conservação podem trazer.

Embora as discussões se façam de formas diversas, quando se trata do tema do “agronegócio” chama-se a atenção para a centralidade dos mercados consumidores internacionais (as empresas *blue chip*) e das grandes *traders* do agronegócio como os principais agenciadores do desmatamento das florestas nas zonas agrícolas de expansão, marcando a necessidade de atuarem mais focalmente nesta linha. Em outra frente, os incentivos diretos ou indiretos dados pelo Estado são apresentados como outro elo importante para a configuração deste panorama insustentável (ou sustentável), na abordagem dessa temática, sendo, portanto, outro campo importante de atuação, no qual se procura discutir e apresentar projetos, buscando garantir as condições de “sustentabilização” das atividades do setor.

Ciência e Tecnologia

A participação dos arcabouços científicos e das ferramentas tecnológicas nas formulações dos ‘problemas ambientais’ são inegáveis, sendo mesmo considerada condição imprescindível para sua legitimação e existência enquanto questão pública (Yearley, 1991; Hannigan, 2009). A presença da ciência e da tecnologia nos discursos e práticas das entidades é praticamente constitutiva, embasando amplamente suas concepções e seus posicionamentos frente a diferentes questões. Por possuírem vínculos estreitos e estarem sempre em contato com grupos de aconselhamento científico – usando-se de estruturas próprias, trabalhos conjugados aos de outras instituições de ciência (públicas ou privadas) ou por meio de assessorias privadas – as entidades constroem suas próprias *expertises* técnicas. Por meio dessas, elas garantem inserção tanto nas discussões públicas de viés mais midiático (capazes de influir nas dinâmicas de consumo ou de mobilização da opinião pública para alguma questão, por exemplo), quanto nas esferas oficiais da política (junto aos formuladores de políticas públicas), proporcionando respostas eficazes às suas demandas.

Tais aportes tecno-científicos fundamentam, igualmente, suas perspectivas mais gerais, sejam nas referências ao meio ambiente e à conservação ou nos debates sobre desenvolvimento. Assim será também no caso do “agronegócio”. Nele, o peso da dupla ciência-tecnologia pode ser sentido já nos recortes de privilegiamento sobre modelos de produção mais tecnificados. Como apontamos anteriormente, esse privilegiamento pode ser verificado até mesmo nas referências gerais (como na questão mencionada da “agricultura”), que embora possam apontar para uma amplitude de modelos, encontram-se mais próximas das configurações do “agronegócio”. Orientados por uma crença inflexível nos resultados de ciência e tendo as ferramentas tecnológicas como meio para aplicá-la tendem a considerar a mecanização (verde) das atividades o caminho para uma produção de baixos impactos²⁶. Na prática, isso se refletirá em programas ou projetos voltados principalmente aos setores do “agronegócio”, na busca por adequações tecnológicas que viabilizem o estabelecimento de uma produção mais “sustentável”.

²⁶ Mesmo nas pequenas produções (menos mecanizadas e mais diversificadas) como no caso da “agricultura familiar” ou naquelas envolvendo “populações tradicionais”, não descartam a necessidade de inferências tecnocientíficas para “ajudá-las” no manejo de seus recursos de forma “sustentável”.

Meio ambiente, conservação e dinâmica espacial

A concepção do “desenvolvimento sustentável” – reinante entre tais organizações – que postula o “uso racional” dos “recursos naturais” disponíveis para a manutenção do equilíbrio hoje e para as futuras gerações, também estabelece um canal de comunicação com a temática do “agronegócio”. Detentores de terras, tecnologia e capital, além de terem os mercados internacionais (principalmente, os Estados Unidos e a Europa) como seus principais consumidores, o “agronegócio” configura-se nos modelos ambientalistas das ONGs como setor estratégico para expandir a conservação no país. Mas, quais são as ideias de meio ambiente e conservação subjacentes a essas entidades? Que conservação esperam para o “agronegócio”? Onde estão os focos de trabalho destas entidades?

Em primeiro lugar, devemos chamar atenção para as representações jurídicas que se tem no país sobre o mundo natural – representações também articuladas pelas ONGs – que o definem, ao mesmo tempo, por uma dimensão natural e uma outra social. Enquanto se reconhece como ‘natural’ os elementos de ordem física, química e biológica, por ‘dimensão social’ chama-se atenção para seu caráter de ‘bem-público’ que precisa ser “protegido” em função de sua procedência coletiva (FUKS, 2001). Nesta perspectiva, no modelo das organizações advoga-se a “proteção” científica do “meio ambiente”, associando-o a interesses universalizados (“interesses difusos”²⁷), relacionados à sobrevivência estável do próprio planeta.

O foco biológico utilizado pelas entidades, orientado, sobretudo, pelo campo da ‘Biologia da Conservação’, fundamenta-se na proposta de manutenção da biodiversidade (ecossistemas, espécies de flora e fauna, e diversidade genética, basicamente). Esse ramo da Biologia é apontado por Hannigan (2009) como uma espécie de “*ciência aplicada que estuda a biodiversidade e as dinâmicas da extinção*”. Nesta perspectiva de “ciência” voltada para a prática da conservação, as ONGs utilizam tais ferramentas não só como forma de ‘reparar’ danos causados ao meio ambiente, mas também com o intuito de prever (e assim prevenir) possíveis danos. É mediante a orientação de tais modelos que as organizações desenvolvem e demandam ações de “proteção” ambiental.

A noção de “área protegida” (seja pública ou privada), marcada pelo aspecto da restrição e normatização segundo critérios cientificamente estabelecidos, assemelha-se ao modelo de “conservação do mundo natural” originário nos Estados Unidos, pautado em uma

²⁷ Categoria utilizada para simbolizar interesses concernentes à humanidade, mais abrangentes que os interesses ditos “coletivos”. (MANCUSO, 1991; FUKS, 2001)

concepção muito específica de natureza intocada que classifica a presença humana como ameaça ao mundo natural (DIEGUES, 2004). Mas, para além dessa concepção, as necessidades econômicas e as propostas oriundas do modelo sustentável chamam para uma conformação restritiva, mas não excludente de interação²⁸ entre ‘atividades humanas’ e a manutenção de espaços naturais. Esta ‘otimização’ da conservação e seu propósito de integração com o “desenvolvimento” tende a estimular uma concepção do meio ambiente como um ativo importante e lucrativo aos negócios. No caso do “agronegócio”, por exemplo, o movimento das organizações encontra-se voltado principalmente para uma adequação legal das propriedades com o estabelecimento das áreas de conservação previstas pelo Código Florestal Brasileiro. Atuando sob um misto de prioridade científica e abrangência pública das questões (com suas repercussões políticas e econômicas), no caso do “agronegócio”, a conservação é enfatizada, acima de tudo, como um ‘bom negócio’.

Ao mesmo tempo em que o termo “agronegócio” sinaliza para configurações de caráter político e econômico anteriores às abordagens do ambientalismo (tendo como referência tais instituições não-governamentais e transnacionais), sua incorporação nos debates e nas práticas de tais ONGs tem contribuído para reformulações nas percepções públicas sobre o setor. Entretanto, tais incorporações, realizadas mediante manipulações das entidades, ao mesmo tempo em que pretendem realçar um aspecto da realidade, concorrem para ofuscar outras relações e dinâmicas concernentes aos próprios grupos e às lógicas que as produziram desta forma. Falar do “agronegócio” enquanto categoria supõe um ordenamento lógico anterior que lhes concede significado e lhes dá especificidade em relação às construções de cada uma das organizações. Ainda que determinados elementos perpassem construções argumentativas nos projetos das ONGs observadas, eles não são apresentados de forma equivalente em suas respectivas abordagens. As ênfases dadas para determinados elementos, bem como suas possíveis combinações, dão os contornos de especificidade do tema em cada instituição, o que pode vir a revesti-las de certa ambigüidade ou contradição em determinados momentos.

Certamente, há uma grande variedade de “ONGs ambientalistas” com projetos e percepções variadas sobre a realidade, sendo impossível uma abordagem deste campo tão diversificado a partir de uma denominação tão simplista e homogeneizadora como a de “discurso ambientalista”. Dessa forma, o movimento que apresentaremos em seguida, parte basicamente da descrição das concepções de “agronegócio” fundamentadas pelas

²⁸ Nesta perspectiva, concedem à ciência o poder de definir onde as atividades humanas devem ser restringidas, ou onde podem ser manejadas economicamente (extração, turismo, produção etc.).

organizações *Greenpeace-Brasil*, *World Wildlife Fund-Brasil (WWF-Brasil)*, *Conservação Internacional-Brasil (CI-Brasil)* e *The Nature Conservancy (TNC)* do Brasil.

3 AMBIENTALISMO DE DENÚNCIA: O DISCURSO DO *GREENPEACE-BRASIL*

O Greenpeace define-se como uma “organização global”, “sem fins lucrativos” e “independente”. Atua em defesa do “meio ambiente”, em busca de medidas que sejam “economicamente viáveis” e “socialmente justas”. A entidade não se coloca como “instituição de pesquisa, de política ou de conservação”, suas ações são ditas de “denúncia” e de “propostas alternativas” que visam garantir a “sustentabilidade do planeta”.²⁹ Criada em 1971 no Canadá, por ecologistas e jornalistas – a partir de um protesto contra testes nucleares praticados pelo governo dos Estados Unidos nas ilhas Aleutas, no mar do Pacífico Norte –, atualmente, a instituição se configura como uma entre as grandes organizações não-governamentais ambientalistas com atuações internacionais. A organização possui escritórios nacionais em mais de quarenta países, sendo o Brasil um deles.

O Greenpeace chegou ao Brasil em 1990, dentro do plano de expansão de sua atuação em direção à América Latina. Nesse mesmo ano, estabeleceu-se na Argentina, no Chile, na Guatemala e no México. A escolha dos países se fez em razão de sua importância, considerando-se os seus aspectos ambientais e sociais, tanto no âmbito regional como no internacional.[...] A primeira ação direta realizada no Brasil teve por objetivo chamar a atenção dos riscos envolvendo o uso da matriz nuclear para fins de geração de energia. Os ativistas se reuniram em 26 de abril de 1992, de forma pacífica, em frente à usina de Angra. Ali fixaram no chão diversas cruzeiras brancas, lembrando as vítimas dos acidentes nucleares, em especial, as de Chernobyl. Após essa primeira ação, muitas outras se sucederam, sempre pacíficas. As mensagens passadas não deixam dúvidas quanto aos seus propósitos: a defesa, a proteção do meio ambiente. (RELATÓRIO ANUAL, 2003, p. 5)

O contexto de desembarque da organização, não por coincidência, se dá às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, também conhecida por Eco-92. Como foi destacado em entrevista:³⁰

A vinda da organização foi principalmente motivada com a Eco-92. Com eventos da Eco. Então, começou uma discussão aqui. O Greenpeace não tinha tantos escritórios na América do Sul, queria instalar um no Brasil e aí começaram os contatos. Não.. a entidade começou formalmente em 92. [...] Mas durante a Eco já existia algumas pessoas trabalhando em nome do Greenpeace aqui. Alguns voluntários e outros contratados como consultores pelo Greenpeace-Internacional, né? Que foi quem começou a instalar o Greenpeace-Brasil. Porque a estrutura do Greenpeace, ela é... ela tem uma certa independência, porque os escritórios montam suas próprias estruturas e tem seu próprio comando. Mas ele também trabalha em rede. Os escritórios trabalham juntos, [...] de forma temática: a campanha florestas, a

²⁹ Retirado de :www.Greenpeace.org/brasil/quemsomos/. Acesso: março de 2008/dezembro de 2009

³⁰ Todas as referências de entrevista neste capítulo se referem a entrevista realizada com o *campaigner* do programa Amazônia em outubro de 2010.

campanha oceanos, a campanha de climas. Ou de maneira geográfica. Então, América do Sul, se tem algumas coisas, por exemplo, os escritórios do sul, que estão muito onde estão as florestas tropicais, né? É do hemisfério sul. (ENTREVISTA)

A escolha em trabalhar no Brasil por meio de estabelecimento de um escritório nacional próprio é inserida e justificada por uma série de critérios ecológicos avaliados em larga escala e com potencial para impactos em níveis globais, bem como em virtude da crescente importância política e da visibilidade econômica do país no quadro internacional. Além das preocupações com a questão nuclear brasileira, o contexto de fixação da entidade aponta para preocupações crescentes com a dilapidação dos recursos naturais (especialmente da floresta amazônica), mudanças climáticas, entrada dos transgênicos nos campos brasileiros, entre outros temas. Pode-se dizer que o próprio modelo de ação empregado pela organização, como veremos, desempenha um importante papel na definição dos problemas a serem trabalhados mais sistematicamente. Esse modelo, pautado em campanhas abrangentes, segue uma linha informativa, de mobilização pública em torno de questões tidas como mais relevantes. Definidas as questões a serem trabalhadas, são desenvolvidas investigações confidenciais, com levantamentos e análises de dados, seguidos posteriormente da divulgação dos resultados por um viés de *denúncia* das ações relacionadas, também classificadas como “agressões” ao meio ambiente. “As campanhas sempre começam na frente de um computador. Antes de ir para as ruas é preciso um extenso trabalho preparatório”. (RELATÓRIO ANUAL, 2008, p. 5).

A divulgação pública da entidade se faz por meio de amplas ferramentas de disseminação como publicações impressas (relatórios, informativos, boletins temáticos etc.), protestos³¹ públicos, utilização de mídias variadas para divulgação da causa (especialmente a internet, mas também o rádio, a televisão, além de inserções em jornais e revistas que lhes dão espaço), até mesmo ações junto a parlamentares por meio do *lobby* político, levando, assim, as questões aos interessados. Mediante essas ações, a entidade entende estar atuando em defesa do meio ambiente e construindo meios de “proteger” o planeta. Entretanto, esta

³¹ As ações de protesto da entidade variam entre ações presenciais e ações virtuais. As ações presenciais, implementadas graças à participação de ativistas (convocados e orientados pela organização), buscam garantir a presença da instituição no local do incidente (ideia do testemunho ocular à “agressão”). Mas também podem possuir um caráter mais reivindicatório, **chamando atenção** para um problema e demandando ações para equacioná-lo. As ações com esse caráter são empregadas geralmente em ocasiões de grande visibilidade, sejam reuniões oficiais envolvendo autoridades ou intervenções criativas em lugares com maior apelo midiático, como pontos turísticos ou áreas com grande circulação de pessoas, por exemplo. De outra forma, os protestos por canais virtuais (ou “*ciberativismo*”) podem ser utilizados para informar sobre alguma situação classificada como relevante, ou como forma de mobilização pública para alguma questão ou evento da entidade. Ela também pode atuar através de abaixo-assinados direcionados a representantes políticos responsáveis ou de alguma forma envolvidos com uma situação contestada pela entidade, ganhando respaldo e *status* de “opinião pública”.

atuação da organização, envolvendo um confronto direto entre valores estabelecidos, não se reflete em uma auto-classificação enquanto ‘instituição política’. [O Greenpeace] Não é uma instituição de pesquisa, política ou de conservação. “O Greenpeace entra em ação para expor algum crime ambiental ou para apontar um caminho que garanta a sustentabilidade do planeta”.³²

Embasados por percepções morais de ‘justiça ambiental’, o *Greenpeace* procura enfatizar o altruísmo de seus ativistas e colaboradores em prol de uma causa universal. Ao mesmo tempo em que classifica determinadas ações como “irracionais”, “crimes” ou “agressões”, aponta outras como “racionais”, “viáveis” e “justas”, realçando aquelas que seriam suas principais orientações e características, como forma de oposição. Com isso traz na construção da auto-imagem da entidade a figura dos defensores de uma natureza indefesa e sob ataque permanente, “utilizando confrontos não-violentos para expor os problemas ambientais globais e alcançar soluções que são essenciais a um futuro verde e pacífico.”³³

Estas ideias de “confronto não-violento”, presentes também nos movimentos *hippies* e de ‘contra-cultura’ que contextualizaram as origens do Greenpeace no Canadá, são apresentadas como elemento constitutivo dos valores da organização, fazendo parte igualmente do código de conduta institucionalizado e padronizado do Greenpeace no mundo. O postulado da “proteção” da “natureza” está contido dentro de seus objetivos mais gerais, também traduzidos na ideia de “missão”.³⁴

Nossa missão é proteger a biodiversidade em todas as suas formas, evitar a poluição e o esgotamento do solo, oceanos, água e ar, acabar com as ameaças nucleares e promover a paz. Não aceitamos doações financeiras de governos, partidos políticos e empresas como forma de garantir nossa independência. (RELATÓRIO ANUAL, 2007, p. 2)

Considerando a “proteção” do meio ambiente como uma “missão” (um misto de obrigação moral e objetivo mais abrangente, que embasa suas ações na busca por um “futuro verde e pacífico” *Greenpeace* realça seus meios “não-violentos” de confrontos e, principalmente, sua “independência” de posicionamento. A “independência”, na abordagem da entidade, além de interpretada como atributo de “transparência” e “credibilidade”, funciona

³² Fonte: www.greenpeace.org/brasil/

³³ Fonte: www.greenpeace.org/brasil/

³⁴ Embora a palavra “missão” seja pouco utilizada atualmente no vocabulário do *Greenpeace-Brasil*, isto não significa um afastamento ou reorientação dos objetivos anteriores. Como nos esclarece nosso informante, a ausência do termo atualmente se daria por uma questão “meramente semântica”. A permanência da *missão* nas argumentações deste trabalho, contudo, se explica por sua capacidade de condensar os macro-objetivos que orientam as ações da entidade ainda hoje, mas que se encontram dispersas ou indiretamente indicadas em seu discurso público.

como mecanismo de autoridade e identificação. Na medida em que garante isenção de vínculos (morais, econômicos ou políticos) necessários para ações de “denúncia”, afasta-se especialmente dos modelos de outras entidades que atuam na implementação direta de modelos de desenvolvimento, como o caso da *TNC* do Brasil e a *Conservação Internacional – Brasil* e também o *WWF-Brasil*, em certo sentido. Como coloca nosso informante:

O..[Greenpeace] não é uma organização de trabalhar tanto com o desenvolvimento, implementar soluções. Mas ela é uma organização que aponta problemas sérios, problemas crônicos, que vêm de décadas às vezes e a coisa não muda. [...] Até de apontar soluções, mas não trabalha para implementar essas soluções.[...]
Para uma atividade que a gente faz, de campanha, que você precisa às vezes expor o governo, cobrar, expor o setor, quer seja ele mineral, madeireiro etc, e cobrar, você não pode ter a dependência. Fica difícil para as organizações – e a gente percebe isso – que recebem dinheiro do governo, por exemplo, para fazer projetos e elas atacam o governo. Elas não expõem o governo. Não põem o dedo na ferida. Já a gente coloca. (ENTREVISTA)

Este trabalho em “campanhas” sobre temas abrangentes, contudo, não é livremente agenciado pela entidade no Brasil.

Existem macro campanhas que são tocadas no mundo todo. Nos outros escritórios é igual, e dependendo do escritório ele pega essa campanha ou não.
Então geralmente existem mais campanhas. Um escritório não consegue... dificilmente um escritório... a não ser que tenha muito dinheiro e tenha todos os temas para trabalhar, pegam todas as campanhas que o Greenpeace tem hoje no mundo.
Então, você tem a campanha de tóxicos, de compostos químicos, coisa que o Brasil aqui não tem. Nossa campanha só está focada em floresta, em clima e em energia, né? Principalmente de energias renováveis, para a gente diminuir nossa ‘pegada’³⁵.
[...]
Você tem campanha de agricultura, alguns países tocam isso, de preservar o DNA e a genética de variedades mais rústicas; de não deixar essa homogeneização que as grandes empresas de agrotóxico e sementes querem sempre fazer. De evitar transgênicos, de apoiar mais agricultura orgânica. Então, tem campanha de agricultura. São várias campanhas. Isso eu posso te falar. (ENTREVISTA)

Ainda seguindo as pistas da entrevista, para que uma campanha seja posta em prática:

Cada campanha é uma situação, mas parte sempre do princípio da problemática do país, entendeu? Aqui, o problema todo mundo sabe que é o desmatamento da Amazônia, é um problema grave. Vem sendo, né? Ele diminuiu agora, nos últimos anos, o desmatamento. Ele caiu porque estava lá na estratosfera, as taxas de desmatamento anuais. [...]

³⁵ Refere-se a ideia de “pegada ecológica”, também encontrada em materiais do *WWF-Brasil* de 2008. Corresponderia a estimativas que visam avaliar o impacto que as atividades humanas deixam na natureza e se estas estão de acordo com a capacidade de renovação dos recursos naturais do planeta.

Então a problemática é uma coisa. A outra é a estrutura, se o país tem estrutura ou não pra tocar aquilo. Você precisa de recursos pra fazer a campanha, né? Então, óbvio que se o país não tem condições de tocar aquela campanha e outros escritórios não podem ajudar, auxiliar, porque isso acontece, vai ficar difícil começar aquela campanha. (ENTREVISTA)

Isso explica o fato de uma das maiores fontes anuais de arrecadação da entidade, divulgados em seus relatórios, vir da própria rede *Greenpeace*.³⁶ É também ao fato de boa parte do montante total arrecado desde 2001, pelo menos, ser direcionada para ações ligadas à Amazônia³⁷. Além de grande importância ecológica, o peso simbólico que a floresta Amazônica possui no imaginário ambientalista, amplia a capacidade de persuasão e mobilização pública em torno das questões ambientais da entidade. A utilização de imagens e alegorias em torno dela, por meio das “problemáticas” como o desmatamento, aumenta o alcance público do trabalho, dando legitimidade às ações e criando demandas por essas ações. O trabalho ligado à manutenção das áreas de vegetação, contudo, tende a esbarrar em interesses e dinâmicas divergentes há muito consolidadas, levando o conflito para dentro das dinâmicas políticas de Estado e para diferentes instâncias comerciais. É por meio desta perspectiva que podemos pensar a introdução da temática do “agronegócio” nas visões mais gerais dessa entidade ambientalista. Além de uma referência a um “outro” (um ator coletivo dotado de características determinadas), a caracterização deste “outro” pela entidade, como veremos, se dá principalmente por meio de projeções que encarnam atributos desvalorizados dentro do modelo idealizado da organização. Nesse sentido, a intensidade de interação com a temática e o setor (ainda que indireta e em oposição a ele), aparece como elemento essencial para a produção de reputações que, mais do que apontar para qualidades inerentes do setor, marca as visões da organização sobre o tema, suas estratégias e as demandas mais concretas que embasam suas ações.

³⁶ Isto fica evidenciado nos demonstrativos financeiros dos relatórios anuais analisados, de 2001 até 2009 (com exceção dos relatórios anuais de 2005 e 2006, não disponibilizados). Em todos eles fica demonstrado que mais da metade das arrecadações (entre 70% e 50%) são oriundas de outros escritórios da rede, sendo acompanhados pelas contribuições junto a sócios, geralmente em torno de 24% à 44% do montante, “licenças”, entre 0% e 1% (excepcionalmente no ano de 2001, alcançando 10%), e “financeiras/outras” entre 0,1% e 2% . Este último identificado no relatório de 2003 como relativo às arrecadações junto a Fundações no exterior.

³⁷ Em referência aos mesmos relatórios, mencionados na nota anterior, vemos a média dos recursos empregados na campanha Amazônia ou na campanha de florestas (a partir de 2007) de 32,3%, indo de uma máxima de 51% (em 2001 e 2002) a uma mínima de 12,5% (em 2007, já desmembrada na campanha de floresta).

2.1 “Agronegócio” de um lado, “natureza” de outro.

A construção da auto-imagem da entidade que viemos desenvolvendo até o momento será muito importante para dar os contornos particulares da ONG, no que se refere ao seu olhar sobre o termo “agronegócio”. Até porque, apesar de amplamente utilizado nas abordagens da organização, as formulações sobre a categoria são sempre muito difusas e pulverizadas em seus materiais, não sendo encontrada uma definição clara do que se entende, de fato, pelo termo. Embora esteja colocado dessa maneira, o termo ganha forma quando observado junto aos contextos em que é utilizado e com quais questões dialoga. Ressaltam-se, assim, alguns aspectos em detrimento de outros, possibilitando uma interpretação sobre como o termo se localiza dentro das questões ambientais da ONG, com quais modelos de sociedade ela está articulando, qual posição ocupa dentro de suas prioridades e em que se aproximam e se afastam das abordagens das demais entidades.

O modelo que mais se aproxima de uma conceituação do termo “agronegócio”, encontrado em um dos materiais do *Greenpeace-Brasil*, lhe atribui uma série de qualidades depreciativas e criminalizantes, enfatizando os aspectos mais negativos na configuração deste “outro”.

O atual modelo de agronegócio beneficia poucos privilegiados, exige grandes fazendas mecanizadas, usa massivas quantidades de agrotóxicos, expulsa pequenos produtores de suas terras, destrói a floresta e gera pouquíssimos empregos. É uma repetição da monocultura de exportação que se instalou no país há 500 anos, gerando a enorme injustiça social que persiste até hoje.³⁸

Pensar no termo “agronegócio” tal qual usado pelo Greenpeace é, acima de tudo, pensar em uma oposição às florestas, à “proteção da biodiversidade” e do “meio ambiente”, termo esse menos marcado por uma dita ‘modernidade’ do modelo e mais vinculado a uma ética convencional de produção ainda ancorada na dilapidação dos recursos naturais como base para o desenvolvimento. Por essas e outras, fica concluído na passagem anterior ser um “mito” dizer que o “agronegócio” é “bom para a Amazônia”, denotando por “mito” aspectos falseados, errôneos, ilusórios, que se opõem ao verdadeiro, ao real, concernente ao próprio posicionamento da organização.

³⁸ Retirado de: http://www.greenpeace.org.br/vivaamazonia/mitos/mitos_verd.swf , acessado em 19 de abril de 2009.

Nas visões mais gerais da entidade, a concepção de meio ambiente e natureza encontra-se apoiada nas ideias de biodiversidade e de ecossistemas para a manutenção da diversidade animal e vegetal das espécies, não se diferenciando muito das demais entidades ambientalistas. No entanto, por não trabalhar na implementação direta de soluções, o foco do *Greenpeace-Brasil* sobre os aspectos mais relevantes deste meio ambiente será diferente. No caso do *Greenpeace-Brasil*, a abordagem está voltada principalmente para os danos ou ameaças de danos ambientais. Seu viés de denúncia não lhe permite adentrar em questões relativas à diversidade das espécies e seus comportamentos ou mesmo em argumentações sobre a importância ecológica da preservação em virtude dos “serviços ambientais” prestados, como no caso de outras ONGs como a *Conservação Internacional – Brasil* ou a *TNC do Brasil*, por exemplo. A postura do *Greenpeace-Brasil*, antes, constrói seus argumentos partindo de acusações e críticas sobre os modelos aos quais estão contrapostos. Suas preocupações em delinear e combater modelos contrários à conservação das florestas, neste caso, são maiores do que o movimento de sistematização ecológica ou a argumentação embasada na demonstração da importância dos ecossistemas para a existência humana.

Nesta perspectiva, seguindo os argumentos da organização, as ações de “proteção” e conservação devem ser voltadas (sem utilizar critérios muito explícitos) para a manutenção das florestas nativas em geral e as florestas em grande escala, garantindo, assim, a permanência dos processos “naturais”. A entidade considera as florestas brasileiras – com uma abordagem que destaca principalmente a região amazônica – como dotadas de certa fragilidade e vulnerabilidade legal, por ausência ou omissão do Estado, demandando ações de “proteção”. Desse modo, os trabalhos com denúncias e divulgações públicas sistemáticas de irregularidades feitas pelo *Greenpeace-Brasil* procuram funcionar como mecanismo de pressão, podendo reivindicar não só uma mudança de comportamento, mas também o estabelecimento de áreas públicas restritas à conservação. Como foi apresentado em entrevista por um funcionário da entidade:

Então, também nós começamos a trabalhar, lá atrás, com isso, com Unidades de Conservação. Hoje foram criadas muitas Unidades de Conservação, mas o grosso que você tem na Amazônia hoje são terras indígenas que não necessariamente estão protegidas, porque os indígenas podem... vão cada vez mais começar a fazer uma série de atividades – como já existe – de mineração, já existe exploração madeireira dentro de terra indígena. Agora, as áreas de proteção integral são áreas que você não pode fazer nada, nem minérios, nada, nada, nada, nada. Só visitação e pesquisa científica. Como os Parques Nacionais, por exemplo. (Entrevista)

Com esse modelo de “proteção” em mente – e sem entrarmos em detalhes sobre o lugar das populações indígenas neste modelo – o *Greenpeace* entende que “as unidades de conservação representam uma barreira efetiva para conter o avanço da grilagem das terras e, conseqüentemente, da violência associada à ocupação ilegal da floresta e destruição ambiental”.³⁹

O movimento de reivindicação por “áreas protegidas” de vegetação carrega consigo a preocupação (direta ou indireta) com a questão do desmatamento e da “destruição ambiental”, precedente importante para o trabalho com a temática da agroindústria de *commodities*.

De certa maneira, o modelo prático de conservação do *Greenpeace-Brasil*, que reivindica o estabelecimento de “áreas protegidas” nos moldes dos parques nacionais, sobretudo, é marcado como um ponto importante de convergência com as demais ONGs. Mas não somente isso. O viés de conservação biológico, apoiado principalmente em descobertas científicas como fonte de legitimação, e na compreensão de que é possível uma adequação entre os interesses econômicos e ambientais pela linha da “sustentabilidade”, também aproximaria o modelo de conservação do *Greenpeace-Brasil* aos das outras organizações apresentadas neste trabalho.

Em contrapartida, sua estratégia de atuação por meio de campanhas públicas e de denúncias implica também em um privilegiamento do embate, do reforço de antagonismos entre modelos “sustentáveis”, “racionais” e outros concebidos como “insustentáveis”, “inviáveis”, “predatórios”. Marcando um ponto importante de descontinuidade com os modelos das demais entidades. Além deste, outro ponto de afastamento talvez esteja no próprio sentido das “áreas protegidas”. Enquanto em outras entidades, tais como a *Conservação Internacional – Brasil* e *TNC* do Brasil, prega-se a possibilidade da coexistência entre produção e conservação, pela criação de mosaicos interligados de conservação, trazendo as áreas verdes para dentro das propriedades, no caso do *Greenpeace-Brasil* o foco será outro. Para essa organização, o estabelecimento de “áreas protegidas” ao mesmo tempo em que concorre para o equilíbrio climático global ou para a manutenção da biodiversidade, funciona também como “barreira verde” ao avanço de modelos “insustentáveis” como aqueles do “agronegócio”, marcando e reforçando sua visão polarizada da questão ambiental.

Esta ideia de criar um “grande ‘paredão’ para barrar o desmatamento na Amazônia” (RELATÓRIO ANUAL, 2004, p. 2.), entretanto, nem sempre teve como antagonista o

³⁹ Disponível em: www.greenpeace.org/brasil/amazonia/noticias. Reportagem intitulada “Lula cria mosaico de áreas protegidas na fronteira de expansão do agronegócio”, publicada em 13 de fevereiro de 2006. Acesso: 23/10/09.

“agronegócio” ou a soja. Antes da soja, por exemplo, o *Greenpeace-Brasil* desenvolveu trabalhos de investigação e denúncias junto ao setor madeireiro quanto à extração ilegal de espécies como o mogno⁴⁰ ou mesmo à questão dos transgênicos nos campos brasileiros. Esse último ponto, aliás, era um dos focos mais evidentes abordados pela entidade ao tratar das grandes *traders* e da produção de soja. Isso se deu, sobretudo, no período anterior à divulgação das taxas recordes de desmatamento registradas pelo INPE em 2005, relativas ao período de 2003 a 2004. Neste momento, o *Greenpeace-Brasil* seguiu trabalhando “para que o Brasil continue sendo um país livre de transgênicos.” Atuando de diversas formas, com “ação, informação e mobilização dos consumidores; pressão sobre indústrias de alimentos”, para que elas adotassem “medidas de controle para garantir produtos livres de transgênicos”. Atuavam também “junto ao Poder Público, para a elaboração e implementação de leis capazes de garantir a segurança ambiental e alimentar”, para que, desta forma, “o Brasil siga sendo o maior produtor de grãos não transgênicos do mundo.” Mas, como destacado em entrevista, “de 2005 pra cá, nós começamos a atacar o desmatamento já. Porque a gente já tinha adquirido experiência, bem... entendia bem a problemática.” Ainda remontando a entrada das temáticas da soja e do “agronegócio” na agenda do *Greenpeace-Brasil*, o entrevistado diz:

O que estava pegando muito na época, graças ao processo lá da vaca louca, lá na Europa, é que a Europa começou a demandar proteína de soja em condições gigantes, pra substituir a ração animal. [...] Então, começaram a trabalhar com a soja e a soja explodiu no mundo inteiro. Estados Unidos, Argentina e Brasil que eram grandes produtores investiram mais. E ainda o Brasil, com muita terra barata, com baixa governança no norte, principalmente, e começou a plantar soja assim. A taxa de desmatamento de 2003-2004, foi soja que impulsionou lá em cima. [...] E aí, nós resolvemos então trabalhar com o tema ‘soja’ e expor o que estava acontecendo no campo com a soja. [...] (ENTREVISTA)

O impacto e a repercussão desse trabalho “com a soja” resultou no movimento de reformulação da produção que culminou na “Moratória da Soja”, em julho de 2006. Como coloca o entrevistado, mencionando esse contexto:

Aí o que aconteceu, as grandes *traders* – porque nós trabalhamos com as grandes *traders* – eles vieram conversar conosco e aceitaram também a proposta, aceitaram que não dá pra continuar e etc. Agora, aceitaram porque houve uma pressão fortíssima dos compradores como o MacDonal’d’s, por exemplo. O MacDonal’d’s falou: “Eu não quero ter o meu hambúrguer associado com a soja que veio da destruição da Amazônia”, né? De jeito algum. Então, houve essa pressão de

⁴⁰ Em entrevista com o informante, funcionário da entidade, foi mencionado um grande trabalho planejado pelo *Greenpeace-Brasil* com o mogno no ano de 2001. Este trabalho, também mencionado nos relatórios da entidade do mesmo período, consistiu basicamente em provar que todo mogno autorizado para o manejo no Brasil era ilegal. Isso porque, segundo o entrevistado, “os planos de manejo eram planos fantasmas, não existiam. Nas áreas onde ele estava não tinha mais mogno e, no entanto, foi autorizado.”

compradores também, em cima das empresas aqui, de não estar mais associado. E aí, as empresas toparam fazer algo diferente. Fazer o monitoramento e excluir quem desmatasse a partir daquela data que é 2006. Não comprar das fazendas que desmatassem a partir de então. E vem conversando com a gente e, assim, acredita na gente. Mudaram a postura, entendeu? Antes nós éramos os demônios, agora vêm que não, que é sério e que tem proposta e etc. E nesse caso até ajudou a implementar, a construir o mecanismo de monitoramento etc. (ENTREVISTA)

Esse compromisso assumido pelo setor, com duração inicial de dois anos, mas que tem se renovado até o atual momento, é colocado como uma iniciativa das indústrias e exportadores da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC) em não adquirirem soja oriunda de áreas desflorestadas no bioma Amazônia a partir de julho de 2006, quando foi estabelecido o compromisso. Além da adesão das empresas associadas, como ADM, Amaggi, Bunge, Cargill e a Louis Dreyfus *Commodities*, a “Moratória da Soja” é acompanhada também por cinco grandes ONGs ambientalistas, sendo quatro delas as grandes organizações transnacionais (*Conservação Internacional – Brasil*, *WWF-Brasil*, *TNC do Brasil* e o *Greenpeace*, além do IPAM). Embora seja reconhecido o movimento do setor na implementação da moratória, não se pode descartar a influência do *Greenpeace* e seu relatório “Comendo a Amazônia”,⁴¹ que veio a público em abril de 2006.

Desde meados 2004 que a organização vinha investigando a cadeia da soja e sua relação com o desmatamento na região amazônica. Se por um lado não podemos registrar o momento exato de entrada do termo “agronegócio” no vocabulário do *Greenpeace-Brasil*, por outro, podemos constatar uma ênfase crescente a partir de 2004, com sua consolidação enquanto termo designador de uma realidade, após as repercussões do relatório mencionado de 2006. Nesse mesmo período, a temática do “agronegócio” vinha entrando também nas agendas das outras ONGs transnacionais em atuação no Brasil, passando a fazer parte dos circuitos ambientalistas de forma mais ampla. Embora seja apressado afirmar a existência de uma relação direta entre a divulgação do relatório e das denúncias feitas pelo *Greenpeace-Brasil* com toda a cadeia de eventos posteriores, não podemos desconsiderar, contudo, o impacto público e a repercussão nacional e internacional da divulgação dos dados do INPE sobre o desmatamento em 2005 e do relatório do *Greenpeace* em 2006, relacionando esse

⁴¹ O relatório referido corresponde ao produto final de uma investigação de dois anos desenvolvida pelo Greenpeace Internacional sobre o funcionamento da expansão da indústria da soja na Amazônia brasileira. Neste movimento, algumas das grandes *traders* em atuação no país (Cargill, ADM e Bunge, mas também menciona o Grupo André Maggi), passam a ser o alvo da investigação, que termina por vinculá-las a atividades ilegais como desmatamento, grilagem de terras, trabalho escravo, construção irregular de infra-estrutura, entre outras denúncias. O objetivo do trabalho era tornar pública a forma como o mercado vinha estimulando e se beneficiando com o desmatamento na Amazônia e a substituição da vegetação pelo cultivo de soja.

desmatamento com a expansão da indústria da soja e o estabelecimento de uma Moratória com a soja no mesmo ano.

A inserção do termo e sua utilização dentro das abordagens da entidade ganham contornos bem específicos⁴². Como já havíamos mencionado, a abordagem da entidade sobre as questões do desmatamento e do “agronegócio” acentua o aspecto polarizado do debate, opondo com frequência as ações denunciadas, aos (seus) modelos “sustentáveis”. Essa polarização, no caso do “agronegócio”, tende a enquadrá-lo em oposição à floresta e à conservação. A base de sustentação desta oposição talvez estivesse na própria interpretação da entidade, de que os interesses do “agronegócio”, pautados sempre pela busca do lucro a qualquer custo, são fundamentalmente incompatíveis com prática da conservação. Na visão do *Greenpeace-Brasil*:

O agronegócio vê a floresta Amazônica como uma fonte de terra barata, frequentemente adquirida de forma ilegal. (Comendo a Amazônia, 2006: 49)

O que torna a invasão da indústria da soja sobre a Amazônia ainda mais dramática do que incursões anteriores é que as multinacionais norte-americanas fornecem aos produtores de soja crédito fácil e mercado garantido, dando incentivos e recursos para que eles comprem e desmatem grandes extensões de terra a fim de que a produção de soja seja lucrativa.⁴³

As referências ao termo “agronegócio”, como se vê, são marcadas por certas cristalizações de características que o associa quase automaticamente à “insustentabilidade”, posição muito particular, se compararmos com as leituras das demais entidades transnacionais ambientalistas. Além disso, a menção ao “agronegócio” frequentemente remonta à produção de grandes *commodities* agrícolas, mais precisamente a soja (ou “setor sojeiro”), mas também à carne bovina e à atividade pecuária (na Amazônia, sobretudo) a partir de 2007-2008. Outros produtos são referidos, mas muito tangencialmente.

Passamos pra pecuária só em 2007. Depois que a gente tinha conseguido trabalhar aí bem, razoavelmente bem com a soja. Tava encaminhada. Até hoje estamos trabalhando ainda. Tem uma série de detalhes, monitoramento e etc. [...]

Nós começamos a atacar um grande problema que é a pecuária a partir de 2008. Eu diria até que foi um pouco tarde. Eu teria começado antes a trabalhar com a pecuária. [...]

⁴² Em reportagens públicas de ampla circulação (com divulgação em canais virtuais da entidade, principalmente), encontramos grande multiplicidade de referências e conexões feitas com a palavra “agronegócio”: *agronegócio predatório, fronteira de expansão do agronegócio, agronegócio norte-americano, agronegócio brasileiro, setor do agronegócio, pressão do agronegócio, lobby do agronegócio, crise no agronegócio, trator do agronegócio, indústria de alimentos e do agronegócio, agronegócio de exportação, lucro do agronegócio, interesses do agronegócio, agronegócio da soja, pacote de maldades do setor do agronegócio etc.*

⁴³ Disponível em: www.greenpeace.org.br/amazonia/comendoamz_sumexec.pdf. Acesso: 23/10/2009.

Então, o setor pecuário, por exemplo, nos odeia até hoje. A exceção de alguns frigoríficos que entenderam o nosso recado e entenderam nossa proposta. Nós mostramos pra eles o quanto de ilegalidade eles também estavam envolvidos. Pela lei de crimes ambientais você também é co-responsável da cadeia de crimes de comércio, de comercialização do produto que veio de uma área desmatada ilegalmente.

Então os frigoríficos entenderam isso e não tinha como contestar. As provas eram muito evidentes. Nós mapeamos várias fazendas, acompanhamos⁴⁴ várias fazendas completamente ilegais. Algumas até com algum nível de legalidade, mas a maioria, todas ilegais.

A pecuária ainda vê a gente com receio. Mesmo os frigoríficos. Os pecuaristas nos odeiam, entendeu? E muitos também por causa da relação. Os pecuaristas não gostam muito dos frigoríficos porque os frigoríficos jogam muito pesado com os pecuaristas na questão de preço. [...]

Agora, os frigoríficos, uns três ou quatro assinaram um compromisso de não comprar mais de fazenda dentro de Unidade de Conservação, de terra indígena, de trabalho escravo e de fazenda que desmatou a partir de outubro do ano passado. Eles já nos vêem... ainda tem desconfiança. [...] (ENTREVISTA)

Esta preferência pela soja e pela atividade pecuária bovina, quando tratada em relação ao “agronegócio”, se deve ao fato de essas atividades serem caracterizadas como os principais “vetores do desmatamento” na região do bioma Amazônia. O que significa que não há um desconhecimento sobre, e que não se subestima o impacto de outras atividades em outras regiões, ou mesmo uma ideia de que essas atividades se restringem à Amazônia. Antes, o trabalho com estes “vetores” (sojicultura e pecuária bovina, principalmente) na Amazônia apresenta-se como uma escolha deliberada da entidade em virtude de suas capacidades e vontades de atuação. Como apontado em entrevista:

O setor da cana é um mega setor, o do algodão é outro, o do café, da soja e assim vai embora. De grãos, no geral. Não é soja.

O que nós vemos aqui na Amazônia é que a soja entrou e entrou violentamente. Graças a esses, como eu já disse, esses grandes movimentos internacionais por demanda de soja e pelo país ter terras baratas, ter tido a capacidade de adaptar soja no Cerrado e na Amazônia. Porque a soja tá plantada em Santarém. Adaptaram soja pra várias regiões. Tem soja em Roraima. Adaptada, bem adaptada, já. Então, essa série de condições é que levou a soja a ser um vetor de desmatamento. E aí nós fomos trabalhar com a soja. Não é que você não possa plantar soja na Amazônia, ela não pode ser um vetor de desmatamento, é isso. (ENTREVISTA)

A importância do termo “agronegócio” dentro da perspectiva do *Greenpeace-Brasil* em comparação à visão internacional da própria rede fica registrada quando fazemos um emparelhamento entre o mesmo material em inglês e sua versão traduzida para o português (de circulação nacional). Esse exercício foi feito a partir do relatório referido “Comendo a Amazônia” de 2006, no qual constatamos que, em certos momentos, a tradução literal é preterida para dar maior ênfase ao termo “agronegócio” como palavra de referência a uma

⁴⁴ Ver o relatório “A farra do boi na Amazônia” de junho de 2009.

determinada atividade e a uma determinada forma de relação com o meio ambiente. A seguir disponibilizo alguns trechos na versão em inglês e o equivalente da versão em português que procuram sustentar esse argumento:

Versão em inglês: “Brazil’s President Lula da Silva is failing to stop this invasion of the Amazon.”

Versão em português: “O governo do presidente Lula falha ao não conseguir parar esta invasão da Amazônia pelo agronegócio.”(p.9)

Versão em inglês: “Some of the chief victims of land grabbing and other abuses linked to the expansion of soya into Amazon rainforest are Brazil’s indigenous peoples.”

Versão em português: “Algumas das principais vítimas da grilagem e de outros abusos relacionados à expansão do agronegócio na floresta Amazônica são os povos indígenas e as comunidades tradicionais.” (p.29)

Versão em inglês: “The front line lies where the interests of the agriculture industry meet the rainforest.”

Versão em português: “As áreas críticas estão justamente onde os interesses do agronegócio encontram a floresta.”(p.48)

Versão em inglês: “The soya industry sees the Amazon rainforest as a cheap source of land (...)”

Versão em português: “O agronegócio vê a floresta Amazônica como uma fonte de terra barata (...)” (p.49)

Por outro lado, o tom acusatório com o qual o *Greenpeace-Brasil* reiteradamente se utiliza na menção ao “agronegócio”, enfatiza também o caráter de urgência da questão ambiental e realça o posicionamento da organização frente ao problema.

Acabar com o desmatamento exige políticas públicas consistentes e de longo prazo, e passa por uma mobilização nacional que inclua a adoção de iniciativas de desenvolvimento responsável que beneficiem os 22 milhões de brasileiros que moram na Amazônia, mas que mantenham a floresta em pé. Isso passa por uma revisão de prioridades no orçamento federal, com mais recursos públicos que permitam a criação e implementação de grandes áreas protegidas que mantenham sojeiros, pecuaristas e madeireiros longe da floresta. [...]

A salvação da Amazônia, no entanto, passa também por uma mudança de postura internacional [...]. Essa mudança pode estar a caminho: basta que as empresas consumidoras europeias aprofundem sua decisão de não comprar soja e outros produtos que contribuam para o desmatamento.

Se governos, instituições multilaterais e grandes empresários querem realmente investir na Amazônia para ajudar o clima global e o meio ambiente, a melhor maneira é colocar mais recursos em programas como o PPG7, o programa dos países ricos que carrega recursos para o governo brasileiro aplicar na Amazônia e Mata Atlântica; ou no Projeto Arpa, que promete criar e implementar 50 milhões de hectares de áreas protegidas e de uso sustentável. Uma boa aplicação de vultosas somas de recursos seria no fortalecimento do IBAMA, da Polícia Federal, da FUNAI, do INCRA, já que preservação está diretamente ligada à governança. E também em projetos privados de recuperação e recomposição de reserva legal em

propriedades rurais que hoje não respeitam a lei e em RPPN – reservas privadas de proteção.”⁴⁵

As demandas por medidas públicas de “proteção”, reivindicando maior controle e presença do Estado, são acompanhadas de demandas por regulações dos mercados consumidores no sentido de cobrarem pela sustentabilização da produção. “Assim, nosso lema é o seguinte, o consumidor tem que ter certeza que não está financiando a destruição, comprando o produto certo. Que você não está envolvido com ilegalidade e destruição. É isso.”. (ENTREVISTA)

A busca por ‘garantias verdes’ de produção, alcançadas principalmente mediante a adequação legal dos produtores na legislação ambiental, é apresentada como o melhor meio para se chegar a um modelo “sustentável” de produção. Esse ponto aparecerá também nas outras ONGs presentes neste trabalho, como o *WWF-Brasil*, cujo aspecto da certificação ganha grande relevância em seu modelo. Indo além, este aspecto da ‘garantia’, do ‘produto confiável’, como um dos benefícios das reivindicadas ações de adequação, pode ser considerado como um ponto de convergência importante entre as entidades - propósito pelo qual as entidades orientam suas ações e constroem diferentes abordagens. No caso do *Greenpeace-Brasil*, sua postura é apresentada como prova de que a entidade “não é contra a iniciativa privada” e que também “não é contra o desenvolvimento”, mas sim “a favor do desenvolvimento com bases sustentáveis”⁴⁶. Este aspecto ‘legalista’ como forma de tornar ‘aceitável’ as taxas de desmatamento, muito marcado no discurso das outras entidades, como a própria *TNC* do Brasil, por exemplo, também se encontra nas argumentações do *Greenpeace-Brasil*. Como fora pontuado em entrevista, entre os principais impeditivos à sustentabilidade do país estariam:

Primeiro, legislação. O Brasil tem uma das melhores legislações ambientais do mundo. Então, a primeira coisa é seguir as leis. Eu vou te explicar uma coisa, o desmatamento ilegal hoje, na verdade, o desmatamento legal, que depende de você provar que a terra é tua, ele está na ordem de 8%, de 7 ou 8%, do desmatamento total. Então, se nós reduzíssemos, combatêssemos o desmatamento ilegal, nós ficaríamos numa taxa até aceitável. É lógico que o ideal é zero. [...] Então, a discussão, ela está muito antes de você apoiar um ou outro modelo de desenvolvimento. Ela passa pela legislação. Seguir a legislação. O que não é um absurdo. O mínimo do mínimo é fazer cumprir a legislação. (ENTREVISTA)

⁴⁵ Trecho retirado do artigo “A Amazônia não está à venda”, de novembro de 2006. Disponível em: www.greenpeace.org/brasil/amazonia/noticias/artigo-a-amaz-nia-no-esta-a.

⁴⁶ Trecho retirado a partir de entrevista com funcionário da organização.

Esta argumentação de que a legislação brasileira é uma das mais avançadas do mundo e que, se respeitada, já bastaria para garantir um avanço significativo no sentido da “sustentabilidade” e da conservação, também é corroborada pela *TNC* do Brasil, como veremos. Embora esses elementos também estejam presentes nos posicionamentos da *Conservação Internacional – Brasil* e do *WWF-Brasil*, a semelhança argumentativa entre o *Greenpeace-Brasil* e a *TNC* do Brasil é significativa e reveladora. Mesmo com propostas muito distintas de trabalho, sobretudo com a questão do “agronegócio”, ambas têm partilhado da crença comum de que a adequação legal das propriedades e da produção tornaria viável a produção de *commodities* nos campos brasileiros, podendo representar, inclusive, uma queda nas taxas anuais de desmatamento.

Se o objetivo da adequação legal do setor ao Código Florestal pode ser, principalmente, um elemento de convergência entre *Greenpeace-Brasil* e a *TNC* do Brasil, para o *Greenpeace-Brasil* o modo complacente com que a *TNC* do Brasil compreende a temática do “agronegócio” se mostra como um problema, o que resultando em um afastamento instrumental e contextual entre as entidades. Segundo o entrevistado:

A relação com a maioria delas é boa, porque você tem diferentes organizações, né, com diferentes objetivos. Você tem aí, organizações que trabalham com desenvolvimento, basicamente implementar soluções, resolver problemas. Tem algumas organizações que defendem mais alguns setores, como setores do agronegócio.

A gente tem algum... não dá pra aceitar algumas coisas que essas organizações fazem. Porque a gente sabe o quanto de falcatura e sacanagem que existe por trás do agro... grilagem de terra, expulsão de moradores originários ou que já estavam lá muito antes desse agronegócio encostar ali; desmatamento ilegal, uso de agrotóxico ilegal ou de maneira ilegal. Você tem, assim, do ponto de vista ambiental, de danos ambientais, você tem uma lista, e aí não dá pra tratar o setor como se fosse um mero... como se fosse um ‘pobre coitado’, né? Como se fosse vítima de um processo. [...]

Então, algumas ONGs apóiam muito, assim, é... veemente, o setor, o segmento. Nós não concordamos com esse apoio. Eu acho que tem sim, que se redirecionar, aproveitar quem quer se reorganizar, mas não dá. [...]

Tem outras ONGs, que trabalham com proteção da biodiversidade ‘strictu sensu’, apóiam a criação de Unidades de Conservação e investem nessas Unidades de Conservação. A gente apóia, do ponto de vista da Unidade. De ela ser realmente uma Unidade de Conservação, de uma área protegida. Tem que apoiar quem está pondo dinheiro lá. É lógico que a política tem que ser extra a Unidade de Conservação, porque nós temos as áreas que não estão protegidas e o quê que vai ser dessas áreas? Então, por isso que o Greenpeace trabalha em diferentes níveis. Não que a gente deixe de apoiar quem trabalha puramente com conservação ou pesquisa. As ONGs de pesquisa, também, nós apoiamos muito porque a gente precisa de informação prática, a pesquisa científica aplicada e não somente a pesquisa pela pesquisa. Por isso é muito teórica, né? O bater de asas da borboleta [Morfeus] na Reserva tal. Ótimo, mas o quê vai levar isso? (ENTREVISTA)

A questão do “agronegócio”, tal qual referenciada pelo *Greenpeace-Brasil*, além de se configurar como um elemento simbolicamente contagioso, que transmite seu teor negativo para aqueles que o cercam, impõe-se também como elemento de polarização política e mecanismo de identificação da organização. Contudo, isso não se traduz em um afastamento permanente e uma ausência completa de relações. Em casos específicos alguns níveis de interação são possíveis, como relata o nosso informante do *Greenpeace-Brasil*:

[...] nós lançamos em 2008 um documento que foi apresentado pelo BNDES, que foi lançado no BNDES, apresentado à Marina Silva e à Casa Civil, que era um documento de alternativas econômicas para o desmatamento zero na Amazônia. Pra você atingir o desmatamento zero na Amazônia. E aí nós fizemos em nove organizações. Amigos da Terra também. O Amigos da Terra Amazônia Brasileira, é.. todas essas. Nesse caso a TNC também assinou e o IPAM. Mas são duas entidades que a gente não tem muita afinidade. O IPAM e a TNC.
[Entrevistador: Por que?]: Por ‘n’ razões. (ENTREVISTA)

Saindo um pouco desta questão do termo “agronegócio” e seu papel importante na definição do *status* de reconhecimento e de interação com o *Greenpeace-Brasil*, voltemos ao ponto de convergência, isto é, da reivindicação por adequação legal do setor como forma de garantir aos consumidores uma produção mais sustentável. Como veremos nas demais entidades, esse objetivo não se configura como meta exclusiva do *Greenpeace-Brasil*. A articulação desse objetivo com outros elementos, como a busca pela construção de critérios de produção atestados ambientalmente, ou o incentivo a reformulações internas da produção no sentido da adesão aos modelos ‘verdes’ de produção, fazem parte também da base da cartilha de certificação. Embora este seja mais o foco do *WWF-Brasil* do que do *Greenpeace-Brasil*, a certificação de qualquer produto, segundo o entrevistado, é bem vista pela organização como mecanismo complementar às políticas públicas de conservação.

Para alcançar suas metas, além do trabalho com campanhas de denúncias, a entidade atua também através de campanhas publicitárias “para atingir a população”, isto é, “pra fazer a população apoiar a mudança daquilo que a gente acha que é necessário pro país”.⁴⁷ Os canais de comunicação, portanto, são peças fundamentais na abordagem do *Greenpeace-Brasil*, talvez até mais do que nas outras três entidades em virtude do seu modelo ambientalista de pressão. Na interação com setores do “agronegócio”, entretanto, um dos meios valorizados do embate entre modelos se dá nas instâncias políticas. Para implementar alguma ação de conservação ou como forma de combater alguma ação ambientalmente reprovável, o *Greenpeace-Brasil*, como (e com) as demais entidades, utiliza-se da prática do

⁴⁷ Trecho retirado a partir de entrevista com funcionário da organização.

lobby político, levando suas reivindicações para uma outra instância, reforçando, ao mesmo tempo, o coro dos interesses ambientalistas no Congresso Nacional.

Nós temos deputados e senadores que concordam com as nossas posições. Cada tema é um novo grupo, é um novo tema. É óbvio que você tem deputados e senadores bem ambientalistas, né, ou sócio-ambientalistas. Já é mais fácil de convencê-los e mostrar aquele problema. Mas, cada tema é um tema. (ENTREVISTA)

Se por um lado o *Greenpeace-Brasil* não atua diretamente com implementação de soluções- como foi colocado- outros meios (indiretos) serão utilizados como forma de garantir a aplicação de seus projetos ambientalistas.

Vários projetos, várias ações feitas pelo governo eram demandas nossas. Não só nossas, da sociedade também. Não dá pra ser minimalista, achar que [era] unicamente demanda do Greenpeace. Mas também não dá pra achar que o Greenpeace não teve uma forte influência, entendeu? Eu cito umas dez Unidades de Conservação que quem estava pedindo eram as populações locais ali. Nós fomos apenas um catalisador, entendeu? Levamos a voz deles à Brasília, à sociedade e falar: “olha o que está acontecendo aqui.” Ao mercado, porque sempre tinha alguém comprando ou destruindo lá dentro e ligando o mercado àquela destruição. Então, é exatamente por isso que o Greenpeace não abandona esta forma de atuar, entendeu? Que é exatamente o que a gente tem conseguido. (ENTREVISTA)

Nessa perspectiva, além do âmbito da política, a pressão junto às cadeias de mercado mostra-se como uma estratégia importante da entidade (e da rede de ONGs como um todo) para direcionar ações num determinado sentido. No entendimento do *Greenpeace*:

O Brasil não é o único responsável pelo desmatamento da Amazônia, já que o mercado global é um indutor da destruição da floresta. Por isso não pode ser atribuída ao país a responsabilidade isolada de resolver o problema. [...] Já que o comércio global de commodities agrícolas e produtos pecuários resulta em desmatamento, uma responsabilidade considerável pela mudança de atitude recai sobre as chamadas empresas ‘Blue Chip’, responsáveis por marcas reconhecidas internacionalmente, cujo consumo cego de matéria-prima alimenta o desmatamento. (A farra do boi na Amazônia, de 2009:7)

De uma maneira geral, como se viu e como se vê, na argumentação e no posicionamento do *Greenpeace-Brasil*, a utilização do termo “agronegócio” segue por um movimento de desqualificar para reivindicar. Nessa perspectiva, deixando de ser um simples termo de referência, o “agronegócio” parece funcionar também como categoria que engloba genericamente agentes diversos, marcando ao mesmo tempo o *status* de uma relação com o meio ambiente. Com efeito, o movimento de desqualificação que vincula o “agronegócio” a uma lógica de maximização dos lucros em detrimento das preocupações e responsabilidades

ambientais, não se reflete apenas nas circunstâncias políticas mais concretas em que a entidade faz parte ativamente. Nas percepções e argumentações da organização, o “agronegócio” é também revestido de certa impureza simbólica, sendo capaz, inclusive, de contaminar seus “*grandes lucros*” e transformá-los em “*negócios sujos*”⁴⁸. Seguindo a pista de Mary Douglas (1976), tais categorias de “sujeira”, “poluição” ou “pureza”, devem ser relativizadas⁴⁹ enquanto expressões de visões gerais da ordem social.

Estas antinomias contidas nas concepções de *pureza/impureza*, *limpeza/sujeira*, segundo a autora, visam à criação de “unidades na experiência humana”, isto é, evitar a “sujeira” e caminhar em direção à “pureza” corresponderia a um esforço mental de unificar a experiência, reorganizando nosso ambiente a partir de modelos previamente construídos. Nessa perspectiva, as concepções de “poluição” (que carregam em si mesmas, elementos de contaminação), deveriam ser pensadas enquanto um poder inerente ao próprio ordenamento (cosmo) lógico do grupo em questão. Sua existência marcaria um rompimento simbólico entre aqueles elementos que deveriam estar juntos, daqueles outros que deveriam estar separados. Seu caráter “contaminador” não só chama nossa atenção para outra coisa, que não uma suposta relação real entre “homens” e “natureza”, como também nos evidencia sua existência alegórica, representando uma relação entre partes da sociedade⁵⁰. As estratégias de acusações que a entidade *Greenpeace-Brasil* procura lançar mão, na tentativa de delimitar o “agronegócio”, poderia ser pensada como uma atitude reivindicante, no que se refere ao seu *status* político, bem como uma tentativa de reordenamento da sociedade segundo outros parâmetros. Igualmente, não podemos perder de vista o contexto eminentemente político em que tais sistemas de representações estão sendo construídos. Afinal, é principalmente por meio dele que se afirmam determinados tipos de relações, que no caso observado, passam por estratégias de acusações (mútuas) como forma de buscar legitimar determinados modelos de dominação em detrimento de outros.

⁴⁸ Referência a um dos sub-títulos “*Cargill, ADM e Bunge – Grandes lucros, negócios sujos*”, presente no sumário executivo do relatório “Comendo a Amazônia”.

⁴⁹ Nesta obra, a autora procura desenvolver uma análise pormenorizada sobre as concepções das regras de pureza e impureza, sobretudo a partir da análise do livro da Bíblia Hebraica conhecido como Levítico. Nela, a autora aponta para a importância que os padrões prescritivos de conduta assumem, permitindo uma compreensão mais abrangente sobre as concepções de “limpeza”, “pureza” e “ordem” aplicadas em âmbitos seculares ou religiosos da sociedade. Apesar da autora trabalhar com referências ao Velho Testamento, a aspectos religiosos de povos da Polonésia ou da África Central – classificadas, geralmente, como mais “simples” –, julgo que sua contribuição pode ser muito útil para pensarmos as ideias de “pureza” e “impureza” também enquanto atos cognitivos de natureza simbólica e atos políticos nas próprias sociedades ditas “complexas”.

⁵⁰ “Não é difícil de ver como as crenças em poluição podem ser usados num diálogo reivindicatório e contra-reivindicatório de *status*. Mas ao examinarmos crenças de poluição descobrimos que os tipos de contato tidos como polígonos também carregam uma carga simbólica.” (Idem; *Ibidem*)

Antes de finalizarmos esta etapa e passarmos para a próxima organização, gostaríamos de chamar atenção para um último ponto, talvez o mais especulativo. Ele diz respeito ao uso do termo “agronegócio” pelo *Greenpeace-Brasil* como elemento de caracterização deste ‘outro’, não somente enquanto diferente, mas também como oposto. A designação essencializada e o caráter pejorativo e contaminador que o termo “agronegócio” pode remeter nas abordagens do *Greenpeace-Brasil*, como vimos, só tem sentido se observado em relação aos contextos de sua aplicação. É a intensidade da interação com o setor em situações específicas que irão ditar o teor e a magnitude das reputações construídas. Neste sentido, uma mudança no estatuto da relação entre o setor (ou parte dele) com a entidade pode significar, talvez, um enfraquecimento na utilização de categorias tão carregadas politicamente como “agronegócio”, ou mesmo a substituição por outras menos espinhosas. Como alertava Evans-Pritchard (1978) na análise da situação da bruxaria entre os Azande, reforçado no texto mencionado de Mary Douglas, a classificação e o reconhecimento dos bruxos não se aplicavam de forma fixa e imutável. A bruxaria, enquanto elemento que operava de forma involuntária pelos bruxos(as) era ativada por meio de relações que acionavam certos sentimentos “negativos” entre as pessoas. E eram precisamente esses sentimentos que possuíam a capacidade de abrir uma porta perigosa para a atuação mágica do bruxo. Mais do que a constatação da existência de um conflito ou de um mapeamento das filiações dos atores, esses casos de acusações mútuas funcionavam como instrumentos de regulação da ordem social, na medida em que, dependendo da situação colocada, defendia-se um rival para acusar um outro.

Tanto no caso das acusações de bruxaria entre os Azande, quanto no caso da negatividade do “agronegócio” na visão do *Greenpeace-Brasil*, tais posições não pareciam ser claramente fixas e imutáveis, sendo o contrário verdadeiro. Dessa maneira, a classificação de determinados atores ou ações como típicas do “agronegócio”, feitas pela entidade, podem variar dependendo da situação específica de interação, bem como dos contextos e processos políticos em questão. Embora esse argumento não tenha sido mais sistematicamente apurado, carecendo de materiais que nos permitissem aprofundar na investigação, acreditamos que tais impressões não seriam de todo incompatíveis.

4 CONSERVAÇÃO CERTIFICADA: O MODELO DO WWF-BRASIL

3.1 Uma organização brasileira

A história do WWF no Brasil começou em 1971, quando a Rede WWF iniciou o seu trabalho no país apoiando os primeiros estudos feitos sobre um desconhecido primata⁵¹ ameaçado de extinção no Rio de Janeiro. [...] Nos anos seguintes vários pequenos projetos em todo o Brasil contaram com a ajuda financeira da entidade.

Foi na década de 80 que a presença no país aumentou [...]. Ao optar por trabalhar com parceiros locais, o WWF ajudou a criar e fortalecer várias entidades ambientalistas que hoje ocupam lugar de destaque na área de conservação [...].

Até 1989, diferentes organizações nacionais da rede WWF (WWF-EUA, WWF-Reino Unido e WWF-Suécia) financiavam diretamente projetos desenvolvidos por instituições ou estudantes e pesquisadores brasileiros. Todavia, com a ampliação do suporte técnico-financeiro ao longo dos anos, tornou-se necessária a criação de um escritório de representação. Isso aconteceu em 1990 com a contratação do biólogo Dr. Cléber Alho, que ficou responsável pelo escritório aberto em Brasília. A unidade passou a ser mantida e apoiada pelo WWF-EUA que administrava, em nome da Rede, todos os projetos apoiados pelo WWF no Brasil. [...]

Aos poucos, no entanto, percebe-se que um país com as dimensões, ameaças e diversidade biológica do Brasil precisava contar com uma entidade nacional própria, que pudesse contribuir de forma mais efetiva para o debate e as soluções dos problemas ambientais. [...]

No dia 30 de agosto de 1996, é criado oficialmente o WWF-Brasil, organização brasileira autônoma e sem fins lucrativos de conservação da natureza que passa a integrar a Rede WWF. Na ocasião, toma posse o primeiro Conselho Diretor do WWF-Brasil, formado por nove representantes do empresariado, ambientalismo e outros setores da sociedade brasileira. [...]

Hoje, o WWF-Brasil executa projetos em todo o país por meio de parcerias com empresas, organizações não-governamentais, órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, desenvolvendo atividades de pesquisa e diagnóstico; proteção de espécies e de ecossistemas ameaçados; desenvolvimento de modelos alternativos de conservação e uso dos recursos naturais; capacitação e desenvolvimento de entidades parceiras; disseminação de resultados por meio de educação ambiental, políticas ambientais e comunicação; e campanhas de mobilização social.⁵²

A partir deste panorama histórico apresentado pela própria entidade, no qual processos e movimentos experimentados ao longo do tempo de atuação da organização adquirem um tom de espontaneidade, alguns elementos pontuados nos ajudarão a construir um contexto de sentido em que a questão do “agronegócio” possa ser melhor referenciada.

Seguindo um caminho semelhante àquele trilhado pelas demais entidades transnacionais ambientalistas, as preocupações do *WWF-Brasil* nos primeiros anos de sua criação também estavam muito pautadas na conservação de espécies de flora e fauna

⁵¹ O primata referido é o Mico-Leão-Dourado e o trabalho corresponde ao Programa de Conservação do Mico-Leão-Dourado, executado pela entidade (em parceria com outras instituições) a mais de 30 anos.

⁵² Trecho retirado da página virtual do *WWF-Brasil*, da parte destinada ao histórico da entidade. Fonte: www.wwf.org.br. Acesso: 15/12/2009.

ameaçadas de extinção. No caso do WWF, que desenvolve projetos no Brasil desde a década de 1970, as mudanças de postura sobre as ações de conservação da entidade – ações voltadas para conservação de espécies⁵³ até um trabalho mais abrangente com o envolvimento dessa entidade na construção de modelos de desenvolvimento alternativos de conservação – podem ser acompanhadas nas próprias transformações sofridas em seus recortes de “missão”.⁵⁴ No momento anterior à implantação do escritório de representação nacional da entidade, ela destacava como “objetivo” a prioridade de “conservar a natureza e os processos ecológicos: preservando a diversidade genética, de espécies e ecossistemas, buscando o uso sustentável de recursos naturais renováveis” e “promovendo ações destinadas a reduzir a contaminação ambiental e o desperdício de recursos”.⁵⁵ O modelo subjacente a essa primeira fase do WWF no Brasil, quando as ações eram gestadas pelo WWF-EUA, parecia estar muito próximo das bases do modelo preservacionista de “vida selvagem” (*wilderness*), fundante do ambientalismo americano,⁵⁶ no qual há uma nítida primazia de ações voltadas para a “proteção” de espécies e ecossistemas ameaçados de extinção em detrimento de um aporte envolvendo populações humanas, por exemplo. Mas isso irá mudar.

Segundo informações do relatório de atividades da organização de 2003,⁵⁷ já no ano anterior destacavam: “O objetivo geral da atuação do WWF-Brasil é: Conservar a natureza harmonizando a atividade humana com a preservação da biodiversidade e o uso racional dos recursos naturais renováveis, para benefício dos brasileiros de hoje e das próximas gerações.” (WWF-BRASIL, 2004)

As alterações vivenciadas ao longo destes anos de atuação da entidade no Brasil, aqui averiguadas por meio destas readequações dentro dos recortes de “missão” da organização, marcam mudanças de postura frente às questões tratadas, trazendo novos elementos para o campo de atuações da organização. Sem entramos em discussões sobre quais as circunstâncias ou fatores estruturais embasaram essas mudanças no campo ambientalista no qual a entidade está inserida, gostaríamos apenas de atentar para a participação ativa da Rede

⁵³ Fica registrado ainda, na página virtual da entidade, seu trabalho desenvolvido de 1971 a 1995 como atuações de apoio a estudos e projetos voltados prioritariamente para conservação de espécies, como a tartaruga-marinha e o mico-leão-dourado. Além disto, apontam para ações de educação ambiental e a realização de campanhas contra o tráfico de animais.

⁵⁴ Como no caso das demais entidades, o termo “missão” é utilizado como um condensador dos principais preceitos e objetivos que embasariam (teoricamente) as ações da entidade.

⁵⁵ Referência encontrada no documento para discussão intitulado: “De grão em grão, o Cerrado perde espaço”, de maio de 1995.

⁵⁶ DIEGUES, Op. cit.

⁵⁷ Como destacam neste material, no ano de 2001 foi estabelecido que o programa do WWF-Brasil seria definido a cada cinco anos pela secretária geral e os superintendentes de cada área, em conjunto com o conselho diretor da organização. Desta forma, no mesmo ano de 2001 foi definido o “plano estratégico de 2002 a 2006”, que talvez tenham tido influência nesta reestruturação dos objetivos gerais (“missão”) da entidade.

WWF e do próprio *WWF-Brasil* nessas reorganizações dos focos de ação que levaram o trabalho da entidade, cada vez mais, para uma aplicação prática junto à iniciativa privada e às instâncias de governo, buscando influenciar modelos de desenvolvimento e políticas públicas. Mediante esta nova perspectiva, orientada pela ideia de “harmonização” das relações entre “atividades humanas” e “conservação da biodiversidade”, as temáticas ligadas ao universo rural ganharam espaço dentro dos projetos conservacionistas da ONG, tornando-se parte necessária para o cumprimento da sua própria “missão”. Como destacam: “Para cumprir a missão do WWF-Brasil, que é contribuir para que a sociedade brasileira conserve a natureza, é imprescindível que se trabalhe com o setor agropecuário. Ele pode se tornar a principal ameaça para a conservação, ou o maior aliado.”⁵⁸

Este movimento de aproximação com “setores agropecuários” e o setor privado de um modo geral, teve como porta de entrada o direcionamento estratégico crescente da Rede *WWF* para a “*questão do comércio e o meio ambiente*”. Nesse processo que, segundo dados da entidade, vinha se consolidando desde o início dos anos 2000:

Estabeleceu-se uma forte ligação entre a problemática do comércio e meio ambiente e os programas conduzidos pelo WWF-Brasil como agricultura e os ecomercados. Em 2003, ficou claro que o WWF-Brasil deveria participar das discussões sobre a sustentabilidade das políticas comerciais, de forma a influenciar uma agenda que leve em consideração elementos como o desmatamento e a certificação de origem. (WWF-BRASIL, 2004)

Perpassados pelas ideias da “sustentabilidade” e do “desenvolvimento sustentável”, a estratégia de trabalho junto a proprietários rurais, na linha do comércio e do mercado, para reverter um quadro de degradação ambiental, no caso do *WWF-Brasil*, se transfigurou em uma valorização expressa de critérios ambientais e mecanismos de certificação. Em semelhança às inserções de outras entidades como a *CI-Brasil* ou a *TNC* do Brasil – que possuem uma atuação mais voltada para assessorias técnicas de implementação direta de soluções junto a empresas individuais para atingir seus fornecedores –, ou mesmo do *Greenpeace-Brasil* – mais voltado para estratégias de denúncias públicas e reivindicações junto a cadeias de comércio –, no *WWF-Brasil* constata-se a presença parcial de algumas dessas características, aproximando suas abordagens por um lado, mas afastando-as por outro. No caso do *WWF-Brasil*, há uma oscilação entre referências mais polarizadas com a temática e outras ressaltando a necessidade de interações, sobretudo, pelo “diálogo”⁵⁹ envolvendo

⁵⁸ Fonte: www.wwf.org.br. Acesso: 15/12/2009.

⁵⁹ Com estabelecimento de mesas de negociação, participações em mesas redondas, grupos de trabalho, simpósios, *workshops*, entre outras modalidades de reuniões de caráter oficial e coletivo.

variados atores (empresas, associação, produtores, representantes de governo etc). Contudo, mesmo privilegiando essa inserção, o *WWF-Brasil* também atua por meio de assessorias técnicas com algumas temáticas pontuais e mediante produção de projetos-piloto, como veremos mais adiante.

Esta estratégia de trabalho como setor de proprietários rurais é gerenciada por um programa específico: o Programa Agricultura e Meio Ambiente da organização. O movimento de criação desse programa, entretanto, não se deu a revelia do mesmo setor. Como vemos:

Antes de lançar o Programa Agricultura e Meio Ambiente, o *WWF-Brasil* ouviu o setor agrícola, para saber como poderia atuar na área. Como subsídio a uma reunião de dois dias com empresários e produtores do setor, foi elaborada a publicação *Avaliação de Sustentabilidade da Expansão do Cultivo da Soja para a Expansão no Brasil*. (*WWF-BRASIL*, 2004)

Este movimento de aproximação com as questões mais ligadas ao comércio e à “agricultura”, que se iniciou aproximadamente três anos antes da implementação do programa, apesar de ser impulsionado por questões objetivas de degradação ambiental e desmatamento, não pode ser descolado da própria disposição da organização em levá-lo adiante. Nesse sentido, talvez a própria composição do conselho diretor da entidade no mesmo período possa ter contribuído para tal disposição, na medida em que cargos importantes de direção da própria instituição eram ocupados por membros do empresariado de ramos variados, inclusive ligados ao agronegócio.⁶⁰

⁶⁰ No relatório de atividades 1999-2000, período mencionado no relatório de 2003 como marco inicial da incorporação das discussões sobre as questões do comércio e do meio ambiente, destacam os integrantes do conselho bem como suas atividades para além da entidade. Neste momento compunham a direção do conselho: “(Presidente) José Roberto Marinho – empresário de comunicação e ambientalista, vice-presidente da Holding Organizações Globo, fundador do Instituto Acqua, ONG de recursos hídricos; (1º Vice-Presidente) Mário Frering – empresário do setor de recursos naturais e ambientalista, vice-presidente do Conselho de Administração da CAEMI Mineração e Metalurgia; (2º Vice-Presidente) Paulo Nogueira Neto – Ambientalista, preside o Conselho de Administração da CETESB, entidade que exerce controle ambiental em São Paulo. Dirigiu a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), na época o órgão federal responsável pelo setor.”

Como “membros do conselho”, elencam: “Álvaro A. C. de Souza – empresário do setor financeiro, vice-presidente executivo do Citibank, presidente do Banco Crefisul (Banco de Investimentos), presidente do Banco ABC-Roma, uma subsidiária do Grupo Globo; Francisco Antunes Maciel Müssnich – jurista, sócio da Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados; Haakon Lorentzen – vice-Presidente do Grupo Lorentzen (madeira, celulose e navegação) e membro do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); Joseph Safra – empresário do Setor Financeiro, diretor-presidente do Grupo Safra; Maria Christina de Carvalho Pinto – empresária de comunicação, presidente da Full Jazz Propaganda; Pedro Sirotsky – vice-presidente da Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS); Roberto Messias Franco – Geógrafo Representante da UICN – União Mundial para a Natureza – na América do Sul. Foi secretário municipal adjunto de meio ambiente de Belo Horizonte e coordenador de programas da PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente ; Roberto Paulo Cezar de Andrade – presidente da Holding Brascan, que atua nas áreas imobiliária, financeira, mineração, serviços e agroindústria; Roberto Rodrigues – presidente da Aliança Cooperativa Internacional, presidente da Associação Brasileira de Agribusiness.”

A mudança de perspectiva e o início de trabalhos com a temática da “agricultura”, contudo, não resultou em uma incorporação automática da palavra “agronegócio” enquanto termo de referência nos materiais e no discurso público da entidade. Sua incorporação e seu sentido mais imediato são reflexos de amplos processos de interação com atores e situações variadas, das quais não nos prenderemos neste trabalho. Como no caso das demais entidades, nos ateremos aqui para os usos do termo “agronegócio”; como ele se insere dentro dos materiais públicos da organização e como podemos localizá-lo em referência às suas abordagens mais específicas.

3.2 Agricultura (agronegócio) e meio ambiente

De um modo geral, a apresentação do tema do “agronegócio” na agenda do *WWF-Brasil*, como no caso das outras entidades, está intimamente ligada à questão do desmatamento e da perda da biodiversidade.

O aumento da área plantada no Brasil resultou na incorporação de terras virgens à produção em larga escala, bem como na substituição de cultivos e práticas tradicionais. Práticas inadequadas de cultivo intensivo provocaram séria degradação ambiental, como erosão e a perda de solos férteis, o assoreamento e a poluição de importantes cursos d’água, o desaparecimento de nascentes e a perda da biodiversidade. (WWF-BRASIL, 2005: 30)

Em semelhança às demais entidades, os aspectos mencionados como os mais relevantes na conservação de uma área, seriam precisamente aqueles que garantam os “serviços ambientais”, diga-se, a conservação dos ecossistemas terrestres e marinhos, das espécies e da diversidade genética que configuram a biodiversidade. Essa perspectiva fundamentada nos modelos do desenvolvimento sustentável busca encerrar “falsas dicotomias”, contrapondo-se aos modelos mais ortodoxos, guiados pela ótica do lucro à custa do desflorestamento e da destruição da biodiversidade⁶¹. Se o ‘desenvolvimento’ não deve ser visto como oposto ao ‘meio ambiente’, tão pouco no caso do “agronegócio”.

⁶¹ Este posicionamento fica muito marcado na carta da Secretária-Geral do *WWF-Brasil*, presente no relatório anual de 2008. Em sua visão: “A sustentabilidade dos ecossistemas nos seus aspectos químicos, físicos e biológicos determinará a sobrevivência da nossa civilização, pois nossa existência está intimamente ligada à utilização de produtos e serviços ecológicos associados aos diversos ecossistemas. [...] Embora populações vivam da exploração direta de recursos naturais [...], no desenvolvimento da sociedade moderna prevaleceram as idéias de distanciamento e de poder do homem em relação à natureza. Esse distanciamento gera a falsa dicotomia que erroneamente justifica o descaso com a conservação e seus serviços

Nas formulações da entidade, podemos constatar duas formas distintas de abordar o tema do “agronegócio”. Uma forma presente nos registros de reportagens, de gênero mais jornalístico (expostas principalmente na página virtual da organização), e outras referências presentes nos materiais impressos, voltadas para a apresentação dos trabalhos desenvolvidos ou para os modelos sugeridos pela organização. Nas referências presentes em reportagens⁶², o termo “agronegócio” oscila entre uma forma um pouco semelhante àquelas encontradas em materiais do *Greenpeace-Brasil*, isto é, revestido de qualidades negativas e colocado em oposição ao meio ambiente, a natureza e a biodiversidade, e uma forma mais conciliadora, que aponta para uma necessidade de trabalho em conjunto com o setor, apontando para a possibilidade em torná-lo “sustentável”.

Quando as referências à temática são feitas dentro de materiais cujo objetivo é apresentar soluções ou mesmo referenciar ações práticas junto ao setor, pode-se constatar uma mudança no teor da abordagem, aproximando-se mais dos modelos encontrados em outras entidades como a *CI-Brasil* e a *TNC* do Brasil. De início, podemos dizer que há uma referência menos específica ao “agronegócio” e mais ligada ao termo “agricultura”. Isso pode ser constatado na própria menção do programa responsável pelo trabalho com o setor do “agronegócio”, isto é, o *Programa Agricultura e Meio Ambiente* da entidade. Apesar da referência genérica à “agricultura”, como destacavam em 2003, o então recém criado programa tinha como objetivo principal:

[...] formar e conscientizar o setor agrícola, principalmente da soja, para o aproveitamento de áreas já degradadas para o cultivo do grão, de forma a diminuir o desmatamento. Não menos importante, o programa visa introduzir o conceito de boas práticas agrícolas, que evitam a erosão e degradação do solo e a contaminação do meio ambiente e da água por agrotóxicos, muitas vezes utilizados de maneira indevida. (WWF-BRASIL, 2004: 14)

O privilegiamento das questões relativas à produção de grandes *commodities* agrícolas, sobretudo a soja, quando aborda temáticas como “agricultura”, torna possível retratar determinadas atividades e atores sem empregar necessariamente a terminologia mais consagrada ou instituída do “agronegócio”. Como no caso da *CI-Brasil*, isso não parece significar necessariamente um desconhecimento sobre a multiplicidade de modelos que

ecológicos. [...]Somos parte da natureza. Fauna e flora possuem direito à existência neste planeta como nós seres humanos.”

⁶² A referência mais antiga encontrada refere-se à reportagem intitulada “Amazônia: 17,3% já desapareceu”, postada em maio de 2005. Isso não significa que ela seja a referência mais antiga ao termo, mas sim que em cima dos materiais analisados, não pudemos encontrar referências anteriores a essa.

remete o termo “agricultura”⁶³, bem como não representa também uma omissão deliberada do termo, apontando para a possibilidade de abordar a temática da agricultura mecanizada de *commodity* sem usar necessariamente a palavra “agronegócio”. As referências ao “agronegócio” se colocariam menos pela utilização imediata do termo referenciado e mais pelas características e elementos elencados situacionalmente no próprio discurso da organização. Desta forma, talvez seja necessário abandonarmos tais referências ao termo propriamente dito e nos voltarmos com mais atenção ao conjunto de características a ele referidas e qual sua relevância dentro do modelo de conservação proposto pela entidade.

Nesse caso e de forma geral, vemos que as abordagens da ONG sobre a temática tendem a estar vinculadas a questões objetivas de degradação ambiental e perda da biodiversidade. Tanto nas referências encontradas nos materiais jornalísticos (de viés mais polarizado), como naqueles mais voltados para uma apresentação de alternativas ou ações mais concretas da organização, as preocupações em torno da questão do “agronegócio” são apresentadas como respostas à sua condição atual (“insustentável”) de existência. Entretanto, apesar de não retirarem a responsabilidade do setor agropecuário na formação destes quadros de degradação, eles são constantemente amenizados pela percepção da existência de uma lógica de mercado e práticas políticas que os mantém desta forma. Com isso, deixam de caracterizar a temática como invariavelmente oposta a natureza, para considerá-la cada vez mais como elemento chave para reverter essa realidade e implementar ações de conservação em larga escala no território.

A busca por padrões sustentáveis nas atividades agropecuárias ganha importância cada vez maior no Brasil. De um lado, o agronegócio responde por significativa parcela nas exportações brasileiras e na geração de emprego e renda. De outro, torna-se cada vez mais evidente a decisiva contribuição das atividades primárias, [...] no aumento dos índices de desmatamento na Amazônia e em outros domínios. (WWF-BRASIL, 2008: 54)

Orientandos pelos fundamentos do desenvolvimento sustentável, para o *WWF-Brasil*, atuar com a questão da “agricultura” por melhores práticas não só é entendido como algo

⁶³ Ainda que não seja desconhecida a multiplicidade de modelos envolvidos no termo “agricultura”, quando questionados em entrevista sobre a predominância de tal terminologia (“agricultura”) como referência escolhida para abordar um modelo mecanizado de grandes propriedades produtoras de *commodities* agrícolas, especialmente nos materiais, nossa informante mostrou-se surpresa com o fato e considerou que isto seria “talvez para falar em agricultura de modo mais abrangente”. Esta suposta generalização do termo, contudo, não parece se aplicar senão por seu significado, sendo o sentido dado de teor bem específico.

possível, como é interpretado como fundamental para avançar com a conservação da biodiversidade no país. Como destacado em entrevista⁶⁴:

Então, a gente dá uma grande importância pra isso, a gente tem, é... varias ações voltadas pra essa área da agricultura, cada vez mais. É... e aí tem duas estratégias, né? Tem uma estratégia que é você conter a expansão, o desmatamento. Qualquer expansão da fronteira agrícola. Seja na Amazônia, seja no Cerrado.

Então, você conseguir que grandes commodities se comprometam a parar o desmatamento. Então, que não vai mais ser comercializado produtos do desmatamento e você... e que é muito ligado a estratégias de mercado, de você fazer com que os mercados exijam produtos que não desmatem, que sejam mais responsáveis. E também, atuação junto ao produtor, né, para dar subsídios para que ele melhore suas práticas, para que ele tenha... para que ele também participe desses fóruns de discussão, né, que não chegue só de cima para baixo nele. E interferência também em políticas públicas, né? [...] E o nosso trabalho é, realmente, de provar que não é preciso mais desmatar. Que é possível produzir alimento, sem desmatamento... e com melhores práticas agrícolas.

Então, eu acho que tem a estratégia de você conter o desmatamento, conter a conversão de habitats e, por outro lado, melhorar as práticas nas áreas que já estão consolidadas. (ENTREVISTA)

No caso do *WWF-Brasil*, como também nos modelos mais gerais da *CI-Brasil* e da *TNC* do Brasil, mesmo estabelecendo-se uma vinculação direta entre atividades agropecuárias e o desmatamento, eles sugerem que os responsáveis por tal movimento estão além das atividades, atingindo anteriormente as esferas políticas e de mercado. Com isso:

As ações do Projeto⁶⁵ Agricultura e Meio Ambiente do WWF-Brasil buscam promover a integração entre o setor privado, governos, terceiro setor e sociedade, com o objetivo de diminuir os impactos socioambientais do agronegócio. Para atingir suas metas, o programa apóia e organiza debates, discussões e estudos técnicos que servem de base para processos de formulação de políticas públicas. (WWF-BRASIL, 2008: 54)

Na aplicação prática de seus modelos de conservação, o movimento feito pelo *WWF-Brasil* tende a enfatizar os aspectos voltados para uma mudança de consciência, seja desenvolvendo campanhas públicas de conscientização, com programa específico voltado para esta questão da “educação ambiental”,⁶⁶ ou mesmo implementando ou participando de reuniões com variados setores, buscando estabelecer consensos para uma adequação

⁶⁴ Todas as referências de entrevista nesse capítulo se referem a entrevista com a analista sênior do Programa Agricultura e Meio Ambiente do WWF-Brasil realizada em visitas a um dos escritórios da entidade, em setembro de 2010.

⁶⁵ A menção ao trabalho como “projeto” Agricultura e Meio Ambiente neste trecho, destoa da própria apresentação contida no índice do material, enquanto *programa temático*, sugerindo talvez um erro de referência ao trabalho ou certa indiferença com relação ao termo.

⁶⁶ Segundo informações contidas na própria página virtual da entidade, as ações de “educação ambiental” (junto com ações de conservação de espécies), fazem parte da agenda do WWF no Brasil desde antes da fundação do WWF-Brasil.

ambiental das atividades produtivas. De certa forma, este elemento pedagógico da questão parece perpassar os trabalhos da entidade com mesas de discussões, fóruns, grupos de trabalho, ou mesmo na produção de eventos e *workshops*, como forma de disseminação dos valores ambientais da entidade e, no caso do “agronegócio”, por exemplo, construir critérios para adequação ambiental do setor.

Se o desmatamento é um fato que imprime uma necessidade de atuação voltada para a temática da “agricultura”, a estratégia da construção de mecanismos de adequação a partir de modelos de certificação – estabelecidos consensualmente e segundo critérios comprovados para produção, processamento e comercialização dos produtos, com menores impactos, garantindo a sustentabilidade dos produtos aos consumidores – e da conscientização por meio de amplas ações junto ao setor privado e à população de forma mais abrangente, parecem caracterizar as ações do *WWF-Brasil* no trato da questão do “agronegócio”.

A especificidade da entidade é puxar muito essas mesas de negociação. Essas mesas redondas que discutem padrões internacionais de certificação. [...] Então, esse papel de articulação... dessas mesas de negociação, esse tem sido um grande potencial de trabalho e também de ações mais localizadas, como por exemplo o trabalho da pecuária orgânica no Pantanal, que é uma dessas ações mais pontuais, mostrando que é possível. (ENTREVISTA)

Há, portanto, grande interesse em atuar junto ao “agronegócio”. Como destacado em entrevista, isso ocorre por que:

[...] no contexto atual, não adianta você ficar negando que o agronegócio... e falar, e dizer assim: “o agronegócio tem que parar no Brasil”. Isso não vai acontecer. Então, você tem que lidar com uma realidade, que é hoje de um agronegócio muito forte no Brasil, que recebe um grande investimento do governo e, por outro lado também gera, né, uma receita importante pro país. É... mas eu acho que o WWF, o que ele procura, é fazer com que esse agronegócio melhore a sua forma de atuação.

Tem vários gargalos, na forma como o agronegócio tem. A gente sabe que hoje, por exemplo no Cerrado, a expansão do agronegócio é um dos principais vetores de desmatamento. Na Amazônia, agora a situação está um pouco mais consolidada, mas no Cerrado a situação é muito grave. Poluição de água, por exemplo, é um grande vetor. Então, estar trabalhando junto com este setor para que ele consiga melhorar suas práticas.

Não é uma questão de ser contra, ou à favor do agronegócio, mas de entender que o agronegócio é uma realidade e que enquanto realidade você tem que lidar com ela.

Então a estratégia de mercado é muito forte, porque como o WWF trabalha em rede, então tem um escritório no Brasil, na Suíça, na Alemanha, porque através dessas redes, fazer pressão no mercado lá fora, para que ele também exija um... que o componente social e ambiental sejam levados em consideração quando da compra do produto brasileiro. (ENTREVISTA)

Para pôr em prática suas ações de conservação, ainda segundo a entrevistada:

Resumidamente, as estratégias... eu acho que o WWF busca através de parcerias. Sempre com subsídios técnico-científicos, é... contribuir para que o país tenha um desenvolvimento responsável e sustentável, na medida do possível. É... protegendo as áreas de alta biodiversidade, protegendo a biodiversidade de um modo geral, os recursos hídricos e com responsabilidade social também, né? Sem nunca dissociar disso. (ENTREVISTA)

As “parcerias” estabelecidas pela entidade para implementação de seus projetos envolvem desde agências internacionais, associações, empresas, fundações, institutos de pesquisa, outras ONGs (locais ou mesmo transnacionais, como no caso da *CI-Brasil* e da *TNC*, sempre enquadradas como “parceiras” do *WWF-Brasil* nos relatórios anuais), até universidades e instâncias de governo (federal, estaduais e municipais), empresas privadas, bancos, entre outras parcerias.

Entre as “parcerias” há uma aparente diferenciação proposta pela entidade. Conforme encontramos no Relatório Anual de 2008 do *WWF-Brasil*, as “parcerias” podem ser divididas em duas espécies, as “parcerias sustentáveis” e as “parcerias estratégicas”. Esquemáticamente, as “parcerias sustentáveis” são subdivididas em outras duas partes: “parcerias privadas de apoio à conservação” e “parcerias de marketing relacionado à causa”. De forma geral, ambas estariam mais voltadas para o financiamento dos projetos de conservação da organização, embora os meios utilizados sejam diferentes⁶⁷. Apesar de as “parcerias sustentáveis” estarem mais ligadas ao trabalho com empresas privadas, tanto as “parcerias sustentáveis” quanto as “parcerias estratégicas” estão abertas ao trabalho com o setor privado⁶⁸.

No caso das “parcerias estratégicas”, são estabelecidos contatos com múltiplos atores para a implementação prática das ações de conservação. No relatório referido, dá-se especial atenção para “parcerias” junto às instâncias estatais⁶⁹ (que permitem influenciar nas políticas

⁶⁷ Segundo dados do mesmo relatório, as “parcerias privadas de apoio à conservação”, são aquelas responsáveis por um apoio direto aos projetos de conservação da entidade. No relatório referido destacam dois “parceiros”: o Banco Real/ABN-Amro e a Unimed/Seguros. No caso do Banco Real/ABN-Amro, o apoio ao *WWF-Brasil* deu suporte ao Sistema de Implementação e Verificação Modular (SIM), que visa a preparação para conseguir a certificação FSC (Conselho de Manejo Florestal). Já o ‘apoio’ da “parceria” com a empresa Unimed/Seguros, foi direcionada ao projeto Águas para o Cerrado, desenvolvido na Estação Ecológica de Águas Emendadas, no Distrito Federal.

No caso das “parcerias de marketing relacionado à causa”, envolvem atividades de comunicação e publicização onde parte de recursos obtidos que levam o nome *WWF-Brasil* são revertidos para própria entidade e também contribuem para popularizar a marca e as mensagens da ONG. Neste caso, os “parceiros” elencados são: Grandene (empresa de calçados), Diamond Mall (shopping Center de Belo Horizonte), O Globo, Submarino e Sol Meliá (rede de hotéis).

⁶⁸ “As parcerias com empresas seguem duas lógicas distintas. A primeira refere-se a empresas interessadas em apoiar atividades de conservação que fazem doações aos nossos projetos. É o caso do HSBC. [...] A segunda lógica de parceria com empresas refere-se aos empreendimentos interessados em melhorar seus próprios processos produtivos, por meio da adoção de práticas sustentáveis, como é o caso das madeireiras que, com o apoio técnico do *WWF-Brasil*, produzem madeira certificada.” (WWF-BRASIL, 2009: 76-77)

⁶⁹ “Então, o WWF, em articulação com outras organizações, dão sua contribuição sempre via mecanismos oficiais. Sempre que convidado a participar ou dar palestra dentro dos ministérios, ou alguma reunião estatal a

públicas e na criação e gestão de “áreas protegidas”), e também parcerias junto à rede *WWF*, por todos os subsídios que tem dado para a instituição brasileira⁷⁰. Pode-se afirmar, portanto, que as ações classificadas como “parcerias” são, de longe, os meios mais utilizados pelo *WWF-Brasil* para aplicar suas ações de conservação. Nos trabalhos ligados à questão do “agronegócio” não será diferente, embora isso não signifique uma homogeneização das ações. Para ilustrarmos essa atuação junto ao “agronegócio”, podemos observar as abordagens da entidade junto a dois produtos que, na última década, têm sido marcados por tais entidades transnacionais ambientalistas como característicos do “agronegócio”, isto é, a soja e a carne bovina.

No caso da soja, produto por excelência do “agronegócio” e foco inicial de atuação do Programa Agricultura e Meio Ambiente, as atuações centram-se nos processos participativos voltados para a criação de critérios de baixos impactos na produção. Como destacam em um de seus relatórios:

O WWF-Brasil participa, com estudos e apoio técnico, do grupo de trabalho da soja que apóia a implementação da Moratória da Soja. Essa iniciativa reúne indústrias e exportadores associados à ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais) e ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais) que firmaram o compromisso de não comercializar soja plantada em áreas que tenham sido desmatadas, depois de julho de 2006, na Amazônia Legal brasileira. O WWF-Brasil também faz parte do Conselho Executivo da Mesa-Redonda da Soja, um grupo que reúne representantes de toda a cadeia produtiva da soja para debater melhores práticas no setor. O WWF-Brasil, em colaboração com a Rede WWF, tem contribuído tecnicamente para a definição de critérios para a sojicultura responsável. (WWF-BRASIL, 2008: 54-55)

O estabelecimento de critérios de produção sustentável vão desde reuniões, grupos de trabalhos e diversas mesas de discussão com o setor privado e outras instituições não-governamentais, a *workshops* e desenvolvimentos de projetos-piloto junto a grandes produtores rurais. Seguindo essa mesma linha de discussão, entram também os debates da Moratória da Soja.

A mesa redonda da soja é um exemplo de um processo que foi conduzido tentando incorporar uma série de atores: gente da indústria, da sociedade civil, de diferentes

gente também tá sempre presente. Tem várias parcerias também com o governo, por exemplo, o programa Arpa [...], junto com o MMA. Uma parceria muito grande de trabalho na bacia do Rio Negro e em outros locais. Então, tem diversas parcerias com o executivo, é.. e tem também um trabalho, sempre que possível, junto com o Congresso quando tem consultas públicas, audiências públicas pra alguma política, alguma lei nova, sempre tá participando, buscando levar contribuição. Hoje tem muitos canais abertos pra sociedade civil tá participando.” (Entrevista)

⁷⁰ Como se pode constatar observando os relatórios financeiros contidos nos relatórios anuais da instituição, o maior montante das arrecadações anuais do *WWF-Brasil* é recolhido junto à própria Rede *WWF*.

partes, para construir de forma conjunta um padrão que seria uma série de princípios e critérios que vão ser adotados por essas partes. [...] Mas, finalmente esse ano, na mesa redonda, os critérios foram aprovados e agora está se discutindo, está se desenvolvendo uma forma de [raptabilidade] e um processo de certificação para que eles sejam implementados. E a partir do momento que essa certificação esteja disponível [...] já pode ter soja certificada dentro desse padrão que foi constituído com vários atores, né? E aí, como tem também um trabalho com a pecuária. Tem um grupo de trabalho da pecuária sustentável que também está discutindo padrões da pecuária. [...]

A certificação, sem dúvida, é um dos pilares do trabalho do programa agricultura aqui do ‘W’,⁷¹ mais certificação do açúcar⁷², que é o BSI (Better Sugar Inniciatives), tem o de Palm Oil... mas que ainda não existe no Brasil. (ENTREVISTA)

A certificação,⁷³ como vimos, é a norteadora das ações da entidade - de um modo abrangente - dentro das perspectivas de “desenvolvimento sustentável” e de “produção racional” ou “boas práticas”, mas principalmente frente à temática do “agronegócio”.

⁷¹ Menção a entidade *WWF-Brasil*.

⁷² Segundo consta no relatório anual de 2007, o WWF-Brasil vinha trabalhando, junto com outras instituições (institutos de pesquisa, setor privado da indústria da cana e ONGs) para a formação de um “Grupo de Diálogo da Cana-de-Açúcar”, com o objetivo de “construir um processo participativo entre todos os elos da cadeia produtiva sucro-alcooleira, de modo a estabelecer critérios socioambientais de produção e comercialização.”

⁷³ O apoio à atividade de certificação talvez fique melhor ilustrado nas atuações da entidade e da Rede junto ao setor florestal, com a implementação do selo Forest Stewardship Council (FSC) ou Conselho de Manejo Florestal, em português. O incentivo do WWF-Brasil ao manejo madeireiro certificado no Brasil desde 1999 pelo menos, segundo informações do relatório do mesmo ano, respondia ao objetivo mais abrangente de “alcançar o sonho de se mudar o paradigma de exploração da Floresta Amazônica, conciliando desenvolvimento econômico, melhoria da qualidade de vida e a conservação efetiva dos valiosos recursos genéticos da região.” O desenvolvimento do trabalho com certificação FSC no Acre, estado onde o WWF também possui escritório, se passou com a colaboração do governo do estado, inclusive.

A interação entre a entidade e este mecanismo de certificação é revestida de certa ambigüidade. Apesar de não se colocarem como instituição certificadora – aspecto reforçado na entrevista – a relação entre a ONG e a certificadora (FSC) aparece sempre como muito estreita. No mesmo relatório de 1999/2000 destacam que o WWF-Brasil coordenava um grupo com 18 entidades que estavam estabelecendo o FSC no país, atingindo 717 mil hectares no estado do Acre até dezembro de 2000. Além dos trabalhos do WWF-Brasil, destacam o envolvimento da própria Rede WWF com o lançamento de um “boletim eletrônico, um site na internet e a realização de uma série de documentários para a TV em parceria com a Rede Televisa do México, levando a experiência brasileira para toda a América Latina”.

No relatório de atividades de 2005, dizem também que a entidade “trabalha para o desenvolvimento de mercados para os produtos com selo FSC”, ao mesmo tempo em que fariam parte do “Conselho Diretor do FSC Brasil”, do qual eram vice-presidente. Ainda neste mesmo material mencionam a participação do WWF-Brasil na “venda conjunta de madeira certificada” no primeiro semestre de 2004, onde o WWF-Brasil apoiou e participou da Feira Brasil Certificado, realizada em São Paulo, que reuniu produtores comunitários de florestas com certificação FSC – Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal), bem como da Associação dos Produtores Florestais Certificados da Amazônia (GPFA) e do Grupo de Produtores Florestais Comunitários do Acre (GPFC).”

Ao mesmo tempo em que diziam fazer parte de instâncias da direção do Conselho de Manejo Florestal, atuavam também na produção de eventos de divulgação, criação de espaços para favorecerem os negócios destes produtos, além de desenvolverem uma metodologia específica (ainda hoje utilizada), que buscava servir de orientação para empresas interessadas em adotar o selo FSC. Era o Sistema de Implementação Modular (SIM) da Certificação Florestal FSC. Segundo informação do mesmo relatório, “Trata-se de uma abordagem passo a passo, no qual a empresa, ao adotar o SIM, recebe assistência técnica do WWF-Brasil para resolver os problemas em cada um dos 18 módulos, inclusive treinamento de funcionários, controle da origem da matéria-prima e melhoria das técnicas de extração e industrialização. Outra vantagem é o acesso aos benefícios do Global Forest Trade Network (GTFN), a rede mundial para o comércio florestal.”

No caso das ações para certificações da produção madeireira com selo FSC, as ações de conservação por meio da implementação do mecanismo de certificação se mostraram bem concretas e diretas, não se restringindo as

No agronegócio, na agricultura de commodities, é que a gente está trabalhando mais com... puxando certificações. Então, padrões que são aceitos internacionalmente. E aí, a partir dele você tem um comprometimento da indústria de alimentos, que são os compradores desses produtos, e também das traders, que são os intermediários, de que eles vão cada vez mais adotar esse padrão melhor e isso descendo cadeia abaixo, né? (ENTREVISTA)

Como temos visto, os trabalhos com o “agronegócio” são geridos principalmente pelo programa “Agricultura e Meio Ambiente” da organização, que trabalha com foco, principalmente, na produção de soja, e mais recentemente – de 2006 em diante- na produção de cana-de-açúcar. Mesmo ficando de fora desse programa, a pecuária também poderia ser pensada como uma das atividades classificadas pela entidade como “do agronegócio”. Ainda que sejam escassos os vínculos encontrados entre a atividade e o termo propriamente dito, na “pecuária”, como no caso da “agricultura”, também essa aproximação se torna possível⁷⁴.

Em geral, a articulação da entidade com a temática aparece majoritariamente vinculada aos trabalhos de apoio ao desenvolvimento da “carne orgânica certificada”, na região do Pantanal. Esse trabalho, que teve início no mesmo ano de 2003, ano de lançamento do programa “Agricultura e Meio Ambiente”, desenvolve ações que vão desde o estabelecimento de reuniões com o setor privado, almejando uma redefinição normativa de critérios ambientais de produção, até outras mais direcionadas à assistência técnica voltada para uma adequação ambiental legal dos produtores, aparentemente semelhante às ações implementadas pela *CI-Brasil* ou *TNC* do Brasil.

No modelo da “pecuária orgânica”, para o *WWF-Brasil*, “a propriedade rural é vista como um organismo equilibrado”, isto porque, o “chamado manejo orgânico implica o desenvolvimento econômico sem poluição, degradação e destruição do meio ambiente.”⁷⁵ Na visão da entidade, as propriedades que produzem segundo critérios ‘certificados’ estão mais

mesas de discussões ou reuniões envolvendo diferentes atores na busca pelos critérios a serem implementados, como teremos no caso da soja, por exemplo. Se o *WWF-Brasil* diz não ser uma entidade ‘certificadora’, por outro lado, isto não implica em um distanciamento de tais mecanismos. O envolvimento da instituição com estes, como no caso mencionado do Conselho de Manejo Florestal (FSC), evidencia sua importância dentro do modelo de conservação da entidade. Como foi mencionado em entrevista, tal orientação das ações seriam “uma estratégia fundamental que o WWF trabalha.”

⁷⁴ Apesar de a maioria dos casos ser referenciada separadamente dos trabalhos com a soja (principalmente nos relatórios anuais), isso não fica tão evidente nas exposições da entrevistada. Nelas a pecuária e a sojicultura são apresentadas como os dois vetores mais importantes do desmatamento, principais atividades do agronegócio e foco das inferências ambientalistas atualmente. Uma aproximação entre estas *commodities* é abordada muito rapidamente (e extraordinariamente) no relatório anual de 2006, na parte destinada ao programa “Agricultura e Meio Ambiente”, onde colocam que: “Em 2007, o programa concentrar-se-á na elaboração de uma ampla estratégia, priorizando os setores da soja, cana-de-açúcar e pecuária. A intenção é continuar a desempenhar o papel facilitador nas discussões entre setores produtivos para garantir o desenvolvimento de uma atividade agropecuária mais responsável.” (WWF-BRASIL, 2007: 33)

⁷⁵ WWF-BRASIL, 2005.

legalizadas, “harmonizadas” e mais “naturais” que as outras que não aderiram ao modelo. Mais aptas, portanto, a levarem adiante o modelo de conservação para o campo. Ao contrário da carne não certificada, para a entidade:

A carne orgânica é um alimento completamente isento de resíduos químicos, produzida da maneira mais natural possível. Os animais são tratados com medicamentos fitoterápicos e homeopáticos e alimentados com pastos isentos de agrotóxicos. [...]

Além de vantajosa para a saúde dos consumidores, a carne orgânica é benéfica ao meio ambiente. As fazendas de criação de gado certificadas seguem normas rígidas, que determinam um sistema de produção ambientalmente correto. As normas exigem que os produtores cumpram a legislação ambiental, o que garante a conservação de áreas de proteção obrigatória dentro das propriedades, como matas nas beiras dos rios. (WWF-BRASIL, 2008: 28)

O apoio à implementação de trabalhos como o desenvolvido na “pecuária orgânica certificada” teria a finalidade de “concretizar exemplos que provem que é possível produzir de outra forma. E a partir desses exemplos, desses projetos-pilotos, multiplicar isso pra outros lugares.” (ENTREVISTA).

Na medida em que a pecuária se torna cada vez mais o principal vetor de desmatamento na Amazônia,⁷⁶ no lugar da soja, estratégias originalmente implementadas no Pantanal passam a ser levadas para aquela outra região, na tentativa de adequar o modelo de produção e reverter sua existência “insustentável”.

Nesse sentido, as ações com o setores do agronegócio são pautadas por uma perspectiva muito clara:

A visão que hoje tem na escala, mais de agricultura, é que você não precisa mais desmatar. Seja floresta ou, seja o Cerrado ou, outros... outros tipos de vegetação. Você não precisa mais desmatar, para expandir a produção agropecuária no Brasil. O que você tem, sim, é melhorar o uso das áreas já abertas. [...] Tem áreas no Brasil que ainda usam uma tecnologia arcaica⁷⁷, do ponto de vista agrônomo. Então,

⁷⁶ Diferenciando-se dos materiais dos anos anteriores, no relatório de 2008, a temática da ‘pecuária sustentável’ não se encontra vinculada ao programa desenvolvido no Pantanal. Neste documento, a atividade é tratada separadamente como “Pecuária e Meio Ambiente”. Essa desvinculação do modelo da ‘pecuária orgânica certificada’, do “Programa Pantanal para Sempre”, sugere um movimento de tentar levar o modelo para o bioma amazônico. Isto fica marcado quando apontam a pecuária como novo “vetor do desmatamento” da Amazônia, para em seguida apresentarem o trabalho desenvolvido junto a produtores no Pantanal como “alternativa encontrada pelo WWF-Brasil para minimizar os impactos da atividade na região”.

⁷⁷ O modelo “arcaico” de baixa tecnologia (insustentável) é referido na entrevista como ainda amplamente praticado nos campos brasileiros. O interessante é que no discurso da funcionária entrevistada, pelo menos, este modelo (“arcaico”) de produção encontra-se vinculado principalmente a uma atividade: a “pecuária”. Quando perguntada sobre como seria este modelo “arcaico”, ela responde: “Um exemplo é a forma como a pecuária é praticada em vários lugares da Amazônia, em que você tem um boi para cada cinco hectares. Isso é muito baixo. A produção em que você queima a grama e deixa o pasto nascer naturalmente, no meio de toco, no meio de cupim. Você deixa o boi solto lá no pasto, não sei quantos meses, não faz controle de zoonose, o couro é de má qualidade, o que diminui a renda, porque está infestado de carrapato, por exemplo. Isso é uma produção que, por

precisa de assistência técnica, precisa de investimento nessas áreas pra você intensificar um pouco a produção. Intensificar com cuidado ambiental, né, para não... e é possível isso... cada vez mais se sabe que é possível.

Então, na medida em que você consegue intensificar a produção nas áreas já consolidadas, você evita a abertura de novas áreas. E também, quando você melhora as práticas agrícolas nas áreas já consolidadas, você vai ter por consequência, melhorar a conservação dos rios, que é uma questão fundamental hoje.

[...] na área onde atuo, que é na questão de agricultura, por exemplo, você tem o conhecimento agrônomo das questões. Então, uma área que a gente atua bastante, é na questão de boas práticas agrícolas. Então, é fundamental você ter um subsídio científico do que está sendo desenvolvido em termos de tecnologia, para você reduzir o impacto ambiental. E várias outras questões. Por exemplo, substituição de certo agrotóxicos por outros menos químicos, alternativas agroecológicas pro uso de agroquímicos, tudo isso vem da ciência, né, vem da pesquisa. Então, a gente tem que estar atualizando sobre o que está acontecendo e também tentando influenciar para que a pesquisa vá nessa direção, de buscar formas de produção mais sustentáveis. [...] por exemplo, quando você tem que discutir a questão do Código Florestal e fica esse debate quanto tem de terra disponível para uso da agricultura, quanto que hoje é ocupado pela pecuária, quem está resolvendo esse dilema não é a gente colocando a posição, mas é o cientista que faz os estudos de análise de uso de solo por imagens de satélite e definindo. Olha, hoje quem pode dar a palavra final... Hoje tantos por cento da área brasileira é degradada, tantos por cento é pasto... Isso para mim é ciência.

Então, a gente tenta se referendar ao máximo por esse tipo de dado oficial, né? Por subsídio científico.

Em pecuária, a grande questão hoje é você aumentar a produtividade nas áreas já degradadas, o que vai impedir a abertura de novas áreas, né, de novos desmatamentos. E a contribuição da ciência, principalmente da EMBRAPA e de outros também, entidades de pesquisa, tem sido fundamental. Por exemplo, eles fizeram recentemente o mapeamento das forrageiras, pra ver qual é o capim mais adequado pra cada região do país. Então, você usando uma forrageira mais adequada, a sua produtividade vai aumentar à um custo menor.[...]

Acho que a tecnologia tem um papel fundamental. [...] Então, para um mundo que consome menos carbono, tem todo... o que a gente fala, das tecnologias verdes. [...] E na parte agrônoma essas perspectivas são infinitas. Tanto na área de maquinário, você tem máquinas mais eficientes que visam redução do uso de agrotóxico também, à parte de análise por imagem de satélite também. Eu acho que aí tem tido avanços muito importantes para a conservação. [...] estratégias de conservação de solo, como eu já falei, do plantio direto, mas também curvas de níveis muito mais eficientes. É... técnicas de reflorestamento, tecnologia de sementes, também está se desenvolvendo muito rápido [...], de produção de madeira que é a alternativa. Ao invés de você usar madeira nativa, você pode, cada vez mais, usar madeiras plantadas, de preferência plantadas, tem uma tecnologia aí bem interessante. (ENTREVISTA)

Neste movimento que reivindica um reordenamento em toda uma lógica ‘expansiva’ de produção e ocupação do território, apontam para uma tendência de valorização dos modelos “tecnológicos” de produção. Como no caso de outras entidades como a *TNC* do

exemplo, eu diria que é uma produção arcaica, né? [...] Isso está muito ligado a estratégia de ocupação de terra, né, de grilagem de terra. Então, não pode ser ingênuo, achando que também é só uma questão de melhoria de produção.”

Na agricultura, entretanto, o modelo “arcaico” é interpretado de outra forma: “A agricultura no Brasil, ela já é bem mais... pelo menos na questão de grandes commodities, ela é uma agricultura de ponta. Até porque, para você plantar você precisa de um grande investimento. Não é barato. Você tem que correr o risco de você plantar uma área com soja, com muda de grão. Isso nas grandes culturas. Então, eu acho que aí a questão já está bem mais relaxada, só que o que precisa aprimorar é, por exemplo, a diminuição dos impactos. Então, você fazer uma agricultura mais diversificada, integrada com a silvicultura.”

Brasil ou a *CI-Brasil*, esses não só aparecem como importantes na delimitação de territórios estratégicos de conservação, como também podem atuar na criação de modelos alternativos para produção com “baixos impactos”. O peso de tais ferramentas tecnológicas e a importância das abordagens científicas dentro das formulações ambientalistas do *WWF-Brasil* se faz presente na própria seleção dos atores concebidos como mais importantes e para quem empenham maiores esforços, mas também nas próprias respostas da entidade⁷⁸ dadas frente aos problemas ambientais em questão. Estas respostas que, em geral, são apresentadas pela criação de áreas restritas à conservação (“áreas protegidas”) – que se aproximam das concepções da *Conservação Internacional-Brasil* – e pela adequação ‘verde’ da produção (como no exemplo da “pecuária orgânica”), tendem a interpretar a “tecnologia” como condição fundamental para a “sustentabilização” das atividades, responsabilizando ou reduzindo a capacidade de “sustentabilidade” e de conservação dos modelos menos mecanizados.

Entretanto, isso não significa dizer que tal privilegiamento seja fruto de uma visão ingênua sobre o papel assumido pela “tecnologia” na produção de problemas ambientais nas sociedades industrializadas. O peso de sua importância não se localiza no que ela tem feito, mas no que ela pode fazer, no seu potencial quase neutro de ação. Como chamam atenção em entrevista:

É claro que a tecnologia não, é... só vai numa direção que eu to falando. Pode ir em diversas direções, como por exemplo os transgênicos, que é uma questão muito complicada. Uma tecnologia que uns colocam como de ponta, e é uma tecnologia de ponta, que está sendo implementada sem você... sem a devida segurança, né? Sem você assegurar para a sociedade que isso não traz riscos pro meio ambiente e para a saúde das pessoas, né? Então, eu acho que é importante também tecnologia, mas desde que ela seja usada de uma forma responsável. (ENTREVISTA)

⁷⁸ Na “agricultura” o estabelecimento de critérios “sustentáveis” de produção, que dão garantias aos consumidores (selo verde), não se restringem aos trabalhos junto aos grandes produtores de commodities agrícolas. Segundo informações da entrevistada: “Na pequena produção é uma questão mais de trabalho diretamente com o pequeno produtor, né? De apoio. Apoiar também políticas públicas de fomento à extensão rural, de pesquisa direcionada para essa realidade e também de abrir mercado para novos produtos. Então, assim, de conseguir incentivar o acesso a esses produtos mais diversificados aos mercados locais. E também que esses pequenos produtores atendam um padrão, né, de comercialização, que seja aceito é... em outros mercados, né? Por exemplo, o cara que produz fruta. Pra ele chegar num mercado, pra pagar um prêmio no produto dele, ou mesmo pra ele chegar a exportar, ele precisa atingir um padrão de qualidade, né? Que é exigido... que vai além daquele padrão do mercado local.” A estratégia de trabalho com mercados locais e extra-locais e a busca por “padrões de qualidade”, e garantias de produção parecem se manter. Apesar de lhe darem com situações e modelos muito heterogêneos, as repostas apresentadas com status de solução não parecem divergir muito neste sentido, singularizando diferenças e impondo soluções nos termos de mercado, não se mostrando muito diferente de modelos anteriores.

As tecnologias podem ser grandes aliadas para desenvolver formas menos impactantes de ocupação de territórios, mas isso dependerá sempre da sua utilização “racional” (verde). O caráter indeterminado do corpo “científico” e da “tecnologia”, oscilando entre um alto potencial destruidor e uma capacidade de definir e reverter problemas ambientais, transportados para a temática da “agricultura”, localizaria nos modelos mais mecanizados o mesmo grau de indeterminação.

Nas abordagens sobre o “agronegócio”, essa indefinição sobre sua existência, ora vinculada ao desmatamento, ora à capacidade de expandir o modelo conservacionista, como no caso da *CI-Brasil* ou da *TNC* do Brasil, transforma o “agronegócio” em ator estratégico para as ações da ONG. Sua presença em grandes propriedades rurais, sua importante participação econômica e sua força política tornam-no um fato inquestionável e reforçam a necessidade de uma atuação junto a esse setor, no sentido de reivindicar mudanças em suas práticas mais impactantes. Mediante a crença inabalável que depositam na “ciência” e na “tecnologia” de ponta, creditam maiores expectativas de conservação nos modelos de agricultura mais mecanizados, principalmente, por confiarem em sua suposta capacidade de manipular melhor os riscos. Esta separação entre modelos mais e menos mecanizados tem resultado não só no privilegiamento retórico de um em detrimento do outro, mas na própria prática da ONG. Tanto no caso dos modelos mais mecanizados, ligados em geral à produção de *commodities* agrícolas, quanto nos modelos menos mecanizados (“arcaicos” ou nos modelos da “pequena agricultura”), as ações do *WWF-Brasil* parecem voltar-se para o aprimoramento (verde) da produção, buscando critérios mais “sustentáveis”, imprescindíveis ao estabelecimento de padrões de certificação.

Se por meio da questão do ‘desmatamento’ que a temática da “agricultura” ganhou força na agenda do *WWF-Brasil*, seu movimento voltado para a construção de mecanismos de “certificação” se conformaria como a resposta mais conveniente para conter e modificar esta realidade indesejável. Essa estratégia (de mercado) não significa, absolutamente, uma exclusividade ou mesmo uma abstenção da ONG para com outras esferas. A atuação junto a setores do “agronegócio” na busca por tais critérios envolvem outras instâncias, sendo as instâncias políticas - de governo - especialmente relevantes. Seja através de trabalhos em “parceria”, como no caso do estabelecimento do Conselho de Manejo Florestal (FSC); seja por meio de pesquisas e estudos que buscam confrontar ideias e orientar políticas de acordo com seus interesses; ou seja, por meio do *lobby* político,⁷⁹ atuando em coletivo com outras

⁷⁹ Segundo a entrevistada: “Então, o lobby, ele no Brasil tem até, às vezes, uma conotação um pouco pejorativa, né? “O Lobby”. Mas, o lobby nada mais é do que você levar sua posição aos parlamentares. Existe o lobby da

instituições ambientalistas por objetivos comuns; de um modo geral, seria precisamente esta atuação junto a instâncias de mercado, voltadas para o estabelecimento de critérios para uma produção de baixo impacto, base para formulação de mecanismos de certificação, que poderíamos localizar a singularidade da abordagem do *WWF-Brasil* na questão do “agronegócio”. Mais do que uma estratégia com um produto ou outro isoladamente, essa organização considera o modelo da “certificação” como base para pensar a produção sustentável no campo, especialmente das grandes *commodities* agrícolas.

Desta forma, as ações do *WWF-Brasil* frente ao “agronegócio” seriam mais bem compreendidas se lidas também como parte de um projeto maior de retirar o caráter extraordinário e restritivo que envolvem as certificações (como no caso da produção “orgânica”), para transformá-la em regra de produção amplamente disseminada, capaz de levar a conservação para uma escala muito maior no território. Como nos é apresentado em entrevista:

[...] a grande visão é que você não quer só uma certificação como a orgânica que vai atender a um nicho limitado do mercado. Então, você vai ter um cara produzindo aqui, para um consumidor privilegiado, disposto a pagar mais, mas que isso nunca vai atingir uma escala maior. Porque o prêmio, ainda pago por esse produto, é muito alto. Então, poucas pessoas podem acessar. A idéia desse padrão que o WWF trabalha, é que eles sejam um trabalho de escala mesmo e que possa atingir uma grande população no mercado e que aí faça diferença no campo. (ENTREVISTA)

indústria. A indústria está lá se posicionando. O que diversas vezes se fala em ‘advocacy’. E isso, com certeza. Sempre está conversando com parlamentares que tem mais afinidade com o trabalho. A questão do código florestal, que é uma pauta muito forte, está bem polarizada... Também tem participado das reuniões e audiências e tudo. Então o lobby, nesse sentido, com certeza. Mas, de uma forma muito transparente e muito em articulações com outras organizações.”

5 CONSERVAÇÃO EM “CORREDOR”: A ABORDAGEM DA CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL – BRASIL

5.1 Evoluindo com a conservação: incorporando o “agronegócio”

No ano de 1987, mesmo ano em que veem a público os resultados do Relatório Brundtland⁸⁰, surge nos Estados Unidos outra instituição não-governamental de caráter ambientalista importante: a *Conservation International* (CI). Seu surgimento estaria relacionado a divergências e rupturas internas dentro de outras duas grandes ONGs conservacionistas, a *The Nature Conservancy* (TNC)⁸¹ e o *WWF*. Se utilizando de parte da estrutura destas duas grandes instituições ambientalistas que já vinham se expandindo para outros países (com equipamentos, contatos e recursos financeiros), tornou possível à nova organização ter acesso privilegiado, desde a sua criação, a elementos imprescindíveis para uma atuação já internacionalizada, e assimviabilizando, poucos anos após sua criação, o início dos trabalhos no Brasil. Como a CI coloca em entrevista,⁸² refletindo sobre o início das atividades no país:

Isso foi em [19]89, né? Porque, na verdade, a CI surgiu de uma fusão, né, por discordância, entre a WWF e a TNC. As pessoas que fundaram a CI, trabalharam na Nature Conservancy. O CEO, principalmente, se chama Peter Seligmann. Ele achava que se devia trabalhar numa esfera internacional mais agressiva e que não se deveria trabalhar só dentro das UCs, mas também nos planos de desenvolvimento que influíam sobre a Unidade e vice-versa. Que a Unidade também influía sobre as matrizes de desenvolvimento regionais, né?

Então, por causa dessa discordância, ele criou a CI e convidou para presidente um cara que chama Russel Mitmeier, que na época era o cara que tocava no Brasil para o WWF.

Quando ele veio para a instituição, ele trouxe todo um [staff] que estava trabalhando com ele. Então, a gente começou aí com doze pessoas quase que de imediato.

Em 89 a gente conseguiu um [grant] de três milhões de dólares, né, pra gente começar. Isso tudo em 89. Então, o programa do Brasil começou junto com o programa internacional. Então, a gente começou no mesmo [time], né? Em Belo Horizonte, né?E tava muito apoiado, por exemplo, nos trabalhos junto com a UFMG, lá no vale do Rio Doce. (...) Então a gente começou pela Mata Atlântica. (ENTREVISTA)

⁸⁰ Ver a respeito (HERCULANO, 1992) e (AQUINO, 2003).

⁸¹ Segundo Mac Chapin (*Op.cit.*:18): “During the previous several years, *TNC*’s international program had grown rapidly, and tension with its other programs had mounted. When *TNC*’s central management tried to rein it in, virtually the entire international staff bolted and transformed itself into CI.”

⁸² Todas as referências de entrevista nesse capítulo se referem a entrevistas realizadas com o Diretor de Política Ambiental da Conservação Internacional-Brasil, realizada em setembro de 2010.

A vinda da entidade para o Brasil em 1989 e sua instalação em Belo Horizonte em 1990 foram garantidas pelas condições herdadas do *WWF*, instituição já presente na região. Apesar de um dos motivos da criação da entidade ter sido relacionada, na entrevista, a um anseio por trabalhar de forma mais abrangente, nesse período, contudo, as ações da *CI-Brasil* focavam-se basicamente em ações de conservação da biodiversidade *strictu sensu*, isto é, com projetos de proteção de espécies ameaçadas de extinção, voltados majoritariamente para ações dentro de unidades de conservação. Como ficou registrado, o trabalho nos primeiros anos concentraram-se, grosso modo, nas áreas de Mata Atlântica⁸³, através da conservação de espécies em extinção e da consolidação de “áreas protegidas”. Nesse momento, ações junto ao “setor produtivo”: “Era quase inexistente, né? O setor produtivo nos via como uma espécie de malucos, né, preocupado com fauna e flora.” (ENTREVISTA).

Terminologias como “agronegócio”, “agricultura de commodities” e outros termos equivalentes, utilizados para dar conta de uma realidade agrária brasileira, ainda não possuíam muita importância ou circulação no vocabulário da entidade, mas como veremos, isso irá mudar.

Nos primeiros anos a gente trabalhava estritamente com conservação, né? De espécies ameaçadas de extinção. Então, a gente começou a trabalhar com miqui lá na área de Minas, de Caratinga. Com o mico-leão-dourado lá na área da fazenda União no Rio de Janeiro e assim foi indo, né?

Então, a gente começou a trabalhar com um vínculo muito de conservação em espécies e também ajudando a consolidar Unidades de Conservação que naquela época não tinha SNUC ainda. Eram basicamente os parques, sejam estaduais, ou federais. Os municipais tinham muito pouco, certo? Então, nosso foco era esse. Aí a coisa foi crescendo [...]. Então, a gente chegou a uma conclusão científica de que se a gente trabalhasse em pequenos núcleos fechados, é aquela... Como posso te explicar? Tipo a “teoria do ovo”, né? Se fosse uma fazenda e tu fecha ela, aqui a fronteira é fechada, nesse tu tem a biodiversidade aqui dentro, o quê vai acontecer? Cruzamento co-sanguíneo pra todo lado, e isso enfraquece e acaba desaparecendo.

Então, o quê que a gente... aí depois a gente criou um modelo do [buffering], pra poder proteger essa área, pra dar mais trânsito pra essa fauna e essa flora, certo? Além disso, tu tem, a gente chama “pequenas áreas” que, de modo geral, são reservas legais, APPs, caso tivesse um rio. [...] E também as RPPNs, que são essas reservas privadas.[...] Então, isso poderia fazer a ligação desses dois. [...] Se não, eu não consigo manter o fluxo gênico ok, né? E aí acontece a extinção e o desaparecimento daquela espécie, certo?

[Perguntado se a perspectiva muda]: É, a perspectiva vai evoluindo, porque a ciência da conservação, ela tem 25 anos aqui. Então, é mais ou menos a nossa idade. A gente foi uma das organizações que iniciou essa ciência. Não vendo a Biologia isolada dentro da espécie, mas vendo o conjunto da espécie, depois o conjunto da espécie dentro do território e depois esse território com todas as suas influências. As benéficas e as malélicas. Foi daí que a gente partiu pra esse conceito de Hotspot.⁸⁴

⁸³ “A importância da Mata Atlântica é extremamente alta. Porque ela é muito rica em diversidade, ela tem muito endemismo e ao mesmo tempo ela é a mais ameaçada, certo?” (Entrevista).

⁸⁴ Segundo consta na página virtual da CI-Brasil: “O conceito de Hotspot foi criado em 1988 pelo ecólogo inglês Norman Myers para resolver um dos maiores problemas dos conservacionistas: quais as áreas mais importantes

[Perguntado sobre quando se dá esse processo]: O processo aconteceu no final dos 90. 98 até 2004 (ENTREVISTA).

O contexto de reformulação das ações da entidade de um trabalho restrito com unidades de conservação para uma perspectiva mais abrangente se configura no mesmo período temporal em que a organização passa a atuar junto a proprietários rurais. Essa mudança de perspectiva encontrava suporte dentro dos novos conceitos elaborados, começando com o de *Hotspot* e futuramente com o de “Corredores Ecológicos” ou “Corredores de Biodiversidade”,⁸⁵ denominação mais recente.

Em meados da década de 90, conclui-se que as unidades de conservação – vitais para a manutenção da biodiversidade no longo prazo – não desempenhariam seu papel a contento, ao terminarem isoladas em paisagens degradadas pelo homem. Essa constatação impulsionou uma nova etapa na evolução estratégica da CI no Brasil e no mundo. Assim, passamos a adotar, no final da década de 90, uma ênfase regional, tendo como estratégia central os corredores ecológicos.

Estratégias ambiciosas e de grande escala, como a dos corredores ecológicos, requerem uma massa crítica de profissionais bem treinados em várias disciplinas, cobrindo desde as ciências biológicas até as sociais. Para isso, a CI criou os Centros de Conservação da Biodiversidade em cinco regiões do mundo, com o apoio da Moore Family Foundation. [...] (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL-BRASIL, 2003: 3).

A implementação dos “corredores”-mostra-se como fruto de mudanças dentro da abordagem da própria entidade, que passa a considerar como importantes, ações de conservação menos restritas às unidades de conservação. Com o emprego cada vez mais forte das modalidades dos corredores de biodiversidade – por meio de áreas privadas de conservação, inclusive – a relação com proprietários de terra se torna mais estreita e necessária. Com o crescimento vertiginoso da instituição no final da década de 1990, isto se torna ainda mais factível. “A participação dos proprietários rurais é de extrema importância para o sucesso do corredor, uma vez que as propriedades privadas são chave para a conectividade entre áreas protegidas.” (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL-BRASIL, 2008: 91).

para preservar a biodiversidade da Terra?”. Ainda na página virtual, classificam um Hotspot como: “[...] área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e que tenha perdido mais de ¾ de sua vegetação original.” (Fonte: www.conservation.org.br. Acesso: 15/06/2009).

⁸⁵ “As áreas de florestas e vegetação nativa encontram-se atualmente em elevado estado de fragmentação. [...] O isolamento num território dificulta a possibilidade de troca gênica entre os animais e inviabiliza a sua manutenção na natureza, pois estes ficam sujeitos a cruzamentos consangüíneos e susceptíveis a doenças. [...] O corredor de biodiversidade surge como uma das formas de minimizar esta fragmentação, pois a idéia é conectar unidades de conservação, formando uma rede delas, um mosaico de uso da terra, ao qual fazem parte áreas de agricultura, pastos, áreas reflorestadas, áreas de plantio de eucalipto, RPPNs, entre outros usos, planejados para facilitar o fluxo gênico e a dispersão das espécies (animais e vegetais).” (Conservação Internacional; Instituto Supereco; WWF-Brasil, 2010).

Embora seja difícil pensar em uma única causa responsável pelo desenrolar deste movimento de reformulação de estratégias da entidade, em entrevista com funcionário da *Conservação Internacional*, chama-se atenção para uma grande doação privada feita nos últimos anos do século vinte, nos Estados Unidos, no momento em que a ONG amplia enormemente sua capacidade de atuação, um momento de reformulações internas que terminam por refletir-se nas estratégias de ação da entidade.

[...] em 2000 a gente teve uma grande doação de um magnata americano lá, que chama Gordon Moore (o cara que inventou o ‘chip’ da Intel). O cara nos deu 6 bi, né? Então isso fez crescer bastante.. em dólar... a organização. Aí começou esse inferno todo, financeiro-administrativo. Então, se tu pegar hoje, das 50 pessoas que a gente tem no Brasil, basicamente, 30 pessoas estão trabalhando em administração, finanças e operações, né?[...] Nosso orçamento era 200 mil dólares por ano. Agora é 11 milhões, né? Tu imagina qual é a diferença. [...] Essa transformação começou na metade dos anos 90 pra cá, né? A segunda metade pra cá, né? A partir dessa doação, né?

Isso na verdade só mudou em 2000, quando houve essa doação. Não foi em 2000, foi em 99, né? (ENTREVISTA)

Com o crescimento da entidade, sua reformulação burocrática e o aumento de sua capacidade de ação, outros biomas passam a ser incorporados às estratégias de conservação. Além do bioma da Mata Atlântica, o Cerrado e a Amazônia (além do Pantanal, incorporado em programa conjunto com o Cerrado⁸⁶) passaram a receber mais atenção nos projetos de conservação da entidade. Ainda que sejam percebidos de forma diferenciada, principalmente no grau de preservação e de ameaças existentes, os projetos desenvolvidos em todos os biomas demandam pela ampliação (e consolidação) de “áreas protegidas”, isto é, restritas à conservação. Com sua configuração legal de “proteção”, seria possível garantir a manutenção dos ecossistemas e diminuir igualmente o ímpeto de devastação nestas regiões concebidas como estratégicas, em virtude dos aspectos biológicos. Com isto, o grau de ameaça das regiões ocupadas e o risco à manutenção dos ecossistemas, imposto pela ocupação de uma agricultura industrial produtora de grandes *commodities* agrícolas, aparecem como fatores importantes neste movimento de ganho de relevância da temática do “agronegócio” na agenda da entidade.

A reformulação das estratégias da entidade, ocorrida em fins do século XX, possibilitou uma ampliação no campo de atuação da organização, passando a incorporar

⁸⁶ “Embora o Pantanal seja considerado um bioma tanto pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) como pelo Ministério do Meio Ambiente, o grande número de espécies compartilhadas com o Cerrado e o baixíssimo nível de endemismo, ou seja, de espécies encontradas apenas na região, fazem com que as estratégias de conservação sejam unificadas. Por esse motivo, o programa Cerrado-Pantanal da CI-Brasil elabora estratégias integradas de conservação em ambas as regiões, intimamente ligadas pela biogeografia.” (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL-BRASIL, 2008: 57)

propriedades rurais dentro da sua ótica de conservação. Foi no mesmo período que o entrevistado acredita ter começado a circular na entidade o termo “agronegócio”.

[Perguntado sobre a temporalidade do termo “agronegócio”]: Ah, não. Isso vem desde que o termo foi cunhado. Então, nosso primeiro projeto com o agronegócio começou lá em... em 2000, certo? Não sei quando que inventaram o termo “agronegócio”, mas foi por aí também. Talvez um pouco antes. (ENTREVISTA)

A imprecisão sobre o início dos trabalhos com o “agronegócio”, - quando o termo começa a circular nas abordagens da *CI-Brasil* - em semelhança ao caso do *WWF-Brasil*, parece apontar para certa irrelevância da palavra enquanto termo de referência. Isto é, o termo “inventado” não seria o mais importante dentro da perspectiva da organização, mas sim suas características reconhecidas e sua forma de existir. Uma implicação prática disso estará na possibilidade de usar outras denominações como formas possíveis de referir-se ao “agronegócio”. Esta ‘imprecisão’ na denominação, por um lado, pode significar uma des-substancialização do termo, desvinculando-o de rótulos pré-estabelecidos, fixos, que impedem uma compreensão mais abrangente e menos polarizada politicamente sobre a questão. Mas, por outro lado, esta imprecisão existente na configuração do termo também se transfigura em uma generalização dos modelos mais tipicamente vinculados ao agronegócio, reduzindo a complexidade sobre as diversas formas de organização da agricultura nas áreas onde atuam e universalizando um modelo de conservação voltado para a adequação ‘verde’, tendo como referência o modelo agroindustrial de produção. A forma como constroem seus argumentos, tanto a partir da entrevista, quanto dos materiais observados, nos leva a crer que estas perguntas sobre quais os melhores termos a serem utilizados e seus significados é uma questão que eles simplesmente não parecem fazer.

5.2 “Agronegócio” e conservação: “*Quando a produtividade é aliada à biodiversidade*”

Uma definição do termo “agronegócio”, tal qual caracterizado pela entidade, pode ser encontrado em sua página virtual. Utilizado para fins de apresentação da atuação da organização junto ao ‘setor’ agroindustrial, o termo dá nome a um dos programas⁸⁷ da *CI-Brasil*. No texto de apresentação da temática, a entidade coloca:

⁸⁷ “Associado ao trabalho em Política Ambiental estão os Programas de Agronegócios, Ecoturismo e Negócios em Conservação.” (Fonte: www.conservation.org.br. Acesso: 15/06/2009).

O Brasil tem 8,5 milhões de km². As propriedades rurais ocupam uma área de 3,5 milhões de km², quase a metade do território brasileiro. O complexo agroindustrial é responsável por mais de 20% do Produto Interno Bruto do país. A importância do setor de agronegócios na conservação da natureza é, portanto, fundamental. Além disso, as empresas de agronegócio podem auferir lucros com o reconhecimento público de que suas atividades, ajudando a preservar os recursos naturais e garantindo o suprimento de alimentos.

A proposta de integração dos sistemas produtivos à preservação da biodiversidade em larga escala é perfeitamente viável no setor. A CI-Brasil e o Centro para Liderança Ambiental em Empresas (Celb, da sigla em inglês) estão desenvolvendo parcerias com empresas líderes em commodities agrícolas para atingir todos os níveis da cadeia produtiva e incentivar a utilização de práticas que proporcionem resultados efetivos para a conservação ambiental na Amazônia, no Cerrado e na Mata Atlântica.⁸⁸

No trecho citado, sugere-se que a importância do setor do “agronegócio” na “conservação da natureza” deve-se precisamente à sua realidade objetiva, enquanto ator que existe economicamente e espacialmente ocupando grandes faixas de terra destinadas a atividades agropecuárias. Além disso, na medida em que são entendidos como agentes responsáveis pelo “*suprimento de alimentos*” consumidos e exportados, revestem o setor de certa imprescindibilidade e permanência, aumentando seu caráter estratégico nas ações de conservação. Este movimento retórico que procura chamar atenção para o grande potencial que os setores do “agronegócio” possuem na implementação da conservação em grande escala no país, não se traduz em uma desconsideração da tendência do setor em atuar de forma ‘insustentável’, sobrepondo cultivos às florestas e ecossistemas nativos. Se essa estratégia argumentativa pode representar um afastamento importante em comparação à abordagem do *Greenpeace-Brasil*, por exemplo, de outro modo, poderiam ser aproximadas as abordagens do *WWF-Brasil* ou da *TNC do Brasil*. Na medida em que tal situação de insustentabilidade é apresentada enquanto tendência do “agronegócio” e não como sua característica intrínseca, ela supõe também a possibilidade de adequação das propriedades e da atividade, podendo se transformar num ganho importante para a conservação e para o próprio setor, que pode “*auferir lucros*” com isso. A partir dessa perspectiva, as potencialidades de conservação do setor e sua existência indeterminada aparecem como a base de suporte das argumentações para o trabalho em conjunto com atores do “agronegócio”.

No caso da *CI-Brasil*, suas atuações junto a setores empresariais como o “agronegócio”, passam, principalmente, por meio de assessoria e suporte técnico. Ela destaca em sua página virtual:

A organização apóia negócios ecologicamente amigáveis em várias frentes:

⁸⁸ Fonte: www.conservation.org.br. Acesso: 15/06/2009 e 14/12/2009.

- assessora o planejamento e estruturação dos empreendimentos;
- assessora a elaboração do plano de negócios e seus acompanhamentos;
- apóia os empreendedores a identificarem suas carências gerenciais e a estabelecerem um programa de treinamento de recursos humanos;
- assessora os empreendedores na identificação de produtos com mais alto potencial de mercado;
- dá suporte na busca de fontes alternativas de financiamento, apoiando também a elaboração de projetos e propostas.⁸⁹

Na atuação com setores do “agronegócio”, a *CI-Brasil* desenvolve ações diretas por meio de “parcerias” com proprietários e *traders* na busca pela aplicação e otimização da conservação nas propriedades, buscando a expansão dos modelos dos corredores de biodiversidade. Participam não somente de ações de conscientização ou direcionamentos por meio de campanhas educativas, reuniões com atores envolvidos ou grupos de trabalhos, como mencionado no caso das ações do *WWF-Brasil*. Atuam também com trabalhos de implementação de projetos junto a grandes *traders* do agronegócio, e também com assessorias a proprietários rurais interessados. De forma geral, os trabalhos desenvolvidos junto ao setor se passam principalmente nos corredores de biodiversidade do Cerrado e do Pantanal, geridos a partir dos escritórios de Brasília (DF) e Campo Grande (MS), onde se dedicam ao monitoramento do desmatamento, à identificação de “áreas-chave”, a pesquisas para levantamento de inventários biológicos, desenvolvendo projetos conjuntos com o setor para conservação privada e visando “*reduzir riscos para o negócio*”.

Mas, antes de entrarmos nessa questão, talvez seja mais conveniente seguirmos na correlação lógica que permeia a ideia do “agronegócio” dentro da perspectiva da *CI-Brasil*. Como já havíamos apontado, a presença do “agronegócio” enquanto termo designador de determinados atores sociais, ou mesmo como indicador de um modelo de desenvolvimento rural com relações específicas de produção e ocupação do território, não se encontra pré-fixado na palavra em si. Em muitos casos, opta-se por outros termos mais abrangentes, tais como: *agricultura, agricultura mecanizada, agricultura de commodity, agricultura mecanizada de commodities, produção de soja, fazendeiros de soja, agricultura de fronteira, setor agrícola, setor agropecuário, grande pecuarista, setor suco-alcooleiro*, entre outros termos.

Tais designações genéricas, também encontradas nas abordagens do *WWF-Brasil*, permitem generalizar diferentes modelos, bem como suprimem singularidades provocadas por contextos e situações de natureza mais específicas. Contudo, este movimento de interpretação

⁸⁹ Fragmento retirado da página virtual da entidade, na parte destacada como “Negócios em conservação.” Fonte: www.conservation.org.br. Acesso: 15/06/2009.

da realidade, mesmo permitindo certa maleabilidade argumentativa, não deixa de privilegiar um modelo em detrimento de outros existentes. Assim, quando utilizam termos abrangentes como “agricultura”, não fazem uma separação bem definida entre os variados modelos envolvidos da atividade. Os termos genéricos, freqüentemente usados de forma pouco criteriosa, quase como sinônimos, aludem basicamente às grandes propriedades mecanizadas e produtoras em larga escala de *commodities* agrícolas voltadas para exportação, como se entende as atividades classificadas como do “agronegócio”. Esta tendência à utilização de terminologias mais vagas e abrangentes na abordagem da temática fica ainda mais marcante quando se deseja apontar para problemas, desvantagens ou deficiências do setor (ações de desmatamento, ameaça à biodiversidade, possíveis ilegalidades etc). Em contrapartida, quando se aponta para as potencialidades positivas do setor (produção de alimentos e sustentabilidade e a necessidade de atuar em conjunto, por exemplo), a utilização do termo “agronegócio”⁹⁰ se torna mais provável. Este artifício que isenta o setor de peso ideológico negativo nas abordagens da organização, movimento oposto ao do *Greenpeace-Brasil*, abre caminho para aproximações mútuas, permitindo que o trabalho em conjunto não represente uma contradição (ainda que retórica) aos preceitos e valores conservacionistas da entidade. Esses valores e modelos, à propósito, formam a concepção básica do modelo “sustentável” de desenvolvimento com o qual a organização procura se orientar. Assim, apesar de entenderem como “consenso que o avanço desordenado de atividades produtivas é um grande inimigo da conservação.” A questão principal para a entidade seria: “Como promover o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo manter a riqueza biológica?” Desta forma:

Para a CI-Brasil, a resposta está na percepção de que conservar o meio ambiente pode ser lucrativo, beneficiando desde pequenos proprietários rurais a grandes corporações.[...]

Reduzir ameaças e proteger ecossistemas frágeis também exige uma nova postura do setor privado. A CI-Brasil trabalha em parceria com empresas líderes e comprometidas na construção de novos padrões de operação e serviços, trazendo benefícios tanto para a indústria como para o meio ambiente.

O setor de agronegócio é um bom exemplo. A CI-Brasil trabalha com grandes empresas para integrar sistemas produtivos de larga escala com conservação da biodiversidade principalmente nas fronteiras agrícolas do Cerrado. As propostas envolvem todos os níveis da cadeia produtiva na adoção de melhores práticas e mecanismos de incentivo para a conservação. (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL-BRASIL, 2003: 31)

Esta dupla percepção do mesmo movimento encontra-se refletida também na interação da entidade com a situação. O setor produtor de *commodity*, em si, aparece como

⁹⁰ Como vimos, este aspecto encontra ecos no *WWF-Brasil*, sendo válido também para a abordagem da *TNC*.

uma incógnita, tendo potencial para ser tanto o ‘vilão’ quanto o ‘herói’ da conservação. Essa indeterminação encontra raízes na ideia de que o setor não seria o responsável pelo seu próprio movimento, sendo ele sim um agente de um movimento muito maior (de mercado) que a ONG gostaria de ver modificado. Esta parcial isenção de responsabilidade do setor sobre seus atos “insustentáveis”, bem como o desejo de adequação e reformulação de suas práticas produtivas, refletem-se em ações de conservação voltadas *para* e articuladas *com* o setor. Dessa forma, o modelo de conservação da *CI-Brasil* não só não vê problemas em incentivar a criação de áreas restritas à conservação dentro de propriedades privadas (e públicas), como acredita ser necessária a valorização econômica da ‘conservação da natureza’.

O que a gente tenta provar é que conservar, num determinado limite, é bom para todos. [...] Se tu avança demais no desmatamento, ou com técnicas ruins de produção, o quê vai acontecer? O solo vai perder a fertilidade, tu vai ter que gastar mais em adubo e tu periga até sair do negócio. Se tu desmatar demais, tua água vai ficar ruim, porque vai ficar assoreada. (ENTREVISTA)

Esse argumento também dá suporte para a compreensão e valorização dos mecanismos de pagamentos por serviços ambientais⁹¹ prestados. Com isso almejam a ampliação do interesse pela manutenção de espaços verdes de conservação, considerados como investimentos que serão revertidos em benefícios diretos para atividades econômicas e para a qualidade de vida de um modo geral. Entretanto, tais mecanismos de pagamento por serviços ambientais não deixam de funcionar como dispositivos de “capitalização da natureza” (ESCOBAR, 1996), transformada cada vez mais em ativo econômico, passiva de cálculos e restituições monetárias.⁹²

⁹¹ Entre os “serviços ambientais” prestados pela “natureza”, que a ONG gostaria de ver conservados, destacam-se a polinização, o controle biológico (evitando superpopulações de espécies), filtragem de água, controle de erosão e inundações, ar puro, fornecimento e manutenção de água, etc. (Ver: *Conservação Internacional*; Instituto Supereco; *WWF-Brasil*, 2010).

⁹² Isto fica muito claro quando se trata da floresta Amazônica. Na visão da entidade: “Não existe hoje nenhum mecanismo ou mercado que atribua aos serviços ecossistêmicos da Amazônia os recursos financeiros necessários para pagar por sua conservação ou subsidiar o manejo sustentável de seus recursos naturais renováveis.

A flora e a fauna amazônicas têm evidente valor intrínseco, embora haja limites na capacidade da biodiversidade de gerar receitas de forma direta.[...]

O maior – e ainda inexplorado – ativo econômico na Amazônia, no entanto, é seu estoque de carbono, cujo valor, se traduzido em valor monetário nos mercados atuais, chegaria a \$2.8 trilhões. [...] Por exemplo, se os países da Amazônia concordassem em reduzir seus índices de desmatamento em 5% ao ano – todos os anos – durante 30 anos, isso poderia qualificar-se como redução de emissões de gás de efeito estufa e gerar cerca de \$6,5 bilhões todos os anos.” (KILLEEN, 2007, p. 9).

Parte-se do pressuposto de que as soluções da conservação, para serem efetivas, precisam estar vinculadas à estrutura de mercado, a real responsável e incentivadora das práticas insustentáveis no Brasil (e no mundo). Quando se trata dos campos brasileiros:

[...] o desenvolvimento mais importante que contribui para o desmatamento é a relação dos mercados globais com o setor agrícola, que está agora firmemente acomodado em um modelo de livre mercado baseado em oferta e demanda. Assim o pequeno agricultor ou o grande pecuarista de gado na Amazônia trabalha para maximizar o retorno sobre seus investimentos pessoais. As forças mercadológicas são, agora, o fator isolado mais importante a conduzir ao desmatamento tropical. [...] Agricultores, pecuaristas, empresas de agronegócio e especuladores de terras são os mais evidentes agentes de mudanças na Amazônia e nas regiões adjacentes dos Andes e do Cerrado. Porém, esses agentes locais são direta ou indiretamente influenciados por mercados internacionais e por decisões sobre políticas tomadas em Nova Iorque, Lima, Rio de Janeiro, Pequim e outros grandes centros urbanos. [...]

Os mercados de commodities historicamente registram grandes flutuações, estimulando os investimentos e levando à falência os negócios que não compreendem o risco inerente dos mercados com intensos altos-e-baixos. As nações e empresas tentam limitar seus riscos criando modelos verticais de negócios que protejam suas economias contra a escassez e preços altos. Na Amazônia, no entanto, a reação tem sido freqüentemente a de adotar uma mentalidade extrativa que maximize os lucros a curto prazo, enquanto os preços estão altos; mesmo as fontes renováveis são tratadas como se fossem minerais e são explorados até serem praticamente exauridas.

O fenômeno de mercado mais evidente da última década foi o rápido crescimento da indústria de oleaginosas, particularmente a soja, mas também a de girassol e de semente de colza. O mercado internacional da soja tem sido conduzido pela demanda por parte da Ásia oriental, particularmente a China e tem sido parcialmente responsável pelo rápido crescimento da agricultura mecanizada na região central do Brasil e pela conversão de quase 50% do ecossistema do Cerrado. (KILLEEN, 2007, p. 41)

Na medida em que estas ‘forças de mercado internacional’ não se opõem com veemência a esse tipo de comportamento, elas “influenciam” negativamente a produção de *commodities* e a agricultura, de um modo geral. No caso da Amazônia, tais ‘forças’ incentivaram uma facultatividade nas ações de conservação (e até mesmo do cumprimento da lei vigente), sendo responsáveis pela criação de uma “mentalidade extrativa” voltada para a maximização do lucro acima de tudo. Se esta finalidade última nivela as ações insustentáveis de pequenos, médios e grandes produtores, a intensidade e as responsabilidades pelo desflorestamento, entretanto, podem variar. Na argumentação do mesmo material:

Com freqüência, os pequenos produtores são diretamente responsáveis pelo desmatamento. Embora suas propriedades não sejam particularmente lucrativas, eles têm grande lucro ao vender suas terras a pecuaristas e fazendeiros de soja, que consolidam esses pequenos investimentos em grandes operações de agronegócio. (KILLEEN, 2007, p. 24-25)

Embora o trecho pese sobre as ações de pequenos e médios como os precursores de um movimento que se consolida com os grandes produtores, outros elementos também podem

ser incorporados nesta equação do desmatamento. Em outro material da *CI-Brasil*, intitulado “*Commodities and conservation*”,⁹³ de 2004, chama-se atenção para alguns outros aspectos mais ligados à produção da soja e sua participação no desmatamento. Como apresentam:

Forças de mercado e avanços na tecnologia da agricultura não são os únicos motores da expansão da soja no Brasil. Um fator adicional está no forte lobby da agricultura do país, o qual tem se sucedido em convencer o governo a prover suporte contínuo ao avanço da expansão agrícola. [...] O suporte do governo para o cultivo da soja inclui subsídios para preços, crédito e infra-estrutura. Tais políticas exacerbaram a destruição ambiental causada pelo cultivo da soja por fazer a expansão da soja de longe mais atrativa do que qualquer outra coisa.⁹⁴

Por ser eleito o responsável maior pela sobrevivência de um modelo convencional de produção com grande impacto ambiental, o “mercado” é entendido também como esfera principal para atingir as mudanças almejadas. É o circuito fundamental no qual a entidade procura empreender suas ações de conservação. Entende-se que somente alterando as práticas de mercado (suas percepções e exigências) é que se poderá chegar às práticas “sustentáveis”. Como destaca, de uma forma ou de outra a “produção continuará se expandindo para a maioria das *commodities*”:

[...] Dado este fato, opções para mitigar impactos ambientais da produção de commodities podem seguir por duas formas. Um conjunto de medidas busca modificar como as commodities são produzidas, para reduzir a pegada ecológica da atividade agrícola. Outro conjunto de estratégias busca influenciar onde as commodities são produzidas, para prevenir a conversão de habitat. Nossa mensagem primordial é que, mesmo se os esforços para promover a produção de baixos impactos tiverem sucesso, será necessária a proteção direta para prevenir a conversão do habitats nativo.⁹⁵

Nessa perspectiva, ainda que a *CI-Brasil* desenvolva ações junto aos setores privados como os do “agronegócio”, não se descarta a criação e a expansão de áreas restritas à

⁹³ Como não foi possível encontrar versões em português deste material, optou-se pela apresentação dos fragmentos livremente traduzidos pelo autor no corpo do texto, seguido pela apresentação das partes originais respectivas em notas de rodapé.

⁹⁴ *Market forces and advances in agriculture technology are not the only drivers of soybean expansion in Brazil. An additional factor is the country's strong agricultural lobby, which has succeeded in convincing the government to provide continued support to agricultural expansion. [...] Government support for soybean cultivation includes subsidies for prices, credit, and infrastructure. Such policies exacerbated the environmental destruction caused by soybean cultivation by making expansion of soybean far more attractive than otherwise would be the case.* (CONSERVATION INTERNATIONAL, 2004: 25)

⁹⁵ *Given this fact, options to mitigate the environmental impact of commodity production can take two forms. One set of measures seeks to change how commodities are produced, to reduce the ecological footprint of agricultural activity. Another set of strategies seeks to influence where commodities are produced, to avoid conversion of habitats. Our overriding message is that, even if efforts to promote low-impact production methods are successful, direct protection will be necessary to prevent conversion pristine habitat.* (CONSERVATION INTERNATIONAL, 2004.: 29)

conservação (“protegidas”) como o método por excelência de garantir a conservação efetiva dos ecossistemas. Este elemento que, mesmo não apontando para um *status* de embate e polarização entre modelos como no caso do *Greenpeace-Brasil*, não deixa de remeter para a existência de uma disputa entre modelos distintos de pensar e usar o território. Como destacam:

Apesar das deficiências onipresentes nos orçamentos dos parques e um conjunto assustador de pressões pelos usos da terra, áreas protegidas formais tem provado ser o único instrumento mais confiável para a prevenção da invasão da agricultura no habitat.

Portanto, mudando o status de uso da terra em uma área para a proteção do habitat em perpetuidade e assim fazendo cumprir este status é a forma mais direta para proteger áreas prioritárias que se encontram no caminho da expansão das fronteiras agrícolas.⁹⁶

Nesta disputa latente entre visões diferentes sobre qual deveria ser o sentido da terra e do território, o “agronegócio” emerge sob outra roupagem. Como colocam em entrevista: “Pra entidade (o agronegócio) é o competidor maior no território, né? Certo? É a área que potencialmente causa mais impacto em cima do que a gente quer conservar, né? Que são as matas e as unidades de conservação, né?” (ENTREVISTA).

Essa concepção, ao contrário de afastar o setor dos projetos da entidade, reforça a justificativa de interação no sentido de uma adequação ‘verde’, que responda a exigências de uma outra lógica de mercado, mais atenta com os preceitos do desenvolvimento sustentável. Com essa atuação, privilegiadamente junto às grandes *traders*, espera intervir nas práticas dos produtores, tornando cada vez mais sólida as exigências ambientais na produção. Por meio da ideia de que é possível, necessário e desejável diminuir o impacto da produção sobre o meio ambiente, a relação da *CI-Brasil* com o “agronegócio” voltar-se-ia privilegiadamente para a criação e consolidação de “áreas protegidas” dentro de propriedades privadas. Seguindo o modelo dos “corredores de biodiversidade”, já mencionados, e atuando junto às grandes *traders* do agronegócio, ela busca influenciar uma quantidade maior de produtores, alcançando grandes extensões do território.

Outro elemento relevante para a entidade, que se encontra intrinsecamente presente neste privilegiamento estratégico do “agronegócio” para a conservação é, precisamente, seu

⁹⁶ *Despite ubiquitous shortfalls in park budgets and a daunting array of land use pressures, formal protected areas have proven to be single most reliable instrument for the prevention of agricultural encroachment on habitat.*

Therefore, changing the land-use status of an area to habitat protection in perpetuity and then enforcing that status is the most direct way to protect priority areas that lie in the path of expanding agricultural frontiers. (CONSERVATION INTERNATIONAL, 2004, p. 29)

aspecto mecanizado e tecnificado de existir. Isso pode parecer contraditório em um primeiro momento, já que a ‘tecnologia’, como foi dito anteriormente, seria uma das responsáveis pelo agravamento da degradação dos ecossistemas nativos (ao lado do ‘mercado’ e das ações de governo). Por outro lado, a capacidade técnica do setor também é vista como elemento importante para a reorganização da produção em bases ‘sustentáveis’, desde que sigam as determinações legais. A mecanização pode representar um ganho importante, na medida em que potencializa a capacidade de ação também no sentido da reformulação. Como foi destacado em entrevista:

Olha, a mecanização significa, de modo geral, monocultura, né? Pra quem trabalha com Biologia, monocultura é sempre ruim, né? Certo? Tu elimina todo um mosaico de oportunidades e de vida pra deixar uma planta só, certo?

[Perguntado como as commodities então, podem ser pensadas nas práticas ambientalistas da CI]: Ué, eles podem muito bem. Se eles obedecerem a lei ambiental e se desenvolverem um critério de usar bem o recurso natural, sem problema nenhum, né? Mesmo porque eles existem e precisam continuar existindo, porque sem eles não tem comida. Então... Assim, a gente não pode eliminar a agricultura da vida do planeta, né? É preciso criar um [suplier] do ser humano, certo?

Então, a questão não é ela existir, é como que ela existe naquela paisagem, como que ela se insere naquela paisagem, que critérios ela usa pra... pra... vamos dizer, utilizar da área, né? Se ela respeita ou não os serviços ambientais, né? E, em resumo, se ela é sustentável ou não, do ponto de vista total, do ciclo de vida, né? Não só terra em si. Porque hoje em dia, a maior parte das pessoas, principalmente empresários, quando tu fala em sustentável, ele fala só em termos econômicos, não fala num ciclo de vida, né? Tem que ser sustentável no ciclo como um todo, né? Como tu ganha dinheiro, como tu produz alimento, como tu conserva a água, como tu mantém a biodiversidade com as matas lá dentro, como que tu, vamos dizer assim, causa o mínimo de dano possível ao clima, ou às vezes até ajuda a recuperar, né? (ENTREVISTA)

A visão indeterminada sobre a ‘tecnologia’, como detentora de um potencial indefinido de ação (para o ‘bem’ ou para o ‘mal’), no que se refere à conservação, situa também uma interpretação indeterminada sobre o modelo do “agronegócio”. Dessa forma, “tudo” parece depender da orientação econômica dada pelo mercado. Se em alguns casos a tecnologia aparece como uma ferramenta viabilizadora da perda ecológica em larga escala, em outros momentos, a alta tecnologia utilizada pelos setores ligados ao agronegócio aparece como um verdadeiro trunfo, elemento responsável exatamente por viabilizar e ‘sustentabilizar’ a produção. Como destaca a *CI-Brasil* em um de seus materiais:

Há muito os ecologistas tropicais sustentam que os solos tropicais são inférteis e economicamente inviáveis para o desenvolvimento agrícola. No entanto, a tecnologia moderna está desabonando esta crença e agricultores e pecuaristas bem capitalizados estão superando as limitações dos solos tropicais. Usando novas variedades de gramíneas forrageiras cultivadas, pastagens rotativas para controlar

ervas daninhas e suplemento animal para compensar a falta de micronutrientes, os fazendeiros obtiveram maior lucratividade e sustentabilidade. (...)

A lavoura também está se tornando mais viável graças à moderna tecnologia e as soluções que melhoram a relação custo-benefício. No Hotspot do Cerrado, cultivadores de soja aplicam carbonato de cálcio (CaCO₃), que altera o pH dos solos, decompõe a toxidade do alumínio e mobiliza os nutrientes das plantas que antes estavam fortemente ligados a partículas de argila. (KILLEEN, 2007, p. 24)

Essa interpretação do papel da tecnologia pode ser explicada, em parte, pelo peso que a “ciência” possui dentro do modelo de conservação da *CI-Brasil*, também classificada como sua “vocação fundamental”.⁹⁷ O conhecimento científico, voltado para “*direcionar e priorizar as ações*” da entidade, além de desenvolver “instrumentos para medir a eficiência das estratégias de conservação” é apresentado como um conhecimento prático, palpável e aplicável, principal viabilizador desse modelo de conservação.

No caso da *CI-Brasil*, sua produção de análises científicas está diretamente ligada ao Centro de Ciências Aplicadas à Biodiversidade⁹⁸ (*CABS*, na sigla em inglês) do suporte internacional da organização, atuando por meio de uma “metodologia de pesquisa padronizada para monitorar a biodiversidade”⁹⁹ e por meio do “trabalho conjunto com inúmeras universidades e centros de pesquisa”, além da “participação direta das populações que vivem em áreas de grande importância para a conservação”. Sem entrar nos detalhes sobre como seriam estes trabalhos com as instituições de pesquisa ou com as populações envolvidas, de um modo geral, a “ciência” referida adota a perspectiva das ciências naturais, com peso maior para a Biologia- o campo da Biologia da conservação -, da Agronomia, embora também localize outras cadeiras da ciência dentro de suas abordagens. Como se vê, a “ciência” na perspectiva apresentada pela *Conservação Internacional-Brasil*, além de ser utilizada como fonte que legitima suas propostas, surge, em determinados momentos, como forma auto-designadora com a qual procuram se identificar e se diferenciar das ONGs ambientalistas. Ainda que na prática as singularidades não se apliquem tanto nesta esfera. Como vimos no caso do *Greenpeace-Brasil*, do *WWF-Brasil* e como veremos no caso da *TNC do Brasil*, a “ciência” enquanto instrumento de valorização e legitimação das ações de conservação será uma constante nos discursos das entidades.

⁹⁷ Termo retirado da apresentação da entidade em sua página virtual: www.conservation.org.br. Acesso: 15/06/2009.

⁹⁸ Segundo informações contidas na página virtual da entidade, o *CABS* foi viabilizado graças à grande doação feita pelo presidente emérito da empresa de tecnologia Intel, Gordon E. Moore e sua esposa Betty Moore, como já havíamos mencionado anteriormente neste trabalho.

⁹⁹ Um exemplo deste modelo de atuação está no Programa de Avaliação Rápida da Biodiversidade ou *RAP (Rapid Assessment Program)*. Segundo dados contidos em um dos materiais da entidade: “Essa iniciativa organiza expedições científicas para estudar regiões extremamente ricas e ameaçadas, mas pouco conhecidas pela ciência. A grande vantagem do *RAP* é indicar, em poucas semanas e com custo reduzido, a melhor estratégia para conservar essas regiões.”

No caso da *CI-Brasil*, a ciência e a tecnologia são interpretadas como as ferramentas fundamentais para alterar a realidade insustentável do planeta,¹⁰⁰ garantindo a conservação da biodiversidade e, conseqüentemente, a manutenção dos “serviços ambientais”, fundamentais para o bem-estar da humanidade. Com o propósito de ampliar as áreas restritas à conservação, também classificadas como “áreas protegidas”,¹⁰¹ a entidade aponta para uma atuação que reivindica um peso maior desta “ciência” dentro de variadas esferas.

É ‘protegido’ quando tu, dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, tu tem uma figura definida, tu tem um parque. Então tá, tu deu o primeiro passo, tu criou o parque. Agora, ele não está protegido ainda, porque ele não tem gente dentro, ele não tem ciência sendo aplicada lá dentro pra conhecer melhor e tirar proveito disso. Ele só está protegido quando tiver tudo isso, certo? Seria sustentabilidade financeira e científica, certo? (ENTREVISTA)

Tais ações de “proteção” não poderiam existir sem o aval científico e o aparato tecnológico. Sem a presença de ambos não se pode “proteger” o espaço de um uso ‘insustentável’ (ainda que involuntário, costumeiro ou bem intencionado). O peso de ‘verdade’ que a ciência pode assumir para a entidade, retira-lhe seu caráter eminentemente político e coloca-a num âmbito de ‘racionalidade’ e ‘justiça’, cujos objetivos principais da entidade ficam, em semelhança com as demais organizações, assentados num plano superior de “missão”.¹⁰² Uma terminologia estrangeira que ao mesmo tempo em que corresponderia aos objetivos mais abrangentes da entidade,¹⁰³ não deixa de ser apresentada como dever superior, embebido por atributos morais e ideológicos de ‘paz’, ‘harmonia’, ‘respeito’, ‘integridade’, entre outros atributos que se propõem universais. Para alcançar estes objetivos mais gerais, a “ciência” e as ferramentas “tecnológicas” (ferramentas universalizantes) são apresentadas como imprescindíveis para a entidade.

¹⁰⁰ Na visão de nosso informante: “[...] a ciência e a tecnologia são vitais pra que o planeta consiga avançar nessa carteira de sustentabilidade, né? O que vai construir um mundo melhor e mais seguro vai ser a ciência e a tecnologia, por um lado, e a ética e a mudança de comportamento por outro”.

¹⁰¹ O termo remete ao modelo formal das Unidades de Conservação (UCs), também consideradas como tipo especial de “área protegida”. Mas como sugerido na entrevista, a “proteção” não fica garantida somente com a definição jurídica, sendo necessário a presença permanente da “ciência”, mensurando e avaliando as condições dos ecossistemas.

¹⁰² “A missão da Conservação Internacional é conservar o patrimônio natural do planeta – nossa biodiversidade global – e demonstrar que as sociedades humanas podem viver em harmonia com a natureza.” (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL-BRASIL, 2008, p. 4)

¹⁰³ Segundo o entrevistado: “A palavra missão, além de ser uma terminologia gringa, né, que de modo geral, se espalhou pelo mundo inteiro; a missão são macro focos da entidade, né? Qual é o nosso mandato, certo? [...] Nosso mandato antes era conservar toda biodiversidade do mundo, né, e melhorar a qualidade de vida. Agora, continua a mesma, só que foi mais, vamos dizer assim, repartida. Mais subdividida em alguns componentes, né? Que é ‘human health being’, ‘climat change’, ‘environmental services’ e.. essas coisas. Então, só fez foi especializar.” (ENTREVISTA)

Assim, seus recortes de conservação, feitos de acordo com as necessidades do bioma ou da área mais específica, são indicados a partir de inferências tecno-científicas. Na prática, tais inferências buscam a ampliação extensiva de “áreas protegidas” (públicas e privadas), sendo os “corredores de biodiversidade” a estratégia por excelência da *CI-Brasil*. Como mencionado pelo entrevistado:

Em termos de território, a gente trabalha com uma figura que a gente chama de “corredor de biodiversidade”, ou seja, são áreas em que, por depuração científica, a gente classifica como área de grande diversidade biológica, né, grande endemismo, né, e ao mesmo tempo, grande ameaça. Então é nessas que a gente trabalha, né? No cruzamento de Biologia e ameaça. (ENTREVISTA)

Para implementar seus projetos, a entidade:

[...]trabalha com parcerias corporativas. São setores que dividem o mesmo território, né? Aí entra o agronegócio em geral, agricultura, pecuária, mineração, siderurgia e também a área de sócio-economia. Essa área toda de levantamento de dados, projetos de desenvolvimento, a gente faz análise de viabilidade ambiental sócio-econômica, né? (ENTREVISTA)

Enquanto mecanismo utilizado para pôr em prática seus projetos de conservação, as “parcerias” variam conforme uma série de situações circunstanciais.¹⁰⁴ “Parcerias” com universidades ou institutos de pesquisa têm finalidades e métodos diferentes das “parcerias” com o ‘setor privado’, por exemplo. Como destacado em entrevista:

Bom, a parceria é um projeto conjunto. Por exemplo, sei lá, eu quero conhecer biologicamente uma área, né? Aí eu vou falo aqui com a UnB, com uma série de professores: “quantos alunos de mestrado você tem? Se tu tiver disposto, manda o povo pra lá e tal. A gente cobre parte dos custos. Quer dizer, eu te dou aí o equipamento, alimentação e transporte, né? Mas ele tem que fazer a tese dele lá”. Então, pro nosso lado é até útil, certo?E a partir desse conhecimento a gente redesenha as estratégias de pressão, ou cria uma área, ou cria um projeto específico em que a universidade continua trabalhando, ou ajuda a capacitar, a treinar, põe outras ONGs e tal.[...]

¹⁰⁴ Apesar da “parceria” ser a forma privilegiada de ação conjunta, evidentemente não é a única forma. Quando se trata de atuações junto a instâncias de governo onde interesses ambientalistas mais amplos estão em jogo, outra forma de vinculação aparece: a “coligação”. Como ficou destacado na entrevista: “Um exemplo é o Código Florestal, por exemplo, né? Se juntaram aí, quase 20 ONGs, né? Ir lá fazer lobby, né? O outro exemplo foi o pacto pelo desmatamento zero na Amazônia, né? Ou a questão da moratória da soja, né? As ONGs tem essa tradição de se unirem em causas comuns. Não quer dizer que a gente.. que cada um concorde 100% com o outro, né, com sua carteira, mas nós temos causas comuns. Nessas causas comuns saem essas coligações, né?” O caráter diferenciado entre “parcerias” e “coligações”, não puderam ser muito mais explorados nesta dissertação em função dos nossos interesses temáticos mais específicos, mas fica registrado para análises futuras a existência desta outra forma de vinculação onde as ONGs transnacionais se unem (independentemente de suas divergências) em um campo de pertencimento comum para uma atuação em conjunto.

[Perguntado sobre como seria a parceria com o setor privado]: O setor privado são projetos específicos. A gente não faz parceria ‘empresa-empresa’. A gente faz parceria em cima de um objeto definido e... onde vai coordenando, né? Por quê? Uma empresa tem várias faces. Então, a gente faz em cima de um projeto. E outra... agora, antes de fazer qualquer parceria [...] ela não pode ter passivo ambiental, ela não pode ter... pode até ter passivo, mas ela tem que ter no mínimo uma política pra descartar esse passivo, né? Normal. Ela não pode ter ação na justiça, nem trabalho escravo, nem... essas coisas de praxe que investigam numa empresa antes de fazer parceria, né? (ENTREVISTA)

As “parcerias” com o setor privado possuem grande importância dentro das abordagens e estratégias da entidade, bem como na própria organização operacional da *CI-Brasil*. Isso fica evidenciado na própria disposição do Conselho Consultivo da entidade, como nos mostra o fragmento a seguir:

A criação de um Conselho Consultivo Nacional, formado por empresários de destaque no cenário nacional, foi um passo decisivo para inserir a *CI-Brasil* no contexto empresarial e abrir excelentes oportunidades de iniciativas conjuntas com grandes empresas. A *CI-Brasil* trabalhou nos últimos 12 anos com várias empresas como Ford Motors, Citibank, J. W. Thompson, Agropalma, Hotéis Transamérica, Intel, Bradesco, Banco Real, Unibanco, Éffem do Brasil, Anheusen-Busch, entre outras. (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL-BRASIL, 2003)

Para coordenar melhor o “diálogo” com “empresas líderes de diversos setores da economia, comprometidas com a conservação da biodiversidade e do meio ambiente no país”, a *CI-Brasil* possui um programa voltado para essa atuação. É o *Programa de Parcerias Corporativas*. Segundo informações contidas na página virtual da entidade, a atuação com esses setores se daria de duas formas:

No primeiro, empresas comprometidas com o meio ambiente podem apoiar iniciativas de conservação das mais diversas naturezas. No segundo modelo, a iniciativa está relacionada às operações e negócios da própria empresa, buscando diminuir o impacto das atividades industriais em áreas de grande importância para a conservação, com a adoção de melhores práticas por toda a cadeia produtiva.¹⁰⁵

Além desse programa específico, no desenvolvimento de estratégias junto ao setor privado, em um nível mais abrangente, a *Conservação Internacional* atua por meio de seu Centro de Liderança Ambiental para Empresas (*CELB* – sigla em inglês). “Uma divisão da *CI* que dialoga com o setor privado para buscar soluções para problemas ambientais onde a indústria tem um papel crucial”. Assim, “os esforços do *CELB* no Brasil são direcionados a

¹⁰⁵ Fonte: www.conservation.org.br. Acesso:21/03/2008.

setores que causam sensíveis impactos ao meio ambiente como agricultura e pesca¹⁰⁶, energia e mineração, turismo e transportes.”¹⁰⁷.

No caso das “parcerias” com setores do “agronegócio”, os trabalhos buscam, basicamente, adequações legais para garantir áreas restritas de conservação dentro das propriedades, buscando também meios para reduzir os possíveis impactos relacionados à produção nos ecossistemas nativos. Atuam ainda no planejamento dos espaços de conservação e na recuperação de “áreas degradadas”, criando mecanismos de gerenciamento dos espaços das propriedades. A implementação de ações de conservação dentro das propriedades possuem um caráter sempre negociado e aparentemente facultativo. A partir dessas ações, a ONG procura definir as áreas prioritárias de conservação nas propriedades, buscando organizar de forma otimizada a disposição dos espaços verdes de forma a melhor configurar os mosaicos de conservação. Com isso, acreditam estar garantindo a sobrevivência de espécies, o equilíbrio dos ecossistemas, a manutenção da biodiversidade e os serviços ambientais. Como foi registrado em entrevista:

A gente faz projeto de planejamento. Em área de expansão, a gente faz projetos de planejamento de paisagem, chega e diz: “Olha, essas áreas aqui não devem abrir e tal. Então, a gente tenta fazer com que o cara já nasça dentro da legislação ambiental. Pra isso, a gente faz todo um estudo um levantamento de corredores de biodiversidade entre áreas protegidas, né? E pelo lado do uso agrícola também, a gente tem protocolos, né, desenvolve protocolos com eles, no sentido de como usar melhor o solo, né? Como proteger a água, por exemplo. (ENTREVISTA)

Acima de tudo, o trabalho desenvolvido junto a esses setores segue uma perspectiva negociada, em que as pressões por mudança de comportamento tendem a não partir diretamente da entidade para os produtores. A ação da ONG adota a estratégia de trabalhar junto a grandes beneficiadoras (*traders*), que correspondem aos principais mercados dos grandes produtores de *commodities* e, a partir delas, ‘convencer’ os proprietários a mudarem suas práticas.

Se a gente está no mesmo território o quê que a gente faz? Tenta convencê-los que eles tem uma “pegada ecológica” ‘x’ e a partir daí a gente tenta trabalhar em conjunto, no sentido de minimizar essa pegada ecológica. Tornar sustentável o desenvolvimento, as vias que eles... para aquela região, né?[...]

¹⁰⁶ O recorte de trabalho com “agricultura e pesca”, tal qual constatamos na página virtual da organização, é apresentado de forma diferente em folheto de apresentação do trabalho do CELB, coletado junto à entidade. Neste encontramos uma separação entre os temas e uma reformulação da nomenclatura, de “agricultura” para “agronegócio”, reforçando nosso argumento de que a roupagem abrangente utilizada pela entidade na designação da atividade (“agricultura”) não se traduz no sentido dado pela organização ao termo (ligado a uma forma específica de produção agropecuária).

¹⁰⁷ Fonte: www.conservation.org.br. Acesso: 21/03/2008.

A gente convence os caras e aí, vamos dizer, pega dinheiro, por exemplo, de empresas que são compradoras de grãos. Por exemplo, como a gente fez no passado. A gente fez projeto com a BUNGE, agora nós temos até com a MONSANTO, né? E, pra ajudar a recompor a paisagem, por exemplo, né? E a fortalecer a área de conservação, né? Parque... fazer estudos, né? Até de viabilidade de [...] pra atuar na agricultura, né? Só que com outro foco, né? Certo? [...]

De modo geral, o setor que mais participa dessas parcerias ambientais são de compradores, né? E como eles trabalham com essas 'commodities' exportando, eles recebem pressão do público lá fora, por sustentabilidade e tal. Então, eles de alguma maneira puxam a linha da sustentabilidade aqui, certo? (ENTREVISTA)

Nos trabalhos mencionados, desenvolvidos com a BUNGE e a MONSANTO o modelo de trabalho seria quase o mesmo. A seguir, destacamos alguns fragmentos presentes no folheto de apresentação do *Projeto de Resgate de Reservas de Cerrado no Corredor Emas-Taquari*, desenvolvido em “parceria” com a empresa BUNGE e a ONG Oréades, como ilustração do trabalho da *CI-Brasil* com uma empresa do “agronegócio”. Esse projeto da organização está contido em seu Programa de Conservação do Cerrado e faz parte de um conjunto de ações implementadas pelas respectivas entidades na conservação de áreas no bioma do Cerrado.

Segundo o material:

A Bunge e a organização não governamental Conservação Internacional (CI-Brasil) se associaram para implementar um projeto de conservação da biodiversidade em áreas críticas dos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás.

O Cerrado é uma das 25 regiões biologicamente mais rica e ameaçadas do planeta, classificada como Hotspot de biodiversidade, de acordo com estudos científicos realizados pela Conservação Internacional e seus parceiros. A região abriga pelo menos 10.000 espécies de plantas, 837 de aves, 161 de mamíferos, 150 de anfíbios e 120 de répteis, além de espécies ameaçadas como a onça-pintada, o tatu-canastra, o lobo guará e a águia-cinzenta. Os recursos hídricos da região também ressaltam em quantidade e qualidade. [...]

Para executar o projeto em campo a Bunge e a CI-Brasil contam com a Oréades Núcleo de Geoprocessamento, uma ONG local com sede em Mineiros (GO).

Há meio século, a Bunge e sua Fundação desenvolvem projetos de responsabilidade social [...]. Nessa perspectiva, a Bunge não poderia deixar de se preocupar com a conservação do meio ambiente.

Com este projeto, estamos contribuindo não só com a conservação da biodiversidade do Cerrado, toda a sua riqueza de flora e fauna, mas também buscamos garantir os serviços ecológicos que a natureza nos presta¹⁰⁸.

Assim, a Bunge está agregando valor à cadeia produtiva da agricultura, pois cada vez mais a conservação da biodiversidade é um fator levado em conta pelos mercados consumidores. Além disso, está oferecendo um serviço de informação e recomendação para a criação de reservas naturais, personalizados e gratuito, aos produtores para quais vende fertilizantes e dos quais compra grãos.

Queremos apoiar os proprietários rurais na criação das chamadas Reservas Legais, requeridas pelo Código Florestal Brasileiro. A adesão dos proprietários ao Projeto é voluntária. A análise para recomendação da área e a execução do mapeamento

¹⁰⁸ Dentre eles elencam: polinização, controle de pragas e vetores de doenças, ciclagem de nutrientes (água, nitrogênio, carbono), contenção de encosta e regulação da temperatura e umidade do ar.

georeferenciado e físico são serviços que a Bunge e a CI-Brasil estão oferecendo sem qualquer custo aos proprietários interessados.

Além das Reservas Legais, interessa aos parceiros no Projeto incentivar a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Os proprietários interessados também poderão receber assistência técnica para tanto.

Em visita à propriedade, a equipe da Oréades (ONG parceira da CI-Brasil e da Bunge) esclarece dúvidas sobre a Legislação Ambiental e analisa a propriedade em relação às áreas que constituem a Reserva Legal e Área de Preservação Permanente, utilizando ferramentas de Sensoriamento Remoto e GPS. Inicialmente, são gerados mapas sugerindo áreas mais adequadas para criação de Reserva Legal na propriedade. Em uma segunda visita, as propostas são avaliadas juntamente com o produtor e a melhor opção é trabalhada pela Oréades. No último encontro, o produtor recebe um mapa da proposta final (recomendação), com todas as normas técnicas do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais [...]. Todo processo leva em média 5 meses e é acompanhado pela equipe técnica da Bunge na região.[...]

O produtor decide quando e como vai usar as recomendações [...]. Os custos da parte legal e da mão-de-obra para isso correm por conta do proprietário.

O Projeto de Resgate de Reserva de Cerrado tem algum recurso para apoiar a recuperação de Reservas Legais e de Áreas de Preservação Permanente, fornecendo mudas de espécies nativas do Cerrado. A mão-de-obra para executar o trabalho de recuperação de áreas é de responsabilidade do produtor.

Se o trabalho junto à *trader*, voltado para a adequação legal e ao planejamento do solo das propriedades de seus fornecedores, apresenta-se mediante um caráter facultativo, ele, entretanto, deve ser relativizado. Como encontramos em outro material sobre o mesmo programa:

Para os mercados consumidores do Brasil e do exterior a conservação da biodiversidade já é um diferencial na hora de escolher um produto. Também é crescente a exigência pela produção ambientalmente responsável que recai sobre as empresas, repercutindo cada vez mais na valorização da cadeia produtiva sem passivo ambiental. A Bunge estabelece em contrato a compra da produção agrícola apenas de produtores que sigam, rigorosamente, a legislação ambiental vigente sob o risco de cancelamento das negociações caso o fornecedor esteja em desacordo com a legislação ambiental.¹⁰⁹

De um modo geral, os processos de interação com o setor do “agronegócio” sobrevêm mediante negociações permanentes que não ocorrem somente no campo econômico, simbólico ou no campo semântico. Essa relação se apresenta, sobretudo, por meio de pressões políticas diretas, sugerindo, reivindicando ou refutando propostas junto a instâncias de governo. A interação com um setor de interesses bem delimitados como o do agronegócio, organizado politicamente, faz do Estado o campo de disputa por excelência das reivindicações ambientalistas da ONG.

As inferências “científicas” ganham ainda mais relevância na medida em que concedem legitimidade às propostas da entidade frente a sociedade ou a instâncias públicas de

¹⁰⁹ Trecho retirado do folheto intitulado: “Programa de conservação do Cerrado_conciliando biodiversidade e agropecuária.” Sem ano.

governo. E sendo também o campo privilegiado de confronto entre interesses opostos como os comumente vinculados aos “ruralistas” - ou do “agronegócio”, em certos casos. Nesse sentido, publicações técnicas e produções científicas nos moldes da academia (por vezes com ela atuando em “parceira” direta), revestem seus projetos de confiabilidade e credibilidade, principalmente frente às instâncias de mercado e políticas como no próprio caso dos interesses dos “ruralistas”, do “agronegócio”. No caso das instâncias políticas, como apontado em entrevista:

A gente tenta influir na política, criando... Através desses projetos, a gente tenta rebatê-los todos, né? Como um aperfeiçoamento da política pública pra gestão ambiental, né? [...]

Na política, a gente combate alguns projetos que a gente acha que tão mal feitos e assim vai indo.

[Perguntado como seria esse “combate”]: Mediante uma publicação técnica. Se tu for no nosso site tu vai ver lá na parte de [...] ‘políticas ambientais’. Lá a gente tem vários.. de siderurgia [...], tem uma análise do PAC, análise territorial do PAC, quais as áreas vão afetar e assim vai indo. (ENTREVISTA)

Nesta linha, a *CI-Brasil*, apoiada na ideia da ‘harmonia’ e ‘equilíbrio’ das relações, e atuando junto a grandes empresas do agronegócio para uma valorização da “sustentabilidade” - e em virtude dela-, espera atingir sua “missão” de conservar a biodiversidade em grandes extensões de terra por meio da expansão de “áreas protegidas”. O trabalho com setores do “agronegócio”, desse modo, aparece como estratégico, na medida em que ocupa grande parte do território brasileiro, possui grande influência econômica e força política, além de responder por boa parte da produção de *commodities* (“alimentos”) exportadas. No caso da *CI-Brasil* como nas das demais entidades, esse trabalho também tem como foco as grandes *traders*, que possibilitariam alcançar uma gama maior de proprietários, dispostos a fazer o necessário para enquadrarem-se nos mercados mais vantajosos (nacionais ou internacionais). Ainda que para isso tenham que adequar-se à legislação ambiental, modificando suas práticas de produção.

Esta aproximação, portanto, faz parte da estratégia de conservação da ONG, em que o “agronegócio”, apesar de “parceiro”, não deixa de ser também um rival, na medida em que disputa com o setor para determinar o sentido e o modelo de gestão do território. O termo “agronegócio” mais do que qualificar uma ação, tende a especificar um ator coletivo. Ao contrário das abordagens do *Greenpeace-Brasil*, por exemplo, na *CI-Brasil* o “agronegócio” encontra-se aparentemente dessubstancializado e com seu potencial de ação indefinido, trazendo, com isso, certa carga de operacionalidade dentro das próprias propostas da entidade. Dessa forma, mudanças de sentido criadas a partir de interações concretas junto ao setor,

podem apontar para mudanças terminológicas de referência quando precisam apontar agentes de desmatamento ou conservação. Não mencionar a palavra “agronegócio” quando se remete aos aspectos mais negativos ou ‘insustentáveis’ do setor, ou mencioná-lo como um ator estratégico para a conservação, não parece significar desconhecimento, ingenuidade ou ardil da entidade, mas talvez sugira uma questão de conveniência que opera segundo os interesses da entidade para ampliar as extensões de áreas restritas de conservação, sejam elas públicas ou privadas.

6 “AGRONEGÓCIO SUSTENTÁVEL, PRODUÇÃO RESPONSÁVEL”: O DISCURSO DA TNC DO BRASIL

6.1 Uma história pra contar

[...] a TNC, na verdade, tem uma história muito bonita pra contar. [...] A TNC é uma das instituições mais antigas de conservação ambiental do mundo. E foi, na verdade, fundada por um grupo de pesquisadores e professores. Acadêmicos em geral. Um grupinho nos Estados Unidos, que abriram um fórum de debate. Isso lá nos anos 30-40, nos Estados Unidos, no distrito de Columbia, Washington. E eles tinham um fórum para debate, troca de experiências e decidiram participar ativamente na conservação. Não só na academia e na teoria, mas queriam fazer uma coisa prática. E como eram assim, vamos dizer, todos cientistas, eles queriam salvar uma área que tinha um alto valor de ecologia, de natureza. Queriam salvar essa área da expansão urbana. Porque tinham vários pássaros que freqüentavam a área. E o que eles fizeram, de uma forma muito rudimentar ou amadora ainda? Eles juntaram todo dinheiro que tinham no banco, sacaram de hipotecas para as casas deles e juntaram dinheiro e compraram a área. E se propuseram a fazer o manejo e a preservação e a cuidarem dessa área importante. Esses foi um passo importante que pavimentou o caminho da TNC nos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, então, a TNC cresceu, começou a receber doações de empresas, de pessoas. E ela abriu um escritório em cada estado dos Estados Unidos, mas o modelo era geralmente o mesmo: é a compra de uma área com alto valor ecológico que porte uma análise científica das áreas e em consequência, o manejo dessas áreas.[...]

Em 1980, a TNC decidiu criar um programa internacional e começou a analisar as áreas de prioridades ecológicas no mundo. Como ela é dos Estados Unidos, ficou mais fácil ela ir para o Canadá, México e América Central, que estão mais próximos. E a TNC fez isso com várias formas... a expansão, né? (ENTREVISTA)

Este movimento de reconstrução histórica foi feito por um dos entrevistados¹¹⁰ quando questionamos sobre o início das atividades da organização no Brasil, remontando à década de 1980 até a instalação do escritório nacional de representação em 1994. Com um tom que se equilibra entre o contextual e o mítico, o entrevistado buscava remeter aos aspectos mais importantes vividos ao longo dessa trajetória que remetiam a um período anterior a atuação da entidade no país e como eles foram decisivos para configurar as especificidades da entidade em seu aporte internacional. Assim, a reconstrução histórica apresentada parece cumprir o propósito de justificar e validar uma “situação nova” (que não existia da mesma maneira em

¹¹⁰ As referências de entrevista nesse capítulo se referem à entrevistas realizadas com o gerente de marketing da Região de Conservação América do Sul e com a especialista em comunicação e marketing do Programa de Conservação da Floresta Atlântica e Savanas Centrais da TNC do Brasil, ambas realizadas em setembro de 2010 em momentos distintos. Para interesses mais imediatos deste trabalho, optamos por uma supressão aos atores do discurso, assumindo os discursos dentro de um contexto de significação mais abrangente da entidade como um todo.

suas ‘origens’), ao mesmo tempo em que procura ressaltar a permanência de certas características imutáveis, portanto, ainda presentes.

No caso apresentado da *TNC* que posteriormente se tornaria uma “organização brasileira”, suas origens remetem à matriz americana e às questões contemporâneas a sua criação que embasavam as discussões sobre a conservação do “mundo natural”. Sem entrarmos em detalhes sobre a influência do embate entre os modelos conservacionistas, desenvolvimentistas e preservacionistas que marcaram este período, vemos originalmente uma maior preocupação da entidade em trabalhar (“salvar”) ecossistemas nativos no contexto da expansão urbana e industrial. Em certo sentido, este viés mais naturalístico orientou também as perspectivas de outras entidades ambientalistas como a *Conservação Internacional*, o *WWF*, ou mesmo o *Greenpeace*, funcionando como um ponto de partida para os respectivos modelos das organizações. Este ‘ponto de convergência’ entre as abordagens destas entidades pode ser encontrado na própria ênfase de trabalho em áreas restritas de conservação, com viés de “proteção” de espécies de flora e fauna, podendo ser uma pista importante para se compreender as ações iniciais da entidade no contexto brasileiro. Foi pautado nele que a *TNC* parece ter expandido suas ações pelo mundo.

Seguindo a estratégia inicial praticada nos Estados Unidos, as ações de “proteção” da *TNC* foram expandidas para outros países, pelo menos no caso de alguns dos países latino americanos. Nesses países, além do trabalho em áreas naturais públicas, não se excluía a atuação em espaços criados através de um processo de negociação entre os países e o governo norte-americano. Como é apontado em entrevista:

[...] existia um mecanismo financeiro, também uma palavra em inglês, que chama [Déficit for Nature Wall]. Quando um país tem uma dívida externa com os Estados Unidos e os dois países negociam, uma parcela dessa dívida é convertida em investimento em meio ambiente. O primeiro país onde aconteceu isso foi a Costa Rica, em 1988, né? Os Estados Unidos aliviou uma parcela da dívida da Costa Rica, com a premissa de que a Costa Rica investisse esse dinheiro no próprio país, na conservação e quem fazia o gerenciamento desse investimento e a conservação efetiva foi a *TNC*. (ENTREVISTA)

No caso do Brasil não foi diferente. As atividades da entidade remontam ao final da década de 1980, com atuação nessa linha, isto é, na aquisição de propriedades para uso restrito de conservação utilizando-se de mecanismos da dívida externa, trabalhando em conjunto com fundações e outras organizações não-governamentais locais.

[...] Inicialmente a gente teve um papel fundamental na conservação de áreas protegidas. Ajudamos a construir o Parque Grade Sertão Veredas, que é em Minas

Gerais, uma área de Cerrado, como troca da dívida externa. A TNC comprou a dívida e com esse recurso foi possível indenizar os proprietários, anteriores ao parque... do parque, e manter o parque por alguns anos.

Trabalhamos também na aquisição de áreas de reservas privadas que depois de adquiridas foram doadas para instituições brasileiras, como a Ecotrópica, no Pantanal. A gente comprou três áreas no entorno do parque nacional do Pantanal. [...] Próximo de Alto Paraíso, que é.. foi doada para à fundação O Boticário. E a área da Serra das Almas no Ceará, que foi doada para Associação Caatinga. E [Salto Morá], no Paraná, que foi doada para fundação O Boticário. (ENTREVISTA)

Nos anos posteriores, contudo, vê-se uma mudança gradual no foco de ação da *TNC* em âmbito internacional.

[...] a instituição entendeu que para você fazer conservação nos outros países, você não pode repetir o modelo dos Estados Unidos. Comprar uma área grande e fazer o manejo dessa área. Fazer a conservação em outros países, você tem que trabalhar junto com as forças locais, com as ONGs locais, governo municipal, governo estadual, tem que... E isso ficou muito claro na cabeça dos líderes da organização e até hoje é um dos ativos da TNC. [...] O foco sempre foi... vamos tentar conciliar o desenvolvimento com a conservação ambiental. (ENTREVISTA)

É dessa forma que, no Brasil, a temática da “agricultura” e da “pecuária” são inseridas na agenda da entidade. “No Brasil, a TNC tem procurado, ao longo dos anos, de se aproximar muito do setor produtivo, ou seja, agropecuário. Porque, com recursos limitados (e das outras¹¹¹ limitados também) temos que trabalhar em escala.” (Entrevista).

Experimenta-se gradativamente uma adequação entre orientações mais preservacionistas, de atuação centrada em “áreas protegidas”, e uma lógica mais conservacionista, embasada na ideia do “desenvolvimento sustentável” com trabalhos dentro de propriedades privadas.

No início o foco era mais em área protegida. Ou seja, a gente chama aqui as Unidades de Conservação: parques nacionais, reservas, parques federais, estaduais e municipais. A gente queria muito trabalhar na criação dos parques e no gerenciamento dos parques e, inclusive, trabalhar no entorno dos parques. [...] Esse foi o foco principal nos primeiros anos. (ENTREVISTA 1)

[...] Mas depois dessa chave de conservação da biodiversidade de forma estrita, ou seja, com a construção de áreas protegidas públicas e privadas, a gente passou a atuar muito na... com alguns setores. Que é agricultura e pecuária. É fazendo com que eles tenham incentivos para investir na sustentabilidade da cadeia. Desde a produção agrícola até as grandes empresas de aquisição de grãos e de fornecimento de insumos. É, principalmente nos últimos 6 anos que a gente trabalha com esses setores, na construção da política desses setores. Participando de várias mesas redondas como a ‘round table’ da soja. É a Moratória da Soja.

Enfim, esses diversos fóruns que envolvem governos, organizações da sociedade civil e os empresários da área. Não só participando desses fóruns, mas criando

¹¹¹ Refere-se indiretamente as outras entidades transnacionais ambientalistas que trabalham por esta ótica de ‘parcerias’ com o “setor agropecuário”.

formas de implementar e fazer com que esses setores, é... tenham uma responsabilidade ambiental em termos da conservação da biodiversidade. (ENTREVISTA 2)

Esta mudança de foco, entretanto, não significou um afastamento completo do trabalho junto a áreas de conservação estritas, mas sim uma mudança de ênfase importante que passa a inseri-las em outra perspectiva. No processo de consolidação das atividades da *TNC* no país, o trabalho com o “setor agropecuário” é apresentado como elemento necessário para levar adiante seus projetos ambientalistas de conservação. Não sendo generalizável, portanto, para outros contextos de atuação da entidade, como em outros escritórios ao redor do mundo.

Nos Estados Unidos tem cientistas da *TNC* que trabalham com caranguejo, outro que trabalha com o passarinho do rabo azul, outro com não sei o quê. É por espécie, por criatura [...].

No caso do Brasil, a gente trabalha mais em termos de conservação da biodiversidade, de uma forma ligada a paisagem. Com paisagens funcionais e paisagens produtivas. Na paisagem, a gente olha o ambiente como um todo... e você olha as representações dessas paisagens e se ela consegue manter a diversidade, os ciclos naturais por um ambiente de longo prazo. Então nesse caso ela é uma paisagem funcional e produtiva ao mesmo tempo. Porque ela vai garantir a produção de alimentos. Então a gente olha por paisagem onde é melhor produzir, onde é melhor conservar, onde é melhor ter ambientes urbanos. No Brasil, a gente olha muito isso. Pra gente fazer isso, a gente chega a umas linhas de ações. [...] restauração, conservação em terras privadas, públicas, que é basicamente Unidades de Conservação... incentivo à criação e incentivo a consolidação das áreas protegidas, áreas protegidas privadas, que são as RPPNs... todo o trabalho com o setor agropecuário, com o Cadastro Ambiental Rural e terras indígenas, que é o programa da Amazônia. E carbono. Acho que não estou esquecendo nada. (ENTREVISTA)

Como nos alerta Pádua (1991), a importação das questões ambientalistas no Brasil não se deu de forma automática e descolada de fatores internos de ordens múltiplas, mas sim por meio de acomodações e adequações a uma realidade interna pré-existente. Nessa perspectiva, o trabalho que a *TNC* tem desenvolvido aqui no Brasil junto aos setores mais vinculados à agroindústria na busca por uma adequação ambiental não deveria ser entendido como um movimento natural e inevitável do direcionamento estratégico da entidade. Como no caso das demais entidades, além das questões externas de teor contextual, também existem motivações internas, fruto de disputas permanentes intra-grupo que permeiam os direcionamentos e as visões mais hegemônicas, atuando na produção da “visão da organização”. A própria formação do conselho gestor, integrado por “executivos de finanças,

indústria, mídia, comunicação, advocacia, comércio, meio ambiente e agricultura¹¹² que se destacaram em seus segmentos”,¹¹³ pode funcionar como guia no direcionamento das questões mais relevantes das estratégias a serem utilizadas e dos objetivos a serem alcançados, dando os contornos sobre as definições e decisões tomadas pela entidade. Além disso, a presença de determinados atores na composição da direção da entidade pode funcionar como elemento de legitimação e garantia para uma melhor inserção e aceitação no mercado por empresas interessadas em adequarem seus negócios, ganhando credibilidade e difundindo ao mesmo tempo o nome da *TNC*.

Aspirando por uma conformação entre interesses econômicos e ecológicos, a *TNC* do Brasil desenvolve trabalhos de forma direta, isto é, junto aos proprietários rurais, procurando garantir que os espaços de conservação previstos por lei sejam respeitados. Em suas estratégias, busca incentivar ações no sentido da intensificação da produção agrícola e da redução dos passivos ambientais do setor, de forma a agregar valor à produção e tornar o modelo atraente também aos negócios. Ao mesmo tempo, trabalham também pela adequação legal das propriedades, almejando a ampliação das áreas destinadas à conservação em diferentes regiões, entendidas como necessárias para a manutenção da biodiversidade e dos serviços ambientais.

Para compreender melhor as singularidades da organização, e quais referências à categoria “agronegócio” pode nos remeter, seguiremos pelas considerações de alguns elementos marcantes dentro do modelo de conservação apresentado pela entidade. Com essa advertência em mente, passemos ao ponto seguinte.

6.2 “*Conservation on the ground*”: pragmatismo, ciência, parceria e conservação

O que a *TNC* tem de especial é uma coisa que... eu diria que, uma abordagem pragmática. Pessoas trabalhando fisicamente no campo e gerando resultados na natureza. Existem muitas ONGs, muitos grupos.. você deve conhecer o Greenpeace, eu imagino. Essas são mais.. essas pessoas que trabalham com campanhas, com conscientização e protestar. E a *TNC* sempre teve um, assim, a gente chama por ‘low profile’. Nunca protestou, nunca fez muita campanha, não investe muito em marketing e publicidade. E sempre... a maioria do dinheiro foi para equipe de campo. [...] Então, acho que esse é um dos nossos enormes diferenciais, somos

¹¹² Nos relatórios de atividades de 2008 e de 2009, encontramos o nome de Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas e ator importante na difusão do termo “agronegócio” no Brasil (Grynszpan, 2008). Além da *TNC* do Brasil, como já mencionamos neste trabalho, Roberto Rodrigues também fez parte do Conselho Diretor do *WWF-Brasil* segundo consta no relatório anual da entidade de 1999-2000.

¹¹³ Relatório de atividades de 2009.

pragmáticos, somos práticos, usamos a ciência e uma equipe de campo para resolver os problemas ‘no chão’. Chama ‘Conservation on the ground’, em nosso modo. [...] a TNC não usa uma abordagem confrontacional, ou seja, a gente não protesta [...]. Daí vem nossa força de poder se juntar com empresas, com governos, com ONGs [...]. E, por último, eu posso dizer que por ter uma abordagem mais corporativa, comparada com outras ONGs, é uma organização muito bem organizada em termos de gestão.[...] Nós temos uma gestão muito parecida com uma empresa, uma multinacional. Acho que esses três são os principais diferenciais da instituição. (ENTREVISTA)

Entre as características da *TNC* do Brasil na aplicação de seus modelos de conservação, três mais específicas são mencionadas: o “pragmatismo”, a “abordagem científica” e a “capacidade de trabalhar em conjunto com diferentes setores”. Essas características, congregadas na ideia de “*conservation on the ground*”, podem nos dar indícios sobre quais elementos são considerados mais relevantes na conservação e a quem está se contrapondo a isso. Mesmo sabendo que esses elementos mencionados, individualmente não representam uma singularidade comparativa aos aportes de conservação das demais entidades ambientalistas, ainda assim, eles apresentam suas especificidades a partir da união de características contidas na ideia de “*conservation on the ground*”. Por meio dessa: “Ela [a *TNC* do Brasil] consegue provar o conceito. Têm como te mostrar o que foi conservado e mensurar essa conservação.” (ENTREVISTA),

É principalmente nesta suposta capacidade de planejar, mensurar e provar a conservação que se colocaria o embasamento científico da *TNC* do Brasil. O suporte de “ciência” que permite à entidade desenvolver projetos de conservação “no chão” é amplo e variado, não sendo, portanto, nosso objetivo enumerá-los ou sistematizá-los em sua multiplicidade. Trazemos o elemento aqui apenas como pistas fornecidas pelos materiais recolhidos, com o intuito de obter subsídios que possam nos ajudar a compreender o posicionamento da ONG frente à temática e a referenciação do “agronegócio”. Nessa perspectiva, uma indicação para evidenciar a relação entre corpo científico da entidade e ações de conservação é dada pela concepção de “*conservação planejada*”. Esta “metodologia” de conservação desenvolvida pela entidade é resumida como “processo que permite a gestão adaptativa das ações de conservação direcionando estratégias para áreas de maior importância” (THE NATURE CONSERVANCY, 2010: 34). Esta ideia de planejamento da conservação parte do pressuposto de que, utilizando-se de sofisticados *softwares* que unem conhecimento às tecnologias disponíveis, é possível construir previsões conjecturadas, capazes de antecipar virtualmente os resultados, reduzindo variáveis e planejando de forma mais eficiente as ações de conservação.

Assim, “cada uma das estratégias de conservação da TNC no Brasil” estaria “estruturada com base em matrizes lógicas que se transvertem em cadeias de resultados dentro do software *Miradi*”, utilizado pela entidade. Seguindo o argumento, isso permitiria “o estabelecimento de relações transparentes entre causa e efeito, imprimindo clareza na seqüência de ações necessárias para se chegar aos resultados de conservação e aos indicadores para cada um dos objetivos pretendidos.” A inserção dos mecanismos de “ciências” no desenvolvimento de projetos da TNC do Brasil é resumido pela entidade a partir de um esquema cíclico que envolve o “estabelecimento de metas e prioridades”, “desenvolvimento de estratégias”, “execução das ações” e “mensuração dos resultados”. Reiniciando o processo em seguida.

Na argumentação da organização, essa abordagem de conservação permitiria construir um modelo próprio de atuação baseado em comprovações técnicas e modelos matemáticos, capazes de planejar e delinear estratégias, considerando as variáveis e controlando os resultados. Minimiza-se os ‘riscos’ e otimiza-se os espaços para sua utilização ‘sustentável’. Assim, se de um lado as abordagens “científicas” permitiriam definir quais as áreas ideais para a conservação da biodiversidade, de outro a “tecnologia” possibilitaria também concretizar as ações em uma escala ampliada, grande objetivo da entidade. “Ciência” e tecnologia, nesse sentido, comportam-se como instrumentos para se chegar aos objetivos mais gerais (globais) de conservação propostos, os quais, no caso das demais entidades, também são classificados como “missão”.

A “missão” que orienta seus projetos seria, então, “Conservar as plantas, animais e ecossistemas, que formam a diversidade de vida na Terra, protegendo os recursos naturais de que eles necessitam para sobreviver”. Como colocam em entrevista, “segundo essas normas eles [os escritórios da organização] tem que criar a sua estratégia de conservação para chegar a essa meta.” Assim, as direções nacionais da TNC no mundo “tem independência, desde que não desrespeitem essas regras normais que são para o mundo todo.” No caso das atuações da TNC do Brasil, não é diferente:

Quando a gente começa uma iniciativa a gente fala, a gente faz a seguinte pergunta: ‘Essa iniciativa vai fazer com que a gente consiga atingir a nossa missão? Quantos hectares a gente vai conservar? Esses hectares representam o quê, em termos de biodiversidade, em termos de ecossistemas e em termos de você proteger o sistema como um todo?’ Essas perguntas a gente faz e vai implantando os assuntos, baseado nisso. (ENTREVISTA)

A percepção da conservação da entidade apresenta-se transmutada na quantidade de hectares efetivamente transformados em espaços restritivos de conservação. O entendimento de que a conservação, para operar, precisa ser praticada em larga escala, como veremos, será um dos elementos importantes no direcionamento da entidade para o trabalho com setores ligados ao “agronegócio”. De maneira geral, quando a *TNC* do Brasil desenvolve projetos voltados para a conservação de alguma área, ela tem como foco principal de ação a manutenção da diversidade biológica, dos processos naturais e dos serviços ambientais prestados, - esses com relevância para a flora e a fauna. É neste sentido que o Brasil assume papel chave nos seus projetos de conservação. Para a entidade, o país:

[...] ainda possui uma biodiversidade muito rica, ou seja, em número de espécies, tanto em termos de floresta, quanto em termos de carbono. Então, é uma diversidade imensa. A outra importância do país é que é um país continental e ele tem políticas de conservação, em termos de legislação já em vigor, que são bastante favoráveis à conservação do meio ambiente. E do ponto de vista de você imaginar o planeta como um todo... Isso faz muita diferença. (ENTREVISTA)

Mas como foi apontado anteriormente, o viés de trabalho adotado pela *TNC* do Brasil não se restringe ao trabalho em “áreas protegidas”, trabalhando também por uma linha de “sustentabilidade” que procura atuar na conciliação entre a produção e a conservação.

Ou seja, nossas ações no Brasil, em termos de conservação, influenciam não só o clima em termos de planeta como um todo, mas também tem um forte viés de conservação de água doce. E também a gente tem que pensar em termos de produção agrícola, ou seja, o Brasil é um grande produtor de alimentos pro mundo. E se esse diferencial brasileiro de ser um grande produtor de alimentos não tiver um viés de responsabilidade ambiental, pode ser que a gente tenha um comprometimento dos recursos naturais do país, que vão afetar o planeta como um todo. Então, daí a necessidade de a gente trabalhar no Brasil e a necessidade de trabalhar em parceria com o setor agropecuário. (ENTREVISTA 2)

A entrada da temática da “agricultura”, principalmente por meio dos canais da sustentabilidade, da conservação em larga escala e do valor que a entidade concede aos modelos tecnológicos se traduz na abordagem da organização sobre a questão do “agronegócio”. O reflexo mais evidente está no privilegiamento do modelo mecanizado de grandes propriedades rurais, produtor de *commodities* agrícolas, elencadas como as principais responsáveis pela conversão das áreas de floresta. Este privilegiamento estratégico nas ações de conservação, como no caso da *CI-Brasil* e *WWF-Brasil*, também se reflete em um privilegiamento retórico. Embora possa variar nos termos designadores, o sentido tende a remeter ao mesmo modelo. Outra implicação está no âmbito da prática, na força que as

estratégias de conservação em grandes propriedades rurais passam a ganhar no trabalho da organização, com apoios variados¹¹⁴ na criação, gestão e conservação, majoritariamente, de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

A preferência pelos modelos de grandes propriedades rurais, tecnificadas e capitalizadas (como no caso do “agronegócio”), apresenta esses modelos como os agentes mais suscetíveis em levar adiante as ações de conservação projetadas. Entre as vantagens comparativas de trabalhar com o setor estaria: “[...] diminuição de corpo, trabalho em larga escala e você conseguir fazer com que toda a cadeia produtiva esteja envolvida. Ou seja, não só o produtor rural, mas a empresa de produção de insumos e de aquisição de grãos.” (ENTREVISTA). Por outro lado, no trabalho com pequenos produtores, novas dificuldades são postas ao projeto de conservação em larga escala. Como fica destacado em entrevista:

Trabalhar com pequeno produtor a gente tem a dificuldade técnica, porque a propriedade é menor, difícil de você visualizar a imagem no satélite. Você tem que investir mais recursos porque você tem que ter uma resolução melhor, porque a propriedade é menor. Então, as áreas onde concentra muito pequeno produtor, que tem essa dificuldade técnica, entendeu? Mas com um pouco mais de recurso você adquire mais um satélite, com a resolução mais apropriada para o tamanho da área dele, e o diferencial é que se você detectar uma área degradada, o pequeno produtor não tem condição para recuperar. Então, a gente tem que criar outros mecanismos para trabalhar. Mas em algumas regiões, por exemplo, o vale do Itajaí, a gente trabalha com pequeno produtor; mas na Amazônia e no Cerrado são produtores maiores, produtores de commodities.

[Perguntada sobre as vantagens de trabalhar com pequenos produtores]: As vantagens? Em termos de conservação em larga escala não tem vantagem. Mas em termos de mobilização, sim. Eles são bem comprometidos. (ENTREVISTA)

Dentro deste modelo de conservação que deseja “conseguir o maior número de hectares conservados e ao mesmo tempo permitir o desenvolvimento econômico”, vincula-se com mais força uma referência aos setores do “agronegócio”. Nesse caso, o papel da dupla ciência e tecnologia é fundamental. Como vimos, esses são elementos essenciais para o estabelecimento da conservação “no chão” da *TNC* do Brasil. Porém, para que possa aplicar de fato os modelos, essa entidade procura criar condições para trabalhar diretamente com estes proprietários e produtores rurais. E isso é feito por meio das “parcerias”, como já foi indicado em fragmentos anteriores. Nesse sentido, o modelo empresarial (como a de uma “empresa multinacional”) que a ONG desfruta, como apontado de início, pode ser pensado também como um atributo importante para pensar com qual concepção de “natureza” estão articulando e sobre o próprio sentido da “conservação” e da “sustentabilidade”. Esta

¹¹⁴ Indo desde identificação de áreas mais oportunas, do viés da sustentabilidade, passando por ações de restauração florestal, até a busca por mecanismos de repasse de recursos para proprietários de RPPNs, como é o caso do movimento da entidade em prol da criação do ICMS Ecológico.

estruturação da organização também não deixa de ser apresentada como meio importante para ganhar credibilidade e confiabilidade frente ao setor privado com o qual se pretendem interagir.

Além de nos falar da estrutura organizativa e burocrática da instituição, isto também nos dá pistas sobre o modo como se apresentam e se portam no universo das ONGs ambientalistas. O viés “*low profile*”, “não-confrontacional”, também mencionado em comparação com as demais BINGOs,¹¹⁵ seria uma marca importante de diferenciação da TNC do Brasil¹¹⁶ frente às demais organizações. Este aspecto, fundamental para o estabelecimento de “parcerias” com variados atores, antes de tudo “é uma decisão do conselho da TNC”,¹¹⁷ em geral formado por “executivos de finanças, indústria, mídia, comunicação, advocacia, comércio, meio ambiente e agricultura que se destacaram em seus segmentos”, como já vimos.

Para a TNC do Brasil, como para as outras entidades que seguem a mesma linha de implementação de modelos de desenvolvimento, as “parcerias” são essenciais. São por meio delas que a organização põe em prática seus projetos, aprimora-os em diálogo com outras instituições, adquire poder para influenciar ações de Estado e passa a ter legitimidade de posicionamento e de ação nos circuitos ambientalistas. As “parcerias”, enquanto vinculações de natureza múltipla e caráter temporário entre a organização e outras entidades, são orientadas para fins muito específicos e, em geral, voltadas para pôr em prática algum projeto de conservação.

O quê que é uma parceria? Ela é, por exemplo, vou pegar aqui uma entidade pra você ter uma idéia. A academia. Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa do Pantanal. O Centro de Pesquisa do Pantanal está fazendo um trabalho junto, de análise dos impactos das atividades nas bacias hidrográficas que formam o Pantanal. É o Centro de Pesquisa que pode estar atuando com a gente nessa área.

A USP, o LERF. O LERF, a gente trabalha com técnicas de restauração. O LERF é o Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal da USP (...), a gente tem uma parceria de estudos conjuntos e de implantação das técnicas deles nos projetos de restauração nosso. Então, necessariamente não é troca de dinheiro. Às vezes é troca de conhecimento, às vezes é troca de, como é que eu diria, de ação conjunta. Eu faço uma parte, você faz outra e o conjunto do que nós estamos fazendo, faz com que o projeto seja implantado.

Empresas. Muitas delas, elas repassam recursos para a TNC, para um determinado projeto da TNC de conservação.

¹¹⁵ Abreviação para *Big Non-governmental Organizations*. Termo em inglês para designar grandes organizações não governamentais transnacionais.

¹¹⁶ “[...] o estilo da TNC é diferente. Ele é um estilo não-confrontacional, a gente não entra em confronto com nenhum outro setor. Nem com governos, nem com nada. [...] Nosso estilo, nossa marca é não-confrontacional.” (Entrevista)

¹¹⁷ Fragmento retirado de entrevista.

Governos. É um termo, como o da Agência Nacional de Águas, da Ana¹¹⁸. É a implantação do projeto “Produtores de Água”, que a Ana concedeu e que a gente aperfeiçoou e criou uma técnica de implantação desses projetos.

ONGs. Faz uma parte que eu faço outra. Necessariamente não tem repasse de dinheiro. Em alguns casos, muito poucos, tem repasse de dinheiro. Não é dinheiro que a gente passa pra lá e dinheiro que vem pra cá. Não é. É parceria técnica, é parceria de implementação conjunta e poucos casos de repasse de recursos. (ENTREVISTA)

No que se refere às “parcerias” com setores do “agronegócio”, o trabalho da *TNC* do Brasil tem se voltado, especialmente, para a adequação de produtores ao Código Florestal vigente.

Esse tem sido o foco do trabalho da *TNC*, quando o tema é o agronegócio. Mapear propriedades, identificar passivos e trazer o agricultor para a conformidade com a lei, ao ajudá-lo a recuperar e conservar essas áreas, têm trazido resultados importantes para a conservação e a biodiversidade. (THE NATURE CONSERVANCY, 2010: 9)

Para ilustrar esse modo de trabalhar, podemos observar o projeto recente desenvolvido no município de Lucas do Rio Verde, no estado do Mato Grosso, modelo que a *TNC* do Brasil tem tentado expandir para outras regiões do “agronegócio” no país. O projeto de iniciativa da *TNC* do Brasil e da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde é desenvolvido em “parceria” com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), o Ministério Público de Mato Grosso, o sindicato rural de Lucas do Rio Verde, a fundação Rio Verde, o Instituto Sadia de Sustentabilidade e as empresas Sadia, Syngenta e Fiagril. Esse projeto de múltiplas “parcerias” busca “conciliar o desenvolvimento agropecuário do município de Lucas do Rio Verde com a conservação ambiental”, demonstrando que “fazer a diferença na área ambiental é também um bom negócio”.¹¹⁹ “O compromisso é transformar LUCAS DO RIO VERDE num dos únicos municípios do país SEM PASSIVOS SÓCIO-AMBIENTAIS no setor agropecuário, sem problemas trabalhistas e de uso correto e seguro de agroquímicos.”.

Para tal compromisso, o projeto seria dividido e executado em duas fases, sendo a primeira destinada a identificar os passivos ambientais e trabalhistas e apontar oportunidades para solucioná-los, e a segunda fase voltada para a identificação de “mecanismos de financiamento ou fontes de recursos que permitam implementar efetivamente os acordos

¹¹⁸ Refere-se à Ana Cristina Barros, representante da *TNC* no Brasil.

¹¹⁹ No folheto de intitulado “Lucas do Rio Verde legal _ Produção e meio ambiente, aliança de bons negócio”, não se encontra o ano de referência nem a tiragem do material.

firmados em termos de regularização sócio-ambiental e que permitam melhorar os aspectos tecnológicos voltados à produção sustentável.”

Em 2008 foram apresentados os resultados da primeira fase do projeto. Segundo consta no relatório de atividades do mesmo ano:

Os dados mostram também que mais de 10% das matas que deveriam estar preservadas estão desmatadas. O diagnóstico foi entregue a todos os produtores do município e serviu de base para a criação de uma linha de ação para solucionar os problemas ambientais. Após a realização de um curso de recuperação de mata ciliar para agrônomos e técnicos do município e da elaboração de um manual para a recuperação da mata ciliar, todas as Áreas de Preservação Permanente (APP) degradadas foram cercadas para a regeneração. [...]

Os passivos ambientais identificados no diagnóstico serão compensados em mecanismos coletivos, maximizando assim as áreas de ecossistemas nativos contínuos sob proteção. Os produtores rurais também estão trabalhando para zerar passivos trabalhistas e fazem uso correto e seguro de agroquímicos. (THE NATURE CONSERVANCY, 2009: 15)

Com trabalhos voltados para capacitação de técnicos, delimitações de espaços degradados, definições de ações para garantir regenerações dentro desses espaços, bem como reivindicação para adequações legais nos âmbitos ambiental e trabalhista e a busca por mecanismos financeiros para remuneração dos proprietários envolvidos, a atuação da *TNC* do Brasil em “parceria” com a prefeitura do município de Lucas do Rio Verde, na busca por uma aplicação mais efetiva da legislação vigente, passa a se colocar quase como uma extensão do próprio Estado. Tornando, assim, menos explícito o embasamento direto que orienta sua atuação quando se trata das questões mais ligadas ao “agronegócio”.

Deixemos para o ponto seguinte as observações sobre as principais argumentações utilizadas, bem como as ideias que revestem os modelos e as estratégias da entidade na abordagem da temática propriamente dita.

6.3 Agronegócio: a grande oportunidade da conservação

A relação entre a organização e a temática do “agronegócio”, como foi apresentado em um de seus materiais, seguiria principalmente pela “colaboração com os proprietários rurais e suas representações, as cooperativas, as empresas do agronegócio, ONGs e os órgãos ambientais do governo para encontrar a melhor forma de cumprimento do Código Florestal Brasileiro. Esse cumprimento se dá por meio da manutenção e recuperação das áreas de

preservação permanente e promoção de alternativas para criação das reservas legais, de modo que haja redução dos custos para adequação do produtor rural à legislação ambiental.”¹²⁰

Como havíamos apontado anteriormente, o sentido dado pela *TNC* do Brasil quando tratam do universo rural, semelhante ao caso do *WWF-Brasil* ou da *CI-Brasil*, por exemplo, procura remeter, na maioria das vezes, aos setores mais “modernos” da agricultura, quase sempre remetendo aos biomas da Amazônia e do Cerrado, áreas de maior influência e presença do “agronegócio”, tal qual encontramos registrado na maior parte dos materiais observados da organização. Paralelamente à presença do setor no território, reforçam também o caráter estratégico para a conservação destas extensas áreas ricas em biodiversidade, chamando atenção para a necessidade de seguir trabalhando para a implementação em larga escala do modelo “sustentável de produção” nos campos brasileiros.

O privilegiamento e a associação quase automática entre “agronegócio” (suas atividades ou produtos, assim classificados pela ONG) e determinadas regiões geográficas ou biogeográficas (no caso o Cerrado e o bioma Amazônico), nas abordagens da *TNC* do Brasil, são acompanhadas indiretamente pela diminuição da importância da existência do “agronegócio” em outras regiões e ecossistemas – como na região sul do país, até pouco tempo uma das maiores produtoras de grãos e mais correntemente vinculada ao agronegócio. Estas correlações entre setor e bioma apontadas na perspectiva da *TNC* do Brasil, mas também encontradas, com maior ou menor ênfase, nas vinculações das demais entidades, não deixam de expressar posicionamentos de natureza política e econômica. Embora as apropriações sejam distintas, tanto no caso da *TNC* do Brasil como também na abordagem do *Greenpeace-Brasil*, encontramos associações entre as regiões ditas do “agronegócio” às imagens da “fronteira” (perpassada por toda uma construção ideológica que as compreende como espaço de “expansão”, de disputa, de ausência do Estado, da desordem e, portanto, carentes de “governança”, da lei, do ordenamento, da presença do Estado). Ao mesmo tempo e de outra forma, enfatiza-se também (com o respaldo científico, principalmente da biologia da conservação) a caracterização destes mesmos espaços como espaços de “alta biodiversidade”, portanto, mais estratégicos e urgentes para a conservação. Chamando atenção e reforçando o foco para determinados espaços, reivindicam a ampliação do controle

¹²⁰ Trecho retirado do folheto intitulado “*Documentos técnicos de suporte à conservação*”, que disponibilizam ‘resumos executivos’ de estudos técnicos que embasam ações de conservação. Estes materiais apresentam também aspectos gerais sobre a visão da *TNC* do Brasil no que tangem as ações da entidade pelo Programa de Conservação das Savanas Centrais, em países sul-americanos. O recorte da *TNC* em savanas da América do Sul, não excluem um recorte dos biomas, antes, parece funcionar como um recorte mais abrangente que engloba-os neste grupo que compreende também outros biomas. As savanas da América do Sul, neste caso, incluem os biomas da Caatinga, Cerrado, Pantanal, Pampas e Chaco, envolvendo cinco países diferentes (Brasil, Paraguai, Bolívia, Uruguai e Argentina), numa área de 438 milhões de hectares.

sobre tais territórios e mudanças no sentido de uma adequação “verde” da produção, como forma de acessar e responder a demandas de uma nova tendência de mercado.

Na busca por uma ampliação extensiva dos espaços restritivos de conservação (públicos e privados) a *TNC* do Brasil centrou seus trabalhos junto ao setor do “agronegócio” na recuperação de áreas de conservação previstas por lei no interior de suas grandes propriedades rurais. A possibilidade de ver seu modelo de sustentabilidade se disseminar entre grandes produtores de *commodities* agrícolas, isto é, vê-los seguindo a legislação ambiental prevista no Código Florestal Brasileiro, destinando porcentagens de suas propriedades à conservação, se reflete em uma abordagem otimista da entidade a respeito da categoria “agronegócio”. Dessa forma, como ilustra em um de seus materiais ¹²¹:

A produção responsável da agricultura de commodities é, nós acreditamos, a maior oportunidade de conservação dos nossos tempos. Dando o ‘link’ entre desflorestamento tropical e emissões de carbono, isto é ainda uma urgente prioridade para mudanças climáticas. O Brasil é o país chave para trabalhar esta estratégia.¹²²

Interpretando o movimento de expansão da produção de grandes *commodities* agrícolas em áreas de Cerrado e Amazônia, menos como “ameaça” à biodiversidade e mais como “oportunidade” para a conservação, em sua estratégia de trabalho (de “colaboração”) com os setores privados, nesta perspectiva, a *TNC* do Brasil reconhece que:

Estar associado com o desflorestamento é um mal negócio. Companhias de alimento, varejistas, agronegócio e o setor financeiro com o qual estão todos entrelaçados, estão respondendo a regulações e preocupações de consumidores sobre mudanças climáticas. Isto abre para novas oportunidades para esverdeamento das cadeias de abastecimento corporativas e fluxos de capital nos trópicos. Uma combinação de circunstâncias no Brasil está transformando o país em um laboratório para a intensificação da produção em terras convertidas e canalizando isto para longe dos habitats nativos – minimizando os custos ambientais da expansão da agricultura.

Criar desincentivos para irresponsabilidades ambientais nas cadeias de abastecimento é a regra chave para corpos regulatórios e campanhas de organizações. Nós focamos no próximo passo: assegurando o abastecimento em larga-escala de commodities produzidas responsabilmente no Brasil, especialmente soja e carne.¹²³

¹²¹ Refere-se ao *paper* intitulado “*Responsible Sourcing of Agricultural Commodities: the way ahead in Brazil*”, de ano desconhecido (THE NATURE CONSERVANCY, 2009).

Como o conteúdo deste material encontrava-se em inglês, optamos por uma apresentação textual dos fragmentos retirados traduzida livremente pelo autor, com sua apresentação original em notas de rodapé.

¹²² *The responsible sourcing of agricultural commodities is, we believe, the greatest conservation opportunity of our time. Given the link between tropical deforestation and carbon emissions, it is also a pressing climate change priority. Brazil is the key country to work this strategy.* (p. 3)

¹²³ *Being associated with deforestation is bad business. Food companies, retailers, agribusiness and the financial sector with which they are all entwined are responding to regulatory and consumer concerns about climate change. This opens up new opportunities for the greening of corporate supply chains and capital flows*

Nas visões gerais da *TNC* do Brasil, o movimento de conversão de *habitats* nativos nos campos brasileiros vinculado às atividades produtivas desta agricultura mecanizada de grandes *commodities* agrícolas, de certa forma, não pode ser desvinculada da existência de uma demanda global por “alimentos”, fruto de um aumento populacional e dos avanços tecnológicos na produção. Como foi definido em entrevista, o “agronegócio”, na concepção da entidade, “é a cadeia produtiva de alimentos” e por isso, tem sua existência concebida como um fato, um dado ao mesmo tempo desejável, imprescindível à sobrevivência humana. Sua existência “insustentável” [termo nosso] deve-se precisamente à falta de incentivos dada pelos mercados consumidores, demandas globais que ignoram a cartilha da sustentabilidade e agenciam tais ações do setor no âmbito nacional. O consumo de “alimentos” e o “desenvolvimento” dos mercados, neste sentido, precisariam ser ajustados às novas demandas de sustentabilidade, capazes de conservar sem comprometer a “funcionalidade” econômica dos espaços. Como coloca um dos entrevistados:

Sabemos que o desenvolvimento está acontecendo, não tem como parar. As pessoas tem que se alimentar, tem que comer, tem que ter agricultura, a indústria está crescendo, a pressão sobre a água está crescendo. Sabemos que isso não tem como parar, mas não vamos esquecer o outro lado, a conservação, a preservação de fato. Então, a premissa da *TNC* sempre foi: ‘Nós estamos aqui para criar soluções, com uma base científica’. [...]

Eu acho que a gente tem que começar desde o princípio. Aceitar o fato que precisamos da agricultura, que precisamos da pecuária. Estamos 7 bilhões de pessoas no planeta, estamos em quase 200 milhões aqui no Brasil e as pessoas tem que comer. E todo mundo olha para o Brasil dizendo que é o Brasil que tem que fornecer a comida. Da mesma forma que todo mundo olha para o Brasil, quando falamos de mudanças climáticas. [...] Então, o Brasil está aí, bem no meio da encruzilhada. Que de um lado temos que produzir esses alimentos todos e, de outro, somos também os caras que tem que reduzir as emissões de gás carbônico. Então, fazer o quê? Aí vem nossa abordagem: vamos tentar fazer os dois. Vamos criar modelos para tentar reduzir o impacto da agricultura e da pecuária e implementar modelos de conservação funcionais. (ENTREVISTA)

No seu modelo de “conservação funcional”, uma forma utilizada para adequar produção e conservação passaria pelo movimento da adequação legal das propriedades. Isso ocorre porque, na interpretação da *TNC* do Brasil:

[...] O Código Florestal brasileiro impõe obrigações únicas para produtores agrícolas que em teoria faria deles os mais responsáveis produtores agrícolas do mundo. Ele

in the tropics. A combination of circumstances in Brazil is transforming the country into a laboratory for intensifying production on converted land and channeling it away from native habitat – minimizing the environmental costs of agricultural expansion.

Creating disincentives for environmental irresponsibility in the supply chain is a key role for regulatory bodies and campaign organizations. We focus on the next step: ensuring large-scale supply of responsibly produced commodities in Brazil, especially soy and beef. (p. 4)

obriga os fazendeiros e rancheiros a preservar “Áreas de Preservação Permanentes” em suas propriedades: matas ciliares, por exemplo. Além disto, obriga produtores a manter certa porcentagem de suas terras com vegetação nativa. Se as fazendas já tiverem convertido além daquele limite, várias formas não-agrícolas de compensação através da conservação de habitats nativos em outro lugar são possíveis.

Nós usamos o Código Florestal como estrutura de conformidade. A maioria dos fazendeiros no Brasil não está em cumprimento com o Código Florestal. Mas o cerne de nossa estratégia está na idéia de que eles poderiam estar, se eles tivessem os incentivos certos para entrarem em cumprimento.¹²⁴

Interpretando o Código Florestal brasileiro, vigente desde 1965, como um dos mais avançados do mundo, a TNC do Brasil entende que seus esforços em prol da conservação e da sustentabilização da produção agrícola devem seguir no sentido de construir meios que obriguem os produtores a aderirem e respeitarem essa mesma legislação. Para garantir que o movimento de conservação tenha ampla adesão dos proprietários, a organização considera imprescindível:

Em primeiro lugar o produtor tem que começar a respeitar a lei. [...] Como você obedece a lei de trânsito, como você paga seu imposto de renda. Então, os proprietários tem que começar a aceitar o fato que existe uma legislação.

Hoje em dia tem mais fiscalização, monitoramento. Posso dizer que antigamente não tinha. Como há esse monitoramento, essa pressão está ficando maior sobre os produtores. [...]

Assim, muita coisa eu diria que é preciso para a gente fechar o ciclo e, nós temos um modelo bem interessante: é o comprador exigir também a garantia que o produtor é ambientalmente adequado, ou seja, você pode chamar isso de certificação, por exemplo.

Se um trader, seja uma Cargill, uma ADM, quando ele diz para um proprietário: “Olha, só vou comprar tua soja, teu milho, tua madeira, se você estiver enquadrado na lei.” Aí o ciclo fecha. Isso está acontecendo. Nós fizemos um projeto junto à Cargill em Santarém e... (ela recebe soja da região de Santarém).. e conseguimos exatamente isso: que a Cargill só comprasse soja da redondeza ali, de proprietários e fazendeiros que estivessem pelo menos em vias de se adequar a lei... e funcionou. Todos os fornecedores que queriam vender para a Cargill começaram a fazer um movimento e se enquadrar na lei. E pararam o desmatamento e começaram a recuperar as áreas.

Então, é a sociedade civil também. Você e eu. Acho que nós temos que criar essa pressão para os donos de supermercados... ‘Eu não quero comprar carne que desmatou a Amazônia, quero comprar carne certificada, quero um produto certificado’. Então, eu acho que é a sociedade civil que tem que se mexer um pouco mais e os compradores. Começando um pouco com os Bancos. Porque antigamente os bancos forneciam crédito aos fazendeiros, aos proprietários e, as vezes, não recebem nada de volta ou demoram muito e o proprietário estava acostumado com

¹²⁴ *Brazil’s Forest Code imposes unique obligations on agricultural producers that in theory would make them the most responsible agricultural producers in the world. It obliges farmers and ranchers to preserve “areas of permanent preservation” on their properties: riparian forest, for example. In addition, it obliges producers to keep a certain percentage of their land in native vegetation. If farms have already been converted beyond that limit, various forms of off-farm compensation through the conservation of native habitat elsewhere are possible. We use the Forest Code as a compliance framework. Most farmers in Brazil are not in compliance with the Forest Code. But the heart of our strategy is the idea that they could be, if they had the right incentives to get into compliance. (p. 5)*

essas práticas. Agora já existem bancos como o BNDES que não quer mais emprestar dinheiro para o setor agrícola se não estiver adequado à lei. Isso já é um grande avanço. E ele, inclusive, colocou à disposição, o BNDES, já um.. também uma tarefa onde a TNC ajudou muito, é... o BNDES criou uma linha de crédito para proprietários rurais, para recuperarem suas reservas legais e as APPs. (...) Então, já tem algumas coisas em andamento que colocam uma certa pressão, para evitar o desmatamento. (ENTREVISTA)

Nesta busca por mecanismos que engendrem o estabelecimento de critérios de produção e que atestem o cumprimento da legislação e a sustentabilidade. A *certificação* também chama atenção no trato das temáticas do “agronegócio”. Sua suposta capacidade de organizar ecologicamente a produção geraria impactos diretos nos índices de desmatamento e conservação, além de possibilitar o acesso a mercados mais lucrativos. Portanto, como coloca em entrevista:

[...] é uma situação que todo mundo tende a ganhar. Mesmo o produtor, com a certificação ele tem acesso a mercados de alto valor, que vai conseguir lucrar mais, com seu produto vendendo por um preço maior e na mesma hora ele consegue ser sustentável e preservar a floresta e não desmatar mais. Então, para mim a certificação é uma das melhores coisas que existem para fechar o ciclo. (ENTREVISTA)

Apesar de reconhecer a grande importância dos mecanismos de certificação dentro das perspectivas de conservação, a adequação legal das propriedades aparece como essencial e o mais real passo na direção da adequação ambiental da produção necessária para conter o desflorestamento no Brasil.

Um sistema de certificação ambiental e social generalizado para produção responsável de commodity, semelhante a certificação Forest Stewardship Council (FSC) nos setores florestais, é um ideal. Mas experiências com o óleo de palmeira e as mesas redondas da soja sugerem que o padrão é de anos de esforço, resultando em um código voluntário de conduta. Isto não é nada, mas não é um sistema de certificação nas mesmas linhas do FSC. [...]

Em médio-curto prazo, então, nós acreditamos que salientando o cumprimento do Código Florestal na gestão da cadeia de abastecimento, e focando na maximização dos retornos para os produtores responsáveis de commodities, é o elo que faltava na estratégia mais ampla de conter o desmatamento. Esta estratégia mais ampla ainda incluiria melhores regulações, esforços precisos e melhor governança na agricultura de fronteira. Isto é, portanto, essencial para gerar um portfólio de projetos de campo de larga escala incorporando o conjunto de estratégias e incentivos resumidos aqui, na ordem para demonstrar viabilidade técnica e econômica no único lugar que importa: nas fazendas e ranchos presentes em territórios de alto valor de conservação. Estes projetos precisam ter a replicação em escala incorporada nos seus desenhos desde o início. Depois de análises cuidadosas do que outros jogadores tem feito no Brasil, isto é o que a *Conservancy* tem se focado durante todos estes anos.¹²⁵

¹²⁵ A widespread social and environmental certification system for responsible commodity production, akin to the Forest Stewardship Council (FSC) certification in the forestry sector, is an ideal. But experience with palm

Sem uma certificação voltada para a soja até o momento, a *TNC* do Brasil seguiu incentivando e apoiando a expansão do modelo implementado em Lucas do Rio Verde como forma de “sustentabilizar” a produção de soja em outras regiões do país. Nessa perspectiva as mesmas estratégias são adotadas no estado do Pará¹²⁶ e no oeste baiano,¹²⁷ duas regiões marcadas pela crescente presença do cultivo da soja.

Quando se trata de “agronegócio”, portanto, o modelo de trabalho desenvolvido em Lucas do Rio Verde aparece como caso exemplar para adequação sustentável nos moldes da *TNC* do Brasil. Ele corporifica e unifica algumas das estratégias mais caras para a *TNC* do Brasil na aplicação da conservação em grande escala, estando contido dentro de algumas diretrizes bases que compõem as linhas de ação da entidade. No posicionamento da entidade, para que seja possível alcançar o objetivo de tornar a produção de *commodities* no Brasil sustentável, será preciso atuar:

- Ajudando agências de extensão e outros “go viral” com estratégias que podem incrementar retornos aos fazendeiros e rancheiros, mas também canais de desenvolvimento pra fora dos habitats nativos: intensificando sistemas de produção em criações de animais, criando sinergias entre as criações de animais e sistemas de produção agrícola.

oil and soy roundtables suggests the pattern is years of effort resulting in a voluntary code of practices. This is not nothing, but is not a certification system along FSC lines either.[...]

In the short to medium term, then, we believe stressing Forest Code compliance in supply chain management, and focusing on maximizing returns for responsible commodity producers, is the missing link in a broader strategy to contain deforestation. This broader strategy would also include better regulation, targeted enforcement and better governance on agricultural frontiers. It is therefore essential to generate a portfolio of large-scale field projects that embody the suite of strategies and incentives summarized here, in order to demonstrate technical and economic viability in the only place it matters: on existing farms and ranches in high conservation value landscape. These projects need to have replication to scale embedded in their design from the outset. After careful analysis of what other players are doing in Brazil, this is what the Conservancy in Brazil has focused upon for several years. (p.8)

¹²⁶ No caso do Pará, a atuação da entidade remete as regiões de Paragominas, São Félix do Xingu, Altamira, Novo Progresso e Santarém. Neste último, com trabalho conjunto com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), para desenvolver “mecanismos de gestão para conservação e o uso sustentável” no estado. Desenvolvido em “parceria” com a Cargill, entre os anos de 2005 e 2008, voltava-se para a adequação de produtores de soja envolvidos no projeto “Soja Responsável”. Como consta em um de seus materiais, 250 produtores foram envolvidos neste projeto, com o objetivo de serem cadastrados e licenciados junto aos órgãos ambientais. Para a recuperação das áreas degradadas, o relatório aponta para o estabelecimento de uma parceria com o Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal da ESALQ/USP, onde buscariam “otimizar a localização da Reserva Legal (RL) e a recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP) dentro do conceito de ‘Paisagens Funcionais Produtivas’”. Inicialmente em três mil hectares mas que poderia ser “replicado nas demais propriedades participantes do projeto” (THE NATURE CONSERVANCY, 2009).

¹²⁷ No oeste baiano, região tida como “maior produtora de grãos do Estado da Bahia”, o projeto da entidade “replica as iniciativas de sucesso de Lucas do Rio Verde”. Nele o trabalho da TNC voltava-se para a questão das águas do São Francisco, atuando por meio de cadastramento das propriedades, no “mapeamento do uso do solo”, “diagnóstico da situação das APPs e Reservas Legais”, na “recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e da averbação das Reservas Legais”, entre outros. Entre os sete municípios envolvidos, destacam três: Luís Eduardo Magalhães, Barreiras e Riachão das Neves. Ainda segundo o documento, sua atuação na área devia-se a um “convite” do Ministério da Integração Nacional, e inseria-se no Programa de Revitalização do Rio São Francisco.

- Impulsionando projetos existentes de sustentabilização verde das cadeias de suprimento de soja e carne das grandes companhias traders (Cargill, Bertin e Frigol, com Marfrig e Bunge na linha de frente) dos níveis municipais para os estaduais (com prioridade inicial para o Mato Grosso e Pará) e eventualmente em nível nacional.
- Ajudando negócios de instituições financeiras mais sistematicamente com avaliações e monitoramento dos riscos ambientais, e construindo moratórias locais e regionais dentro de práticas de empréstimos.
- Acompanhando o desenvolvimento dos mercados de carbono e prevenção das questões de desflorestamento para trabalhar com pagamentos por serviços ambientais dentro de incentivos ao cumprimento para fazendeiros e rancheiros.
- Alargamento do escopo do sistema de monitoramento e licenciamento, de projetos locais para sistemas estaduais robustos.¹²⁸

Pautados pela ideia da conciliação entre atividades econômicas e conservação, o “agronegócio”, como vimos, aparece como grande oportunidade para elevar a conservação a uma escala grandiosa. Concebe-se o setor como um fenômeno inquestionável, um dado da realidade com força econômica e política, além de responsável pela produção de “alimentos” e agente do desenvolvimento. Além da “oportunidade”, há também aí uma necessidade de se agir pragmaticamente em prol da conservação, não se questionando a existência do “agronegócio”, mas atuando para reverter a forma ilegal com a qual parte dele estaria articulado. Ao contrário, por exemplo, das abordagens do *Greenpeace-Brasil*, onde o “agronegócio” é tratado por um viés negativo e, em certo sentido, até pejorativo, na *TNC* do Brasil, pode-se dizer que o contrário é verdade. Mas, por outro lado, esta oposição radical entre as entidades, reconhecidas e reforçadas por meio das respectivas abordagens frente à temática é amenizada quando observamos seus objetivos finais mais abrangentes. Nesse caso, a constatação da “ilegalidade” e os respectivos trabalhos voltados para uma adequação legal como condição para a produção “sustentável”, aparecem como pontos importantes de convergência entre as ONGs. Mesmo que estas aproximações não sejam bem vistas ou sejam rejeitadas pelos atores, ainda assim não são impossíveis. O elemento base que parece distanciar tais entidades, nesse caso, seria a própria forma de conceber e atuar com a temática do “agronegócio”, que no trabalho da *TNC* do Brasil se transmuta em uma busca sistemática

¹²⁸ • *helping extension agencies and others “go viral” with strategies that can increase returns to farmers and ranchers but also channel development away from native habitat: intensifying livestock production systems, creating synergies between livestock and agricultural production systems.*

• *leveraging out existing projects of greening soy and beef supply chains of major trading companies (Cargill, Bertin and Frigol, with Marfrig and Bunge in the pipeline) from municipal level to states (initial priority to Mato Grosso and Pará) and eventually nationally.*

• *helping financial institutions deal much more systematically with assessing and monitoring environmental risk, and building local and regional deforestation moratoriums into lending practices.*

• *tracking development of carbon markets and avoided deforestation issues to work payment for environmental services into compliance incentives for farmers and ranchers.*

• *broadening the scope of monitoring and licensing system from local projects to robust statewide systems. (THE NATURE CONSERVANCY, 2009: 14)*

por modelos mais atraentes ao produtor para que esse cumpra a legislação, e em um trabalho intenso voltado para a recuperação (expansão, conexão etc) das áreas restritas de conservação no interior das propriedades, previstas por lei. De certa maneira, tanto as atuações políticas formais da entidade quanto suas inferências tecnológicas para construção de alternativas de menores impactos ao setor, parecem se refletir também em um desejo de ampliação do controle sobre os usos das áreas das propriedades, voltada para uma comunhão entre produção e preservação. Conjugando no mesmo território diferentes expectativas de conservação e produção agropecuária de *commodities*, nas perspectivas da entidade, o Brasil surge como lugar decisivo e grande laboratório para que tais modelos de conservação possam vir a ser implementados.

7 REUNINDO ARGUMENTAÇÕES, APRESENTANDO QUESTÕES

O agronegócio, na última década, tem sido objeto de atenção e de polêmica entre as entidades transnacionais ambientalistas. As conformações institucionais de cada uma das organizações e o aporte ambientalista mais geral da sustentabilidade pelo qual elas embasam seus modelos de conservação – pautados no estreitamento das discussões envolvendo o desenvolvimento econômico e a manutenção de ecossistemas nativos e da diversidade biológica – têm se mostrado como aspectos importantes para a incorporação da temática nas agendas das diferentes entidades ambientalistas, mas também como condicionante para incorporações diferenciadas da questão. Na esteira deste movimento mais geral, ao longo deste trabalho tentamos, sobretudo, chamar atenção para a diversidade de apropriações e como elas, alocadas numa intrincada rede de interesses e percepções, mais do que produzirem representações sobre uma situação específica (no caso, o “agronegócio”), refletem também uma disputa interna e permanente entre visões que almejam expandir suas influências nos projetos público e privado de desenvolvimento.

O enquadramento do “agronegócio” enquanto um ‘problema ambiental’ e um fator de “risco” que precisava ser controlado, também é marcado como um ponto importante para o tratamento da questão na agenda das entidades ambientalistas referidas neste trabalho. Este movimento que teve sua ascensão nos primeiros anos deste século chamou atenção pelo atrelamento a eventos como o *boom* das exportações de produtos agrícolas e agroindustriais (especialmente na produção de soja) e a discussões sobre aquecimento global, desmatamento e perda da biodiversidade. É fato que os problemas ambientais constatados, mais do que resultantes de um modelo, também seriam apresentados como testemunho da incapacidade desse mesmo modelo, e da necessidade de controlá-lo e reformulá-lo com o aval da “ciência”.

A popularização do termo “agronegócio” como designador de uma realidade específica, como vimos, remonta à década de 1980, ganhando força política e ampla circulação ao longo dos anos de 1990, sendo aprofundado e incorporado aos projetos das entidades nos anos 2000. Se por um lado havia uma tendência em associar o modelo agroindustrial do agronegócio à produtividade, à mecanização e à geração de divisas, por outro, quando se trata das questões relativas ao meio ambiente, ele foi comumente vinculado aos aspectos negativos de sua existência, como a concentração de terra ou a violência no campo, isso ocorreu devido ao fato de estar voltado exclusivamente para o lucro, deixando de lado os aspectos sociais e ambientais. Essas concepções esquemáticas que polarizam a

discussão entre agronegócio e meio ambiente a partir dos desígnios da sustentabilidade, em primeiro lugar, não problematizam a própria noção de “sustentabilidade” e sua aplicação concreta junto ao setor. Em segundo lugar, tal polarização não nos permite adentrar nas singularidades das abordagens ambientalistas sobre a temática do “agronegócio”, adotando, desse modo, um discurso generalista. No caso das grandes organizações transnacionais, isso se mostra de forma latente.

Embora o “agronegócio” tenha entrado nas agendas de tais entidades relativamente tarde, seu enraizamento atual dentro dessas entidades fica evidente, caracterizado por programas ou projetos diretamente voltados para a questão. O movimento de incorporação dessa temática por tais organizações transnacionais teve como referência as discussões em torno dos dados que vinham sendo divulgados pelo INPE, apontando para o crescimento nas taxas de desmatamento. Os registros de 2005 que apresentam a segunda maior taxa de desmatamento e a divulgação de taxas recordes de exportação de grãos, sobretudo de soja, foram recebidos por parte dos grupos ambientalistas como prova cabal da insustentabilidade do setor agroindustrial e da necessidade de intervir nesta realidade em prol da manutenção dos espaços verdes.

Neste caso, talvez as abordagens que mais tenham popularizado a discussão sejam aquelas trazidas pelo *Greenpeace-Brasil*, acompanhada de perto pelo *WWF-Brasil*. Com uma abordagem voltada para a persuasão e mobilização pública em torno das questões ambientais, atuando principalmente por meio de ações de denúncia, com tom acusatório e se utilizando amplamente de meios midiáticos de massa, o *Greenpeace-Brasil* tende a interpretar e apresentar o “agronegócio” em oposição à “natureza” e à biodiversidade.¹²⁹ Privilegiando a polarização do debate entre “agronegócio” e a conservação da biodiversidade, nas referências da organização ao termo adota-se uma postura cristalizadora que o associa quase automaticamente à “insustentabilidade”, ao desmatamento, à poluição, ao desemprego, às condições precárias de trabalho, entre outros atributos negativos. Estas características, ao mesmo tempo em que marcariam o *status* de uma relação com esta “natureza”, carregariam consigo elementos de irradiação de certa impureza simbólica, contaminando atores ou ações entendidas como ligadas aos interesses do “agronegócio”.

Com uma forma de trabalhar centrada no estabelecimento de campanhas e denúncias, e com uma organização institucional que privilegia as arrecadações junto a indivíduos

¹²⁹ Esta oposição essencial à conservação supõe um modelo de “natureza” que tem seus alicerces na hipervalorização de “processos naturais”, restritivos, porém, não excludentes de determinadas atividades humanas. Como vimos, a “proteção” da natureza à ação humana supõe também uma ampliação reguladora das inferências tecno-científicas.

simpatizantes (“colaboradores”), o *Greenpeace-Brasil* preocupou-se muito em atrair a atenção de amplas esferas para o debate (principalmente no campo midiático), ajudando a colocar o tema do “agronegócio” no centro das discussões sobre desenvolvimento rural e meio ambiente. Ainda que existam interpretações correntes que associam a posição da entidade a um radicalismo verde que rejeita o “agronegócio”, com uma observação um pouco mais cuidadosa vemos que as coisas não são tão categóricas assim. No caso do *Greenpeace-Brasil*, o esforço maior no que se refere ao tema do “agronegócio” seria o de parar (ou, pelo menos, reduzir) o desmatamento. Para tal, ele sinaliza para uma atuação de mobilização dos indivíduos/consumidores junto às esferas políticas e aos grandes mercados consumidores (em instâncias locais e extra-locais), cobrando ações contundentes e comprometimento dos setores com a questão ambiental. Com isso, a organização espera que as reivindicações incorporadas se transformem em novas demandas políticas e econômicas, exercendo pressões sobre a produção para uma adequação legal mais “sustentável”. Nessa perspectiva, a estratégia empenhada de acusação e essencialização utilizadas pelo *Greenpeace-Brasil* no trato das questões do “agronegócio”, ao mesmo tempo em que realça uma oposição no campo dos valores, em que a própria ONG e o “agronegócio” seriam os representantes dos modelos distintos, opera também como reivindicação de natureza política, que busca um reordenamento da sociedade embasado em uma valorização ambiental segundo os preceitos gerais do desenvolvimento sustentável. Conformando, assim, os modelos, e apontando não tanto para o encerramento da polarização do termo, mas para uma reorganização classificatória, que pode afastar-se daquela do “agronegócio”.

Paralelamente aos discursos do *Greenpeace-Brasil*, de grande ressonância midiática, temos o posicionamento do *WWF-Brasil* que seguiria também uma linha pública, uma linha crítica ao desmatamento e às práticas “insustentáveis” dos modelos agroexportadores. Esse posicionamento público mais crítico, encontrado, sobretudo nos materiais jornalísticos e informativos, tende a incorporar o termo “agronegócio” por uma alusão e oposição à “natureza” e à conservação da biodiversidade. Mas, ao contrário do *Greenpeace-Brasil*, essas posições não parecem tão fixas e essencializadas.

No trabalho do *WWF-Brasil*, ao contrário do *Greenpeace-Brasil*, a identificação dos “problemas” não está direcionada para um objetivo final de “denúncia”. Assim, ainda que presentes em algum grau, as críticas envolvendo a agroindústria são frequentemente amenizadas ao serem apresentadas enquanto um comportamento indesejável. No tratamento da temática, em lugar das “denúncias”, enfatiza-se o “diálogo”, as propostas conjuntas e as “parcerias” (com instituições públicas e privadas) direcionadas para construção de modelos

sustentáveis de produção com o envolvimento direto da entidade. Esta linha de ação que engloba a questão mais específica do “agronegócio”, apesar de ter sido impulsionada paralelamente aos desdobramentos da divulgação dos dados sobre o desmatamento e as discussões posteriores sobre a cadeia da soja, foram incorporadas na agenda da entidade anos antes. Sua incorporação, então ligada às temáticas da agricultura, comércio e meio ambiente, teve os preceitos da “sustentabilidade” como seu principal norteador, muito influenciado pelas demandas e consentimentos (interno e externo) do empresariado ligado a essa questão.

Construindo modelos que buscassem conjugar o desenvolvimento econômico às ações mais “responsáveis” de conservação, a estratégia adotada pelo *WWF-Brasil* no que se refere ao “agronegócio”, convergiu, na prática, para o privilegiamento de ações mais voltadas para o estabelecimento e/ou aperfeiçoamento de critérios “verdes” de produção. Priorizando reuniões, grupos de trabalhos, mesas redondas, *workshop*, dentre outras modalidades de congregação entre atores das esferas da iniciativa privada, dos órgãos e instituições públicas, além de representantes de organizações (geralmente ambientalistas) da sociedade civil que pudessem contribuir e reproduzir o modelo de conservação e sustentabilidade em voga. Por outro lado, essa perspectiva de ação não pode ser desvinculada do modelo de conservação com o qual articulam, preocupados com a manutenção dos ecossistemas e da biodiversidade em grande escala e que, dentre outras coisas, encontra-se perpassado e legitimado por uma concepção ortodoxa de ciência e tecnologia. Tais conjuntos de fatores, com efeito, parecem implicar na própria retórica da organização no que se refere ao tema do “agronegócio”. Em primeiro lugar, na oscilação entre uma referência explícita, mais específica, e outras genéricas e virtualmente abrangentes, como no caso dos termos “agricultura” ou “pecuária” e suas múltiplas outras variações utilizadas. Se por um lado o “agronegócio” não se apresenta de forma tão central e objetiva nas abordagens do *WWF-Brasil*, enquanto termo de referência, por outro lado a centralidade do modelo e sua importância dentro das percepções e programas da entidade podem ser verificadas nos sentidos dados aos diferentes termos. Embora não esteja falando diretamente em “agronegócio” em suas referências gerais de uma realidade rural brasileira, isto não quer dizer que, na multiplicidade de termos utilizados, não esteja pensando no “agronegócio” enquanto modelo de produção e de organização social preferido para uma leitura das dinâmicas envolvendo desenvolvimento rural e a conservação.

Nesta mesma linha de pensamento, seguimos as perspectivas da *Conservação Internacional-Brasil*. Também nessa entidade constatamos uma oscilação entre uma referenciação terminológica generalista, operando de forma dessubstancializada com a categoria “agronegócio”, e outra mais específica, mais direta, para caracterizar um ator

coletivo particular. Mas existem diferenças de ênfases e algumas discontinuidades importantes. Enquanto o *WWF-Brasil* prefere falar em “agricultura” para tratar de ações direcionadas principalmente para o setor agroindustrial (privilegiando a soja e a carne bovina), concentrando seus esforços na construção conjunta de normas e critérios para uma produção “sustentável”, a *CI-Brasil* mantém o foco de seus projetos no termo “agronegócio” propriamente dito (com referência, principalmente, ao setor da soja), mencionando outros termos como variações de um mesmo modelo. Ao contrário do *WWF-Brasil*, o trabalho desenvolvido pela *CI-Brasil* com a temática do “agronegócio” realça o envolvimento da assessoria técnica direcionada para a expansão de espaços destinados a conservação e ao trabalho de “proteção” de espécies de flora e fauna ameaçadas de extinção, nos moldes dos “corredores de biodiversidade”, voltado-se para a conexão entre as áreas verdes das propriedades com espaços públicos de proteção ambiental, otimizando a conservação espacialmente no sentido de fechar lacunas e ampliar (em extensão) às áreas de vegetação.

Na perspectiva apresentada pela *CI-Brasil* o “agronegócio”, ainda que delineado como um dos principais agenciadores da supressão dos ecossistemas que a entidade gostaria de ver conservado, não seria apresentado como responsável direto por seu próprio movimento. As demandas do mercado global por *commodities* agrícolas, somadas aos significativos avanços tecnológicos para o incremento da produtividade e ao grande poder político destes setores capazes de orientar políticas públicas segundo seus interesses, têm colaborado para a existência ‘insustentável’ do “agronegócio” (mas não somente ele) nos campos brasileiros.

Se a finalidade última dos projetos da entidade é a salvação de espécies ameaçadas, conectando e ampliando os espaços destinados à conservação, garantindo ecossistemas “saudáveis” em áreas sob alto grau de ameaça de degradação, o trabalho envolvendo a agroindústria também ganha relevância por ocupar grandes extensões de terra e ecossistemas de interesse direto para a conservação, sendo localizado também como ator estratégico para a ampliação das áreas de conservação (“protegidas”). Nesse sentido, o movimento engendrado pelas argumentações da entidade quando envolve a questão do “agronegócio”, ao invés de focar-se na polarização entre modelos, como no caso do *Greenpeace-Brasil*, procura enfatizar as vantagens econômicas e ecológicas que a conservação pode trazer para os negócios, de forma a tornar a conservação algo atraente ao setor. Assim, quando se trata do “agronegócio”, além de desenvolver um trabalho de acompanhamento e direcionamento de políticas de desenvolvimento sustentável envolvendo, entre outros, o tema da “agricultura”, também procura concentrar seus esforços no setor privado com ênfase nas grandes *traders*. Mas, ainda

que se considere os trabalhos em “parceria” com o “agronegócio” como estratégicos para atingir um objetivo maior de expandir o modelo de “áreas protegidas”, o setor não deixa de ser caracterizado como o grande “competidor” na definição sobre os sentidos legítimos que devem orientar a gestão do território.

Em uma linha de trabalho semelhante, encontra-se a proposta de conservação articulada pela *The Nature Conservancy* do Brasil. Também focada na manutenção dos processos naturais e se utilizando de ferramentas tecno-científicas, para a ampliação dos espaços verdes, a entidade procura enfatizar sua visão “pragmática”¹³⁰ de conservação – *on the ground*. Nela ressalta-se a importância do suporte de “ciência” na construção, na aplicação e na mensuração da conservação proposta pela entidade, muito pautada na valorização e manutenção de ecossistemas naturais, da diversidade genética, com o mínimo possível de alterações por ações humanas. Ainda que esta prática não se aplique da mesma maneira em todos os contextos de atuação da organização, no caso da temática do “agronegócio” o modelo estimulado procura conformar espaços destinados à produção e espaços destinados à preservação dos ecossistemas nativos. Com isso, busca-se assegurar o equilíbrio ecológico, fundamental não só para o controle climático, mas também para prevenir a perda de espécies e ecossistemas necessários para o fornecimento de “alimentos” e de matérias primas de interesse para a indústria farmacêutica e para os avanços dessa mesma ciência.

Nessa perspectiva, também no caso analisado da *TNC* do Brasil encontramos repercutidos na categoria “agronegócio” elementos que deixam em relevo algumas perspectivas de conservação valorizadas pela entidade. A relevância estratégica do “agronegócio” na agenda da organização, também datada dos primeiros anos de 2000, mesmo sendo apresentada como um desdobramento natural de um trabalho de conservação antes restrito aos parques e reservas públicas, não pode ser desvinculado dos debates estabelecidos em torno da questão envolvendo também as demais entidades transnacionais ambientalistas. Além disto, o próprio movimento interno às organizações, de disputas sobre os significados da categoria “agronegócio” e sobre os modos de incorporação da temática, embora não tenha sido devidamente aprofundado neste trabalho, não podem ser desconsiderados, pois será mediante tal multiplicidade interna de perspectivas e tais disputas de significado que

¹³⁰ Esta autotransclassificação como organização que atua de forma mais “pragmática”, não implica uma incorporação neste trabalho de uma oposição entre entidades “pragmáticas” e “não-pragmáticas”. Pelo contrário, uma das coisas que tentamos mostrar nos capítulos destinados às visões mais sistemáticas das ONGs, é que, pelo menos quando se trata da questão do “agronegócio”, o “pragmatismo” (neste caso ligado a uma necessidade de atuação para a conservação que dialogue com as orientações mercadológicas envolvendo demandas, ofertas de produtos, lucro etc.) passa a ser uma constante nas visões e práticas de todas as quatro entidades, cada uma à sua maneira.

poderemos compreender melhor as práticas das entidades junto ao setor agroindustrial, além das próprias mudanças nas ênfases e no sentido que a categoria pode vir a ter em diferentes momentos.

De um modo geral, a presença substancial de representantes do empresariado na direção nacional da TNC do Brasil (mas não somente nela), inclusive de atores ligados aos interesses do agronegócio, como encontramos em materiais recentes, ajuda a situar melhor as estratégias selecionadas no tratamento da questão. Segundo estes modelos de aportes empresariais, o “agronegócio” é apresentado acima de tudo como *oportunidade* para uma reformulação desenvolvimentista em bases ‘sustentáveis’. As ações da entidade enfatizam a necessidade de agir em colaboração com os setores agroindustriais, bem como a importância de atuar em “parcerias” com o terceiro setor e o poder público buscando, principalmente, a adequação legal dos produtores no sentido de expandir os espaços privados de “proteção” por uma valorização ecológica e paisagística. O modelo de grandes propriedades privadas produtoras de *commodities* agrícolas, por estar voltado para as demandas internacionais de um mercado que se espera cada vez mais fundado na ótica da sustentabilidade, e por estar ancorado em grandes propriedades possuidoras de vastas áreas de vegetação, é apresentado no discurso público da TNC do Brasil como uma grande “oportunidade” para expandir a conservação dos ecossistemas no país. Essa percepção, diametralmente oposta à visão do *Greenpeace-Brasil*, que associa o termo ‘agronegócio’ à uma idéia de “ameaça”, talvez seja a pedra angular da polêmica entre as entidades.

A incorporação da questão do “agronegócio” nas agendas das entidades, como vimos, mesmo mobilizando elementos comuns nas interpretações da categoria, não se traduz em uma singularização das abordagens e projetos. Ainda que se refiram a organizações transnacionais ambientalistas, por se tratarem de entidades distintas, formadas em contextos históricos específicos e organizadas internamente de maneira diversa, seus recortes sobre a temática responderão invariavelmente às premissas com as quais estão vinculadas. As ênfases diferenciadas que a categoria “agronegócio” pode mobilizar e suas diferentes combinações dão os contornos de especificidade de cada entidade na abordagem do tema. O que em determinados momentos pode revestir as respectivas visões de certa ambigüidade ou até contradição, em alguns casos.

De certa maneira, as diferentes ênfases que configuram as especificidades de posicionamento no tratamento do tema talvez ficassem mais evidentes se, partindo delas, houvésemos centralizado em suas aplicações sobre uma situação mais específica, como o caso conhecido da Moratória da Soja, por exemplo. Entretanto, devido às condições de

desenvolvimento deste trabalho, tal movimento precisou ser preterido, ficando em aberto para análises futuras. Além desse, outros questionamentos apresentados ao longo desta dissertação, não menos importantes, seguiram o mesmo caminho, marcando em certo sentido as limitações da análise, ao mesmo tempo em que se transformam em pistas para investigações posteriores.

Por se tratar de uma investigação mais focada nas diferentes percepções das entidades sobre uma mesma categoria, a análise institucional de cada uma das quatro organizações, com seus mecanismos internos de funcionamento, foi contemplada apenas superficialmente, ficando bastante defasada ao final do percurso desta dissertação. Dessa forma, questões sobre até que ponto a organização interna de cada entidade pode influir na construção de seus modelos de conservação, ou sobre o papel e a influência das “parcerias” no direcionamento destes modelos, chegam ao final deste trabalho na qualidade de apontamentos para novas investigações.

Outra questão importante que poderia ser melhor explorada por interessados no tema é a observação mais sistemática da rede de financiamentos com as quais as entidades estão envolvidas, podendo marcar mesmo um aspecto importante para compreender suas respectivas relações com grandes empresas, como as *traders*, no caso do agronegócio brasileiro. A presença de grandes empresas do agronegócio na lista de “parceiros”, ou ainda de representantes do setor nos cargos de direção de algumas das entidades trabalhadas pode ser considerada como elemento importante e de influência direta em suas representações e atuações frente à temática.

De outro modo, o estreitamento de laços com instituições públicas e instituições de pesquisa também chama atenção para o grau de influência e direcionamento destas ONGs sobre a questão ambiental no país. Com políticas específicas de suporte para criação ou consolidação de organizações locais enquadradas segundo seus modelos de conservação, apoio a trabalhos científicos em áreas e temáticas pré-definidas, atuação direta em parceria com instituições públicas na implementação de ações voltadas para a conservação, entre outras formas de atuação dessas entidades na aplicação da conservação e expansão da questão ambiental, fica a questão sobre qual o grau de influência dessas entidades na criação e no direcionamento do campo ambientalista no Brasil. Ainda que um dos movimentos desta dissertação tenha sido o de levantar a hipótese de que o processo de incorporação do termo “agronegócio” no país foi acompanhado de perto pelo aumento da influência da questão ambiental em amplas esferas da sociedade, marcando também a chegada das entidades transnacionais ambientalistas, tal movimento se encontra de forma muito incipiente e pontual, sendo a questão em si, tema para uma outra pesquisa inteira.

De um modo geral, vemos que o avanço do modelo agroindustrial sobre áreas de ecossistemas nativos tem sido tratado como elemento controverso, principalmente entre instituições ambientalistas. As formas de interpretar o evento, entretanto, ao mesmo tempo em que apontam para uma diversidade de abordagens entre instituições, podem estar sugerindo um movimento de disputa interna por legitimidade de discursos e projetos sobre o desenvolvimento e o próprio meio ambiente. Mesmo sendo extremamente heterogêneas em seus postulados e em suas retóricas, juntas agem dando dinâmica e materialidade ao axioma ambientalista.

A multiplicidade de posicionamentos entre as entidades sobre a questão do “agronegócio” contrapõe-se aos elementos fundamentais de um modelo sustentável comum que embasa a construção de suas práticas conservacionistas. Mesmo quando se tratam de duas interpretações tão distintas, como no caso das considerações do *Greenpeace-Brasil* e da *TNC do Brasil* sobre o “agronegócio”, constatamos em ambas as argumentações a presença de pontos comuns, diferenciados por ênfases dadas a cada um dos elementos. Dessa forma, nos parece correto afirmar que mesmo no caso onde há forte polarização retórica seria equivocado simplificar os discursos ambientalistas das entidades em esquematismos filiativos que separam as instituições por vinculações à esta ou àquela tendência.

Mais do que diferentes formas de pensar a realidade, os discursos ambientalistas das entidades analisadas também poderiam ser tratados como ações estratégicas de reivindicação. Ao mesmo tempo em que preconizam um “anseio global” (como em certo sentido pensam a questão do meio ambiente), propugnam suas pressões em contextos locais bem definidos. O confronto inevitável de seus projetos - com variados atores - pelas formas mais profícuas de ocupação do espaço geográfico passa, cada vez mais, por estratégias de reivindicação junto a diferentes instâncias do mercado, bem como organismos de Estado por linhas demarcatórias de “conservação” e pela intensificação da gestão e do controle sobre o território. As pressões exercidas para uma maior e mais eficaz atuação do Estado e do mercado, apesar de dialogarem com uma concepção global e sistêmica de “natureza” e “meio ambiente”, também reconfiguram mecanismos de Estado para um maior exercício de soberania nacional, isto é, exercício da autoridade política sobre o território (LEACH, 1960). Por outro lado, projetos de demarcação de terras para usos pré-determinados de conservação não marcam somente um exercício político de soberania do Estado. Marcam também um exercício econômico de demarcação de propriedades e seus usos legítimos que não se encontram desvinculados de uma lógica econômica envolvente.

Nesta perspectiva, a presença da temática do “agronegócio” na agenda de tais organizações ambientalistas não pode ser interpretada como questão vinculada a um “problema ecológico” de perda da diversidade biológica e substituição de grandes áreas de vegetação, simplesmente. Como observamos, tais preocupações não estão desvinculadas dos interesses econômicos de grandes empresas na incorporação de novos mercados e em sua própria reorientação produtiva, sem falar nos interesses políticos de controle sobre o território que também são mobilizados. Ao incorporarem a temática pelo viés da reestruturação “sustentável” do modelo econômico “desmatador”, não deixam com isso de estarem reforçando seus compromissos com a promoção do desenvolvimento econômico pela matriz do *crescimento* na busca pelo mesmo *progresso*.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Cultura com aspás e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- ANDRADE, M. *Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa*. São Luís: EDUFMA, 2008.
- AQUINO, M. J. S. “A casa dos nossos gens”: um estudo sobre ONGs ambientalistas na Amazônia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. (Tese de Doutorado).
- BAILEY, F. G. Gift and poison. In: *Gift and Poison*. Oxford: Basil Blackwell, 1971. p. 1-25.
- BECK, Ulrich. *The risk society: towards a new modernity*. Londres: Sage, 1992.
- BECKER, B. K. Amazônia brasileira: uma área crítica no contexto geopolítico mundial. In: MACIEL, T. (Org.). *O ambiente inteiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. p. 91-121.
- BERNARDES, J. A.; FREIRE Fo, O. (Org.). *Geografia da soja*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BUNGE, CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, ORÉADES. Folheto: *Programa de Conservação do Cerrado. Conciliando biodiversidade e agropecuária*. Sem ano.
- _____. Efeitos de lugar. In: *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 159-166.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CHAPIN, M. A challenge to conservationists. *World Watch Magazine*, Nov/Dez, 2004.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL-BRASIL. *Relatório de atividades 2006 e 2007*. Belo Horizonte, MG: 2008.
- _____. *12 anos*. Belo Horizonte, MG: 2003.
- _____. *Áreas protegidas. A atuação da Conservação Internacional no Brasil*. Belo Horizonte, MG: 2004.
- _____. *Programas de campo: protegendo a natureza para o benefício de todos*. Belo Horizonte, MG: 2010.
- _____. *Pela vida no Planeta*. Belo Horizonte: Sem ano.

_____. *Reservas Sustentáveis: reflexões sobre a experiência brasileira*. Belo Horizonte, MG: 2007.

_____. Folheto: *Projeto de resgate de reservas de Cerrado no corredor Emas-Taquari*. Mineiros, GO: Sem ano.

_____. *Hotspots. As regiões biologicamente mais ricas e ameaçadas do planeta*. Sem ano.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, WWF-BRASIL, INSTITUTO SUPERECO. *Investigando a biodiversidade: guia de apoio aos educadores do Brasil*. Belo Horizonte, MG: 2010.

CONSERVATION INTERNATIONAL. *Commodities and conservation: The need for greater habitat protection in the tropics*. Washington, DC: 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. 5. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB/CEC, USP, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O papel das grandes ONGs transnacionais e da ciência na conservação da natureza*. 2008. Disponível em: <http://onlineassociate.net/pdf/ecologiafinal/>. Acesso: 23/10/2010.

DOWIE, M. Conservation Refugees: When protecting nature means kicking people out. In: *Orion*, Nov/Dez, 2005.

DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DURKEIM, E. & MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. In: *Ensaios de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 399-455.

DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
ESCOBAR, A. Constructing nature: elements for a post-structural political ecology. In: PEET, R. & WATTS, M. (Orgs.). *Liberation ecology*. Londres: Routledge, 1996.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FUKS, Mario. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GREENPEACE-BRASIL. *Relatório anual 2001*. São Paulo, SP: 2002.

_____. *As vantagens da soja e do milho não transgênicos para o mercado brasileiro*. São Paulo, SP: 2002.

_____. *Relatório anual 2003*. São Paulo, SP: 2004.

- _____. *Relatório anual 2004*. São Paulo, SP: 2005.
- _____. *Crítérios mínimos do Greenpeace para operações com soja no bioma amazônico*. 2006.
- _____. *Mudanças do clima, mudanças de vidas. Como o aquecimento global já afeta o Brasil*. São Paulo, SP: 2006.
- _____. *Relatório anual 2007*. São Paulo, SP: 2008.
- _____. *Boletim Amazônia Viva! n° 1*. São Paulo, SP: 2007
- _____. *Boletim Amazônia Viva! n° 2*. São Paulo, SP: 2007.
- _____. *Relatório anual 2008*. São Paulo, SP: 2009.
- _____. *Boletim Amazônia Viva! n° 3*. São Paulo, SP: 2008.
- _____. *O rastro da pecuária na Amazônia. Mato Grosso: O estado da destruição*. São Paulo, SP: 2008.
- _____. *Relatório anual 2009*. São Paulo, SP: 2010.
- _____. *Boletim Amazônia Viva! n° 5*. São Paulo, SP: 2009.
- _____. *BR-319_PROJETO DE RE-CONSTRUÇÃO. Contribuições ao processo de Licenciamento e Análise do Estudo de Impactos Ambientais*. Manaus, AM: 2009.
- _____. *A farra do boi na Amazônia*. São Paulo, SP: 2009.
- _____. *Moratória da soja. Monitoramento em áreas recém-desmatadas e menores que 100 hectares*. São Paulo, SP: 2009.
- _____. *Boletim Desmatamento Zero*. São Paulo, SP: 2010.
- GREENPEACE-INTERNACIONAL. *Comendo a Amazônia*. Amsterdã, Holanda: 2006.
- GREENPEACE-INTERNACIONAL. *Eating up the Amazon*. Amsterdam, Netherlands: 2006.
- GRYNSZPAN, M. *Carreiras, redes e internacionalização: um estudo do agronegócio*. Focus, Unicamp, 10/ 2008.
- HANNIGAN, John. *Sociologia ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, M. (Org.). *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 9-48.
- HEREDIA, B. *Formas de dominação e espaço social: A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: MarcoZero, MCT/CNPq, 1989.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. *Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil*, apresentado no GT-41 do 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009.

JASANOFF, Sheila. NGOS and the environment: from knowledge to action. *Third World Quarterly*, Vol 18, Nº 3, pp 579-594, 1997.

KILLEEN, Timothy. *Uma tempestade perfeita na Amazônia. Desenvolvimento e conservação no contexto da Iniciativa pela Integração da Infra-Estrutura Regional Sul Americana (IIRSA)*. Conservation International: Center for Applied Biodiversity (CABS). Arlington, VA: 2007.

LANDIM, Leilah. “Experiência militante”. História das assim chamadas ONGs. In: _____. (Org.) *Ações em sociedade. Militância, caridade, assistência etc.* Rio de Janeiro: NAU Editora, 1998. p. 23-87.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.

LEACH, Edmund. The frontier of Burma. *Comparative studies in society and History*. 1960, 3 (1): p. 49-73.

LOPES, José Sérgio Leite. *A ambientalização dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Ed Nacional, 1976.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Interesses difusos: conceitos e legitimidade para agir*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

MCCORMICK, J. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucite/Polis, 1984.

MONTENEGRO, T. *O que é ONG*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, Célia R. G. *A frente cafeeicultora em Araguari – MG*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991. (Dissertação de Mestrado. FFLECH).

PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, J. A. (Org.). *Ecologia política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ, 1987.

_____. O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: LEIS, H. (Org.) *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: Vozes/Fase/IRI, 1991.

RABINOVICI, Andréa. Resenha de “A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas”, de DIEGUES, A. C. (Org.), *Ambiente & Sociedade*, v.11, n.2, jul.-dez., p. 439-442, Campinas, 2008.

SANTOS, T. *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Vozes, 1993.

SANTOS, C. C. M. *Oeste da Bahia: modernização com (dê)sarticulação econômica e social de uma região*. Salvador: UFBA, 2007. (Tese de Doutorado).

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel C. M.; GUIMARÃES, Leandro B. *Desenvolvimento sustentável*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVA, A. M. & SCHOR, S. M. A internacionalização da economia brasileira. In: RATTNER, H. (Org.). *Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 32-47.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Matuchos: exclusão e luta (do Sul para a Amazônia Ocidental)*. Petrópolis: Vozes, 1993.

THE NATURE CONSERVANCY. Relatório de atividades 2008. Brasília, DF: 2009.

_____. Relatório de atividades 2009. Brasília, DF: 2010.

_____. *Brasil*. Brasília, DF: Sem ano.

_____. *Definindo prioridades para a conservação de ecossistemas de água doce na América do Sul*. Brasília, DF: Sem ano.

_____. *Responsible Sourcing of Agricultural Commodities: the way ahead in Brazil*. Brasília, DF: 2009.

_____. *Documentos técnicos de suporte à conservação. Programa de Conservação das Savanas Centrais*. Brasília, DF: Sem ano.

_____. Folheto: *Lucas do Rio Verde legal. Produção e meio ambiente, aliança de bons negócios*. Sem ano.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1976.

_____. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VIOLA, Eduardo (et al). *Ecologia e política no Brasil*. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987.

WWF & PRO-CER. *De grão em grão, o Cerrado perde espaço*. Brasília, DF: 1995.

WWF-BRASIL. *Relatório de atividades 1999-2000*. Brasília, DF: 2001.

_____. *Relatório de atividades 2004*. Brasília, DF: 2005.

_____. *Relatório de atividades 2005*. Brasília, DF: 2006.

_____. *Relatório de anual 2006*. Brasília, DF: 2007.

_____. *Relatório de anual 2007*. Brasília, DF: 2008.

_____. *Relatório de anual 2008*. Brasília, DF: 2009.

_____. *Revista dos afiliados WWF-Brasil*. Ano 4. n° 13. Brasília, DF: 2008.

_____. *Revista dos afiliados WWF-Brasil*. Ano 5. n° 18. Brasília, DF: 2009.

_____. *Revista dos afiliados WWF-Brasil*. Ano 6. n° 20. Brasília, DF: 2010.

_____. *Efetividade de gestão das unidades de conservação do estado de Mato Grosso*. WWF-Brasil, Secretaria de Estado de meio Ambiente de Mato Grosso, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília, DF: 2009.

_____. *Seja legal. Boas práticas para manter a madeira ilegal fora de seus negócios*. Brasília, DF: 2009.

YEARLEY, Steven. *The green case. A sociology of environmental issues, arguments and politics*. Londres: Harper-Collins Academic, 1991.

FONTES ELETRÔNICAS

www.abag.com.br

www.conservation.org.br

www.greenpeace.org.br

www.ibama.gov.br

www.inpe.br

www.mma.gov.br

www.nature.org

www.wwf.org.br